



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXVI — Nº 096

QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1981

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 134ª SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1981

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 225/81, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos).

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Presença na tribuna de honra da Casa de Delegação de Senadores e membros do Governo da Nigéria.

##### 1.2.3 — Discursos do Expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Saudação, em nome do Senado, à Delegação Nigeriana em visita à Casa.

**SENADOR AGENOR MARIA** — Críticas ao modelo de desenvolvimento econômico do País.

**SENADOR JORGE KALUME** — “Dia do Soldado”.

**SENADOR ALMIR PINTO** — Retificação de noticiário da *Voz do Brasil* na parte referente ao discurso pronunciado ontem por S. Exª

**SENADOR MARTINS FILHO** — Necrológio de Demócrito de Souza Paiva.

**SENADOR HUMBERTO LUCENA** — Situação financeira da Universidade Regional do Nordeste, localizada em Campina Grande — PB.

**SENADOR LÁZARO BARBOZA** — Apelo em prol da construção de viaduto na cidade de Goiandira — GO.

##### 1.2.4 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 226/81, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.

##### 1.2.5 — Requerimento

— Nº 285/81, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das Ordens do Dia dos Srs. Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica lidas hoje, em comemoração ao “Dia do Soldado”.

##### 1.2.6 — Apreciação de Matéria

— Requerimento nº 284/81, lido na sessão anterior. **Aprovado.**

##### 1.2.7 — Comunicação da Presidência

— Recebimento da documentação necessária à tramitação do Ofício nº S/21/81, do Governador do Estado do Espírito Santo, referente a operação de empréstimo externo.

##### 1.2.8 — Comunicações da Liderança do PP

— De substituições de membros em comissões mistas.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 186/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP) a elevar em Cr\$ 25.093.740,67 (vinte e cinco milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta cruzeiros e sessenta e sete centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 187/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre (PR) a elevar em Cr\$ 5.400.803,20 (cinco milhões, quatrocentos mil, oitocentos e três cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 188/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista (SP) a elevar em Cr\$ 9.108.331,17 (nove milhões, cento e oito mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e dezessete centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 202/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas (MG) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 203/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 206/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Andradina (MS) a elevar em Cr\$ 845.980,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 36/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba (SP) a elevar em Cr\$ 164.593.304,00 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e quatro cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** A Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 38/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*, após usar da palavra o Sr. Dirceu Cardoso.

— Projeto de Resolução nº 4, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 5/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 6/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 60/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de resolução nº 88/81, que autoriza a Escola Superior de Educação Física de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.813.300,00 (nove milhões, oitocentos e treze mil e trezentos cruzeiros). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 40/81, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Escritor Josué Montello, referente ao ingresso do ex-Ministro Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 43/81, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das Ordens do Dia dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, baixadas em comemoração ao 17º aniversário da Revolução de março de 1964. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 268/81, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 240/80, do Senador Franco Montoro, que estabelece a participação de representantes dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 357/79, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coqueiros e empregados em cemitérios. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 142/80, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13º salário. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 163/80, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 205/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 260/81, de adiamento da discussão.**

— Projeto de Resolução nº 90/81, que autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 634.053.100,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, cinqüenta e três mil e cem cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 93/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Guaxupé (MG) a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 95/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Macapá (AP) a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 96/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 289.527.190,95 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cento e noventa cruzeiros e noventa e cinco centavos). **Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.**

#### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR JOSÉ FRAGELLI** — Necessidade da reformulação da Carta Magna.

**SENADOR DIRCEU CARDOSO** — Serviços prestados ao PRODA-SEN, pelo servidor Eduardo Jorge Caldas Pereira, no momento em que S. S<sup>a</sup> se afasta da Diretoria Executiva daquele órgão.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Apelo ao Sr. Ministro dos Transportes em favor de ex-servidores da extinta Comissão de Estradas de Rodagem nº 4, do Ministério do Exército.

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Situação da Previdência Social no País.

**SENADOR BERNARDINO VIANA** — Aspectos benéficos da introdução do arrendamento mercantil no País.

**SENADOR ITAMAR FRANCO** — Inauguração do sistema *offset* do *Diário Mercantil* de Juiz de Fora — MG.

**SENADOR MARTINS FILHO** — Visita realizada ao Estado do Paraná por S. Ex<sup>a</sup> e outros Srs. Senadores, com a finalidade de conhecer *in loco* a estrutura cooperativista daquele Estado.

#### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. Almir Pinto, pronunciado na sessão de 21-8-81.

Do Sr. José Sarney, pronunciado na sessão de 24-8-81.

Do Sr. Evelásio Vieira, pronunciado na sessão de 24-8-81.

#### 3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO

#### 4 — MESA DIRETORA

#### 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES

#### 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 134ª SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1981

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. JARBAS PASSARINHO, JORGE KALUME, ITAMAR FRANCO E AGENOR MARIA**

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Humberto Lucena — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Lázaro Barboza — José Fragelli — Mendes Canale — Affonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Pedro Simon — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*E lido o seguinte*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 1981

Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 17 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único. Às serventias de registros públicos é vedado exigir dos requerentes quaisquer formalidades suplementares pelo fato de a certidão solicitada referir-se a marido e mulher ou a pessoa jurídica integrada por mais de uma pessoa física.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O projeto de lei que ora tenho a honra de submeter à consideração da Casa resulta de indicação feita ao Instituto dos Advogados Brasileiros, pelo dr. F.A. Gomes Neto, em a qual, além de denunciar o procedimento irregular de certas serventias cartorárias, no Rio de Janeiro, postula pela eliminação do excesso de burocracia dele resultante.

Denuncia o dr. F.A. Gomes Neto, com efeito, que aquelas serventias estariam a exigir, para o fornecimento de certidões solicitadas, que os interessados adquiram folhas de impressos em que sejam mencionados, por escrito, os nomes ou de a quem se referem as certidões e, quando se tratar de pessoa casada, a aquisição de dois impressos, um para o marido outro para a mulher. Do mesmo modo, quando se trata de firma, exigindo-se um impresso para a razão social e mais tantos para quantos forem os sócios.

Isto é, segundo o denunciante, no mínimo uma burocracia injustificável, estando a ensejar pronta ação pela certidão, ou por quantas certidões sejam expedidas, mas que evitem referida "cansativa e desgastante burocracia".

Por outro lado, atento a tal indicação e denúncia dela resultante, estamos propondo uma modificação na lei dos Registros Públicos, justo no lugar que trata do direito que as pessoas têm de requerer certidões (artigo 17), para o fim de vedar tais exigências absurdas.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1981. — *Nelson Carneiro.*

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Art. 17. Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

(*A Comissão de Constituição e Justiça.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Encontra-se presente, na Tribuna de Honra do Senado Federal, uma delegação de ilustres Srs. Senadores e membros destacados do Governo da Nigéria.

Para dar as boas-vindas aos nossos ilustres visitantes, concedo a palavra ao nobre Presidente da Comissão do Distrito Federal, o Sr. Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Brasília tem a honra de acolher com satisfação e justificada alegria, a presença de 11 Senadores da Nigéria, personalidades representativas da mais populosa nação africana, com os seus 75 milhões de habitantes, pletórica de recursos naturais de toda a ordem, num mundo faminto de matérias-primas.

Os eminentes Senadores que nos visitam, estão construindo na República Federal da Nigéria, cujas excepcionais potencialidades demográficas, econômicas, políticas e sociais, se vêm revelando auspiciosamente na superfície de 724.000 Km², um dos maiores Países do mundo contemporâneo, queimando etapas no roteiro do desenvolvimento acelerado.

A semelhança do Brasil, também a Nigéria é uma vasta federação de regiões heterogêneas e diversificadas, desde o delta do Niger e as selvas tropicais, até os contrafortes do grande planalto africano.

No entanto, diferentemente do Brasil, com a sua independência ocorrida em 1822, a Nigéria somente alcançou integral independência no contexto da Comunidade Britânica em 1960, comemorando-se a data nacional a 1º de outubro de 1960.

Lagos, a magnífica Capital da Nigéria, é, como Brasília, uma cidade cujo crescimento ultrapassa todas as previsões, tendo mais de 1 milhão de habitantes, seguindo-se Ibadan e Ogbovnosho.

É extrema a variedade dos principais grupos étnicos componentes da população, que falam cerca de 250 línguas e dialetos, em que se destacam o haussa, o ioruba, o ibo, o edo, entre muitos outros, além do árabe e do inglês, a língua oficial.

Pelas estatísticas disponíveis, 47% são muçulmanos, 37% cristãos e o restante, animistas, sendo a força de trabalho estimada em 21 milhões.

A excepcional riqueza do País em petróleo, carvão, estanho, calcário e produtos florestais, possibilitou, já em 1977, um comércio exterior da ordem de US\$ 11.698 (onze bilhões, seiscentos e noventa e oito milhões de dólares), para as exportações, e US\$ 11.200 (onze bilhões e duzentos milhões de dólares) para as importações.

Para um PNB calculado em US\$ 45.720 (quarenta e cinco bilhões, setecentos e vinte milhões de dólares) em 1978, 43% vêm da mineração e 22% da agricultura, pesca e criação.

Assistimos, destarte, ao advento no cenário mundial, de uma grande potência africana emergente, depois das dramáticas lutas pela consolidação da unidade nacional, posteriores à sua plena emancipação política, em 1960, ocorrida no ano em que Brasília foi inaugurada.

A Nigéria tem para nós uma importância especialíssima, não somente como a nação vizinha do outro lado do Atlântico, mas, sobretudo, pela sua contribuição no que tange à formação do nosso povo.

São dezenas de milhões os brasileiros que se orgulham de suas origens africanas, em cujas veias corre o generoso sangue dos negros que ajudaram, com o seu talento, a construir esta grande Nação Sul-Americana.

A contribuição dos africanos de várias origens — da Nigéria a Moçambique — para a formação da nacionalidade brasileira, foi decisiva, proporcionando-lhe, pela miscigenação, posteriormente ampliada pela incorporação de enormes contingentes europeus e asiáticos — características e peculiaridades que preestabelecem uma destinação de grandeza.

Somos, pelo pré-condicionamento da nossa heterogeneidade de origens raciais, avessos a qualquer tipo de discriminação, de separatismo e de intolerância.

Numa conjuntura internacional saturada de crises políticas e econômicas, o Brasil se volta, tanto para o mundo industrializado, como para os países em desenvolvimento, tradicionalmente comprometido com a paz, com o respeito às aspirações de autodeterminação, de desenvolvimento sustentado, de justiça e de bem-estar para todos os povos.

O Brasil não aceita, e repele, intervenções, subordinação e hegemonias, tentando compreender e ser compreendido, na certeza de que o diálogo internacional pressupõe a leal aceitação das peculiaridades de cada país.

Com os nossos vizinhos do Continente Africano, depois do estabelecimento de contactos visando ao conhecimento mútuo, ingressamos numa fase auspiciosa de construção, de troca de experiências e de cooperação, com excelentes perspectivas de um maior e melhor intercâmbio.

São reconhecidamente excepcionais as virtualidades do convívio afro-brasileiro, estruturando-se relações de crescente intensidade e importância, como o demonstra a honrosa presença em Brasília, de Vossas Excelências, integrando uma missão nigeriana do mais alto nível.

Convém acentuar, de passagem, que desde 1980, é a Nigéria o primeiro parceiro comercial brasileiro na África.

Senhores Senadores:

Não só como Presidente da Comissão do Distrito Federal como também interpretando a unanimidade dos Partidos Políticos do Senado, por especial delegação dos Líderes do Partido Democrático Social — Senador Nilo Coelho; do Movimento Democrático Brasileiro — Senador Mauro Benevides; e do Partido Popular — Senador Evelásio Vieira, reafirmo a satisfação desse encontro com Vossas Excelências, nesta Casa do Poder Legislativo brasileiro.

Já não somos, como ainda teimam afirmar, economistas fiéis às postulações de Kissinger, Brzezinski, Herman Khan, Servan-Schreiber, e alguns outros cientista políticos e futurólogos norte-americanos e europeus, países inteiramente periféricos, desestabilizados em face do que convencionaram denominar "a sociedade trilateral" das democracias industriais: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, por eles considerados como o tripé do desenvolvimento e dos direitos humanos universais.

Em um mundo eletronicamente entrelaçado, cada vez mais dominado pela revolução científica e tecnológica, profundas mudanças estruturais, geradas pela educação e pelas comunicações, estão acontecendo.

Despontam, no horizonte próximo, em cada Continente, novos pólos de irradiação política, econômica e cultural.

Os países exaustos e consolidados, beneficiários da espoliação colonialista, estão perplexos diante da nova realidade das potências emergentes na Ásia, na América Latina, e na África, que se recusam a continuar como armazéns para o abastecimento de algumas metrópoles famintas de matérias-primas, ou depósitos de massas humanas esfomeadas.

O Brasil e a Nigéria têm um decisivo papel como protagonistas da história, por força das respectivas potencialidades geodemográficas e econômicas, de um e outro lado do Atlântico.

São nações engajadas num processo irreversível de desenvolvimento acelerado, historicamente amadurecidas, que avançam, céleres, para uma destinação de progresso, a serviço da paz e bem-estar de toda a humanidade.

Senhor Presidente:

Encerrando estas considerações, saúdo a nobre Delegação Nigeriana, na pessoa do seu Chefe, Senador A.D. Rufai (Presidente da Comissão do Distrito Federal do Senado da Nigéria), integrada por 11 eminentes Senadores e as-

essorada por representantes de importantes órgãos do Poder Executivo dessa grande Nação irmã.

São Membros da Delegação os Senadores: A.A. Abogide, C.L. Adeoyi, S.M. Ojukwu, participando, também, o Senhor F.C.D.A. Abuja, da Agência para o Desenvolvimento da Capital Federal; o Senhor Alhaji A. Ibrahim, Secretário Oficial do Senado, o Senhor Okeleke Paul — Secretário, e o Senhor Franklim Adesegha, da Agência de Notícias da Nigéria.

Que sejam bem-vindos a Brasília, e vejam coroados de êxito integral as suas observações, estudos e iniciativas.

Poder-se-ia repetir com relação às Repúblicas Africanas amigas, do outro lado do Atlântico, o conceito emitido pelo Chanceler Saenz Peña, quando nos visitou, nos começos deste século: "Tudo nos une e nada nos separa". (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Interrompo a sessão por alguns minutos para que os Srs. Senadores tenham possibilidade de cumprimentar os Srs. Senadores da Nigéria e seus acompanhantes.

*(A sessão é suspensa às 14 horas e 48 minutos e reaberta às 14 horas e 50 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Agenor Maria. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 30 minutos.

**O SR. AGENOR MARIA** (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Sr. Carlos Langoni, Presidente do Banco Central, afirmou que o Governo não vai modificar nem a dosagem nem o desenho da política econômica em vigor. Disse que o critério objetivo para medir a dosagem dos remédios aplicados pelo Governo é o nível de reservas internacionais.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o modelo econômico que prevalece há tantos anos, no qual o financeiro sobrepõe-se à produção e ao trabalho, é o maior responsável pela quebra dos valores, pelos desacertos, pelo desequilíbrio da situação nacional e atenta contra a própria Segurança Nacional. Baseado nestes princípios, procurei, no final desta semana, analisar com profundidade esta realidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, 73% do dinheiro em circulação pertence a bancos estatais, conseqüentemente pertencem à Nação. Se 73% do dinheiro pertence à Nação e é manipulado através dos bancos oficiais, não tem por que taxar-se numa valorização excepcional os juros, dando ao dinheiro a certeza do lucro fácil e encarecendo o trabalho e a produção. Porque a proporção que encarece o dinheiro, é lógico, é evidente que se está acionando, queiram ou não queiram, a valorização da produção.

*O Sr. Aderbal Jurema* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. AGENOR MARIA** — Com o maior prazer.

*O Sr. Aderbal Jurema* — Como sempre, ouvimos V. Ex<sup>a</sup> nesta tribuna com o maior respeito pela sua sinceridade, pela sua franqueza na análise dos problemas nacionais. Mas V. Ex<sup>a</sup> falou que o modelo econômico não sofreu alteração. Discordo de V. Ex<sup>a</sup>. Não há modelo econômico estático, o modelo econômico é dinâmico. E se, há alguns anos, nós investimos em obras de distante rentabilidade — eu dou um exemplo a V. Ex<sup>a</sup>, a ponte Rio—Niterói, sem querer me deter em outros problemas maiores — V. Ex<sup>a</sup> não pode negar que, de uns três anos para cá, houve um investimento maciço na agricultura. E a prova é que nós tivemos e estamos tendo safras que há muito tempo não eram registradas na história da agricultura brasileira. De maneira que V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem sério, um homem equilibrado, não pode dizer a esta Casa e à Nação que o modelo econômico não mudou. O modelo econômico está mudando. Talvez não esteja mudando no ritmo e na agilização que V. Ex<sup>a</sup> desejaria. Era isto que eu queria ponderar a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AGENOR MARIA** — Meu dileto colega, Senador Aderbal Jurema, V. Ex<sup>a</sup> está apartando o Presidente Carlos Langoni. Foi ele quem disse — e eu li aqui — foi o Presidente do Banco Central quem disse que "o Governo não vai modificar nem a dosagem nem os desenhos da política econômica em vigor". Conseqüentemente, o que eu quero...

*O Sr. Aderbal Jurema* — Política não é modelo. Se há uma coisa extremamente plástica é política, porque a política é tudo. É, como diriam os antigos, a arte do possível, embora nem sempre seja a arte que nos satisfaça.

**O SR. AGENOR MARIA** — V. Ex<sup>a</sup> não me deixa concluir o raciocínio do Presidente do Banco Central. O Presidente do Banco Central afirmou que o Governo não vai modificar nem a dosagem nem o desenho da política econômica em vigor, esta política econômica que altera os juros, que mantém uma correção monetária funcionando simplesmente a favor do Governo, que mantém uma taxa de juros exorbitante, que criou uma situação paradoxal: o cidadão é, no Brasil, economicamente rico e financeiramente desgraçado. Isto

porque, V. Ex<sup>a</sup> é o primeiro a reconhecer, quem tem uma estrutura econômica de ordem pastoril, rural ou mesmo industrial e não dispõe de capital de giro próprio, ele corre o risco de, trabalhando, perder o que tem, porque a rentabilidade do financeiro se sobrepõe, de muito, à rentabilidade do econômico. Não se conhece, no Brasil de hoje, nenhuma estrutura econômica que ofereça ao seu proprietário renda de 10% ao ano. Não existe, não existe nenhuma propriedade, hoje, no Brasil, que ofereça rentabilidade mínima que possa fazer frente à rentabilidade do financeiro.

De forma que a minha presença na tribuna, trazendo este depoimento do Presidente Carlos Langoni e outros depoimentos, é no sentido de, mais uma vez, ver se consigo despertar a atenção do Governo, para que ele reconheça que, se 73% do meio circulante pertence aos bancos estatais, não há por que alterar demasiadamente o custo do dinheiro, sacrificando 90% do produtor brasileiro que não tem capital. A descapitalização, neste País, é um fato; quem não tem capital e precisa trabalhar — e é lógico, precisamos trabalhar — com o dinheiro alheio corre o risco de, trabalhando, perder o que tem, porque a rentabilidade financeira se sobrepõe de muito à rentabilidade do econômico.

*O Sr. Lázaro Barboza* — Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite uma intervenção?

**O SR. AGENOR MARIA** — Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Senador Lázaro Barboza.

*O Sr. Lázaro Barboza* — Eminentíssimo Senador Agenor Maria, a propósito do aparte com que V. Ex<sup>a</sup> foi honrado, há pouco, pelo nobre Senador por Pernambuco, Aderbal Jurema, eu estranhei a afirmação de S. Ex<sup>a</sup> de que, em verdade, não se deve mudar coisa alguma na política agrícola deste País porque tivemos — segundo S. Ex<sup>a</sup> — uma das melhores safras no último ano. Gostaria de convidar o nobre Senador Aderbal Jurema a analisar dois fatos: primeiro, se tivemos uma supersafra, como explicar terem sido maciças as importações de arroz da Birmânia, das Filipinas, e de outros países que se situam do outro lado da face da terra, para o nosso consumo interno? Como explicar a situação de penúria do lavrador de hoje e como explicar, nobre Senador Agenor Maria, que se possa lançar sementes à terra, pagando juros de até 85% ao ano? Com essa política dos juros implantada agora, a grande perspectiva da agricultura brasileira — e digo isto com algum conhecimento, porque sou filho de lavradores, fui lavrador na meninice e sou produtor até hoje — é como continuar produzindo. Eu não sei. Gostaria que, a qualquer hora, o nobre Senador Aderbal Jurema pudesse me convencer do contrário.

*O Sr. Aderbal Jurema* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, já que fui citado?

**O SR. AGENOR MARIA** — Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me desse um segundo para que eu pudesse responder ao nobre Senador Lázaro Barboza.

*O Sr. Aderbal Jurema* — V. Ex<sup>a</sup> é que é o dono da tribuna. Eu é que suplico alguns segundos.

**O SR. AGENOR MARIA** — Muito obrigado.

*O Sr. José Fragelli* — Permite V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. AGENOR MARIA** — Antes de conceder, com o maior prazer, o aparte ao Senador pelo Mato Grosso do Sul, homem que tem uma vasta propriedade, que conhece de perto o problema da produção neste País, eu me permito dizer ao nobre Senador Lázaro Barboza, o seguinte: *O Globo*, do dia 30 de junho, deste ano, diz através do Sr. Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura do Paraná:

A política de crédito subsidiado para a agricultura foi nefasta em seu Estado, proque provocou o desaparecimento de cem mil pequenas propriedades agrícolas, nos últimos dez anos, e o surgimento de imensos latifúndios mecanizados.

Senador Lázaro Barboza, o Governo, na sua ânsia criminosa de querer produzir para exportar, subsidiou os latifúndios e automatizou as grandes propriedades para produzir culturas de ciclo rápido, como a soja. Começou depois, através de incentivos fiscais, a desenvolver a industrialização daquela matéria-prima para exportar, e depois começou a premiar a exportação, a um ponto que os subsídios foram muito além da nossa capacidade. O que se deu de subsídio, neste País, nestes últimos anos, é uma coisa que só se lendo os dados da emissão de papel-moeda, sem lastro. Entre os anos de 75 e 80, a emissão foi mais de 300 bilhões de cruzeiros, sem lastro. Para que a Casa tenha uma idéia, a emissão, no ano de 75, foi de 35 bilhões e 50 milhões. A emissão, em 1976, foi 51 bilhões; em 77, 71 bilhões; em 1978, 103 bilhões; em 1979, 187 bilhões e, este ano, até julho, 326 bilhões, para justamente manter uma política artificial. Esta é a grande realidade.

*O Sr. Reinhold Stephanes*, que é uma pessoa do Governo, trabalhou aqui, em Brasília, no Ministério da Previdência Social e agora é Secretário de

Agricultura do Paraná. Quem diz não é o PMDB, quem diz não é Agenor Maria, quem diz não é a Oposição. Reinhold Stephanes explicou que os pequenos e médios produtores não tiveram acesso ao crédito subsidiado...

O Sr. Lázaro Barboza — E é verdade...

O SR. AGENOR MARIA — ... enquanto que os grandes produtores aproveitaram esse empréstimo barato para adquirir as fazendas dos menores. Acrescentou que essa situação produziu bons resultados em termos de aumento da produção de trigo e soja mas, também, trouxe a concentração da renda e da propriedade no Estado do Paraná. Houve, nos últimos dez anos no Paraná, uma evasão de população surpreendente, mais de 100 mil pequenas propriedades desapareceram, milhares de trabalhadores ficaram sem emprego e ocorreu uma emigração inacreditável da população paranaense para o Paraguai, Rondônia e Mato Grosso. Não é Agenor Maria quem diz, quem o diz é uma pessoa ligada ao Governo. É a administração desse jaez que está nos levando para a "rua da amargura".

O Sr. José Fragelli — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Pois não. Ouço, com o maior prazer, o aparte de V. Exª, nobre Senador José Fragelli, representante do Mato Grosso do Sul.

O Sr. José Fragelli — Nobre Senador Agenor Maria, meu aparte será bem curto — quero me referir a um trecho anterior do seu discurso. Quero apenas lembrar, quando V. Exª se referiu, aqui, à rentabilidade das atividades econômicas, inclusive das propriedades, que, nesta Casa, há alguns anos, o ex-Senador Itálio Coelho fez um discurso mostrando que a rentabilidade das propriedades rurais de pecuaristas, àquela época, e era uma boa época, não passava de 5% ao ano. Mas, agora, estenderei um pouco mais o meu aparte. Pelo que V. Exª acaba de ler, isto que V. Exª chama de modelo e, a meu ver, com razão, tem levado a que médios e pequenos proprietários, justamente, pela baixa rentabilidade, vendam suas propriedades. Esse processo em Mato Grosso do Sul já vem há pelo menos quinze anos. Não sei se o Senador Saldanha Derzi vai me permitir, mas vou lembrar uma passagem. Encontrei-me com ele em Bela Vista — eu estava até fora da política e ele Deputado — perguntei-lhe: o que está fazendo aqui, Rachid? Disse-me ele: estou comprando umas propriedades porque eu não suporto o cerco dos meus amigos que querem me vender pequenas propriedades porque não têm condições de continuar a explorar as suas terras. E, agora mesmo, isto está acontecendo no Mato Grosso do Sul. De sorte que esta baixa rentabilidade a que V. Exª se referiu é um fato que não é de hoje. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. AGENOR MARIA — Senador José Fragelli, o Senado Aderbal Jurema é um intelectual, acredito que tenha pela terra talvez o maior carinho mas, sinceramente, tenho a impressão de que S. Exª está afastado das lides rurais, e talvez não esteja a par das grandes dificuldades que estão tendo aqueles que produzem neste País. Senador José Fragelli, quem produz no campo, passou, a partir de 1967, a responder por um encargo tributário desumano, impatriótico e inconstitucional que foi a modificação da lei da tributação. Nós sofríamos uma incidência fiscal, conhecida como Imposto de Vendas e Consignações, imposto em cascata, e pagávamos 4,5%. Acabaram com esse tipo de tributo e nos impuseram uma taxa de ICM de 18%, incidindo sobre o produto bruto nas nossas mãos, como se trabalhar e produzir na lavoura fosse lucro certo. A partir de 1967, a produção rural deste País passou a sofrer um tipo de tributação, em que a pessoa paga imposto porque produziu, não porque tenha grande dinheiro...

O Sr. José Fragelli — Substituíram a cascata por uma catarata.

O SR. AGENOR MARIA — Muito bem! De forma que, o que há, é um esvaziamento total na agricultura. O que está havendo é uma política malsã, que tem como objetivo esvaziar o campo, aumentando o êxodo rural, e criando uma situação insustentável. Nunca vi, Senador Fragelli, tamanha irresponsabilidade, porque aumentar exportação, subsidiando sem poder subsidiar, dando incentivo fiscal sem poder dá-lo, e agora, premiando, sem poder premiar, representa irresponsabilidade. Não podemos ficar a mercê de um modelo extrovertido, que depende exclusivamente do mercado internacional.

Veja V. Exª: o nosso café só dá preço quando cai uma geadada, se não tiver uma geadada, o café sobe aqui no Brasil, mas no exterior baixa de preço. O açúcar só dá preço quando a beterraba desaparece na Europa, pois quando a produção de beterraba é grande, quem dá preço ao açúcar são eles. Os grandes países industrializados, por incrível que possa parecer, continuam ditando os preços dos produtos nobres dos países produtores de matéria-prima. Essa é a grande realidade! Resultado: quais são os nossos produtos nobres? É o cacau, é a soja, é o café, é o açúcar. Quem dá os preços? Somos nós? Não. Quando cai uma geadada, como a de agora, o preço da saca do café reage; quando o ano é normal, sem geadas, nós não ditamos os preços.

É este o tipo de modelo que, desde que aqui cheguei nesta Casa, condeino, que mais uma vez volto à tribuna, já desta vez para condenar mais veementemente.

S. Exª o Sr. Ministro Delfim Netto e um Vice-Líder do Governo dizem que a nossa situação aqui, ainda é um pouco melhor do que a situação da Polônia. Mas, pelo amor de Deus! Como é que querem comparar — o Ministro Delfim Netto, e ontem, o nobre Senador pelo Pará — a nossa situação com a da Polónia?

Eu tive a curiosidade, Senador Fragelli, de fazer um levantamento econômico da Polónia e constatei o seguinte: a Polónia tem 312.677km²; o Brasil tem 8.511.000km². Vinte e sete vezes maior do que a Polónia! Mas, por incrível que pareça, na Polónia a taxa de consumo de carne semanal *per capita* é de meio quilo; e a Polónia importa carne, aqui, no Brasil, nós estamos exportando carne, e eu conheço nordestino que nasce, cria-se, vive trinta, quarenta, cinquenta anos e morre sem conhecer carne, sem se alimentar de carne, porque o salário que ele ganha não oferece poder aquisitivo para adquirir a carne. O salário na minha área, no Nordeste, é 6.712 cruzeiros; descontados os 8% dos encargos sociais, ele recebe 6.146 cruzeiros e não pode comprar um quilo de carne. Consequentemente, querer nesta tribuna dizer que a nossa situação é melhor que a Polónia, tenha santa paciência! É preciso conhecer de perto a realidade da Polónia e conhecer de perto a realidade do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste levantamento eu constatei que a agropecuária da Polónia se resume à batata, beterraba, centeio, cevada, suíno e trigo. No Brasil: café, arroz, cana-de-açúcar, feijão, soja, mandioca, amendoim, batata inglesa, algodão, laranja, banana, abacaxi, gado bovino, enfim, é uma situação totalmente diferente.

O que acontece, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que a política fiscal é errada, a política tributária é errada: ou nós vamos de encontro à lei que estão criando esses monstros, esses paradoxos ou eu não sei para onde nós iremos ser arrastados. É preciso que se entenda: não é possível ficar o agricultor submetido a um processo tributário incidindo porque ele produziu. Porque ele pode muito bem produzir deficitariamente, ele pode muito bem produzir e perder dinheiro. Ora, pelo amor de Deus! Pagar 18% de ICM perdendo dinheiro, com a produção deficitária, é inteiramente impossível; daí a falta de motivação para o homem produzir, para o homem trabalhar.

Um outro aspecto: os encargos sociais que incidem sobre o valor do produto de 2,5%, nós produtores rurais os pagamos por toda a nossa produção, globalmente 2,5% de encargos sociais. Pois bem. Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como é paradoxal: num país onde a média de vida é de 60 anos, o agricultor para se aposentar tem que chegar aos 65 anos. Nós pagamos desde a mais tenra idade. Pagamos porque produzimos 2,5%; não temos outro direito senão a aposentadoria depois dos 65 anos. A qual representa um pouco menos da metade de um salário mínimo. Pagar 2,5% de encargos que incidem sobre o valor da produção num país inflacionário, carregando bilhões para a Previdência! E quando completa 65 anos de idade, esse homem que trabalhou desde a mais tenra idade — porque no campo começa-se a trabalhar com 5 anos colhendo algodão, indo buscar água — só depois de 65 anos de idade é que ele tem direito à aposentadoria rural. E qual o direito da aposentadoria rural? Meia aposentadoria rural, porque a Previdência Social confessa que os 4 mil e poucos cruzeiros não atendem mas não tem como pagar mais.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se esse tributo que incide sobre o produto dê ou não dê lucro é certo, eu queria que alguém me conformasse, eu queria que alguém me clareasse, eu queria que alguém conseguisse me pôr na cabeça que esse tipo de tributo é certo. Se essa aposentadoria depois dos 65 anos que não reflete nem de longe a necessidade do aposentado, porque os 4 mil 340 cruzeiros não pagam realmente nada, isto realmente cria a situação de dificuldade, em que vive hoje a nacionalidade!

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer.

O Sr. Aderbal Jurema — Estou acompanhando a análise muito humana que V. Exª está fazendo. Mas, V. Exª não pode negar que a luta que o Brasil trava não é uma luta apenas do Governo. Por exemplo o caso dos bancos; os banqueiros, no Brasil precisam de fato mudar de mentalidade, porque eles são apenas repassadores de dinheiro. Eles não correm riscos. Até os atravessadores correm um risco maior do que eles porque compram o melão lá no São Francisco e vêm vendê-lo em Brasília, o qual pode apodrecer, pois é mercadoria perecível. Já os banqueiros não. Eles emprestam o dinheiro com todas as garantias, mas não correm riscos. Eu gostaria de ver os banqueiros participando, por exemplo, do Projeto Carajás. Eles precisam correr o risco como correm os banqueiros norte-americanos. Nisto é que o Governo está interessado em convencê-los. Quanto à inflação, V. Exª sabe que nestes últimos três meses, ela não parou mas desativou um pouco. V. Exª há de reconhecer

isso. Estamos com uma média menor do que a dos três meses anteriores. V. Exª há de verificar o esforço que estamos fazendo na área de exportação. Por quê? Para poder equilibrar o que chamamos "balanço de pagamentos". Vamos chegar em outubro zero a zero. Por que zero a zero? Porque aumentamos a exportação de manufaturados. Sabe V. Exª que hoje corre páreo a exportação de manufaturados por uma exportação de produtos primários. Antigamente éramos um país onde dizíamos que vivíamos da sobremesa, do café e do açúcar. Já hoje a nossa situação está se modificando. De maneira que, embora nós reconheçamos que a inflação não foi debelada, e que é difícil debelá-la, nós temos também que dar um crédito a este Governo no sentido de que ele tem — e ninguém mais do que ele — o interesse de desativar a inflação e de procurar o equilíbrio da balança de pagamentos.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Aderbal Jurema, os títulos em protesto aumentam, o desemprego cresce — e como cresce o desemprego neste País, Senador! A cada dia V. Exª vê pela televisão e pelo rádio o desemprego aumentando. V. Exª diz que o Governo dialoga com os empresários da rede bancária...

O Sr. Aderbal Jurema — Excelência, a inflação era um bicho-papão para os Estados Unidos. Os Estados Unidos hoje estão com uma inflação de 11% e outros países da Europa também, como a Inglaterra, a França. Nunca eu atravessei a Alemanha de ponta a ponta numa inflação de 2%, isso era um bicho-papão. Veja V. Exª hoje como está. Por quê? E eles têm uma inflação menor do que a nossa? Por quê o desemprego? Porque eles não têm o ritmo de crescimento que nós temos. Em 1930 nós tínhamos 30 milhões de habitantes; em 1981 somos 120 milhões de habitantes.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Aderbal Jurema, este crescimento na base do dinheiro emprestado em que nós saímos de 2 bilhões e 900, em 1964, para quase 60 bilhões, sinceramente não me convence. Este tipo de desenvolvimento onde as doenças crescem, onde o País não tem mais uma medicina preventiva, onde os salários não correspondem à plena necessidade do homem que produz, onde cresce assustadoramente o êxodo rural, onde a dívida interna do País vai a 1 trilhão de cruzeiros! Senador Aderbal Jurema, o que me assusta é que, em 1973, quando estourou a guerra do petróleo, a França em 1974, a Inglaterra em 1975, começaram a fechar fábricas de automóvel, a diminuir a fabricação de carros. Aqui no Brasil aconteceu o contrário: nós saímos de uma produção de 600 mil veículos em 1973, para produzirmos no ano passado 1 milhão e 170 mil veículos.

O Sr. Aderbal Jurema — Perfeito.

O SR. AGENOR MARIA — Quer dizer, aumentamos o número de fábricas e ficamos numa dependência maior do petróleo, enquanto o Japão — que é como nós, importador de petróleo, mais do que nós ainda — desenvolveu os seus transportes de massa. E hoje 75% do transporte de massa do Japão, da Inglaterra, da França não dependem de petróleo, e aqui nós dependemos totalmente do petróleo. A crise da Bahia foi uma crise dependente de petróleo, porque subiram 61% as passagens, e só quem ganha esse salário desgraçado de 6.712 cruzeiros é quem sabe o quanto representa um transporte caro. De forma que, em 1973, os países mais evoluídos do mundo começaram a fazer por onde diminuir a produção de veículo, até fechando as suas fábricas. Aqui no Brasil foi diferente: abrimos mais fábricas, aumentamos a produção de veículos, aumentamos os contingentes de operários das fábricas e hoje a situação está aí. A crise da Bahia foi transporte de massa. E para que V. Exª tenha uma idéia veja: São Paulo com os seus 15 milhões de passageiros tem apenas, sem depender do transporte de diesel, apenas 4,9 dos transportes. Apenas 4,9% dos transportes de massa de São Paulo não dependem do diesel. O resto é totalmente dependente do diesel. Como é diferente da Inglaterra, da França e do Japão.

Um outro aspecto: de onde vem a crise do desemprego em São Paulo? Da indústria automobilística. Por quê? Porque enquanto a França, a Inglaterra e a Alemanha fizeram isso, aqui aumentou-se o número de fábricas, aumentou-se a produção de veículos.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite uma pequena intervenção, nesta altura?

O SR. AGENOR MARIA — V. Exª vai me permitir concluir o meu raciocínio.

Se V. Exª puder me provar que a produção de veículos não subiu de 600 mil, em 1973, para 1 milhão, 170 mil, agora em 1980; se V. Exª puder dizer que realmente não estou com a verdade, de que na França, na Inglaterra fecharam fábricas e aqui nós permitimos que se abrissem mais fábricas; se V. Exª achar que o nosso transporte de massa não depende quase do diesel e que não fizemos nada nesse setor, aí V. Exª realmente vai me apartear e eu ficarei muito feliz. Mas posso afirmar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso transporte de massa é quase que totalmente dependente do petróleo; os nossos gas-

tos públicos estão a cada ano maiores; não se fez nada para diminuir os gastos públicos e as despesas públicas neste País; quem encarece mais o custo de vida é o Governo, com uma política realmente malsã; não procura fazer uma economia de nada. Os nossos orçamentos estão aí para quem quiser ver. O Orçamento da União, como um todo, é um tanto, o orçamento das empresas de economia mista é um outro tanto, totalmente diferente, e ninguém se entende. Infelizmente, esta é a realidade que trago para a tribuna, na tarde de hoje.

Com o maior prazer ouço o nobre Senador Aderbal Jurema.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Solicito ao nobre orador que não conceda mais apartes a partir de agora porque o tempo de V. Exª já se esgotou.

O Sr. Aderbal Jurema — Apenas para dizer a V. Exª, dentro da sua argumentação, desse estudo comparado que V. Exª está fazendo tão bem, que nos últimos doze meses, até maio, o crescimento industrial, dos Estados Unidos foi 6%, o desemprego 7,5%, inflação 9,5%, na Alemanha, o crescimento foi zero, o desemprego 5,4%, a inflação 6,9%; na Inglaterra, 8% de crescimento, 11% de inflação, 11,5% de desemprego; na França, 8% de crescimento industrial, 7% de desemprego, 13% de inflação. Veja V. Exª como esses países, com sua economia tão bem organizada, tão louvada, estão sofrendo problemas proporcionalmente, em percentual, maiores do que nós. Por esses dados, V. Exª há de verificar que é muito difícil para um País em desenvolvimento conter a inflação sem a recessão. Daí o grande problema, não apenas do Governo, como também dos empresários, de todos nós, das classes liberais, de toda a elite brasileira, é conseguir conter a inflação, diminuir o ritmo da inflação sem entrar na recessão. Esse é o grande drama brasileiro.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Aderbal Jurema, V. Exª deveria citar de quanto foi o endividamento da França, da Alemanha, nesse período. Quanto ao Brasil, até o mês passado captamos onze bilhões de dólares emprestados e precisamos encontrar quem nos empreste mais seis bilhões, para fazer dezessete, só para aliviar a balança de serviços, uma balança de serviços que só em juros, juros que vão e não voltam, juros que não têm retorno, nos levarão, este ano, oito bilhões de dólares.

A nossa dependência do capital estrangeiro é tão grande que não temos mais o direito de dar o preço daquilo que produzimos. Somos hoje uma Nação, em termos de endividamento, muito mais sujeita do que o Brasil Colônia de Portugal. Em termos de endividamento, a nossa situação hoje é muito mais de colônia do que quando o Brasil dependia de Portugal. Por quê? Por que eu faço esta afirmação? Porque estamos devendo um dinheiro, Senador Aderbal Jurema, que só em juros nos levam oito bilhões. E eu fico embaçado, quando eu chego no comércio e encontro à venda lenços, camisas, por tudo pagando-se *royalties*. Tudo hoje é Pierre Cardin, não sei o que, tudo na base do *royalty*, como se nós vivêssemos às mil maravilhas, nadando em dinheiro. Não sei por que se compra uma camisa genuinamente brasileira e lá está uma etiqueta francesa. Pelo amor de Deus! Uma meia genuinamente brasileira, com uma etiqueta francesa, pagando *royalty*. Não estamos podendo, Senador Aderbal Jurema, pagar os nossos compromissos em dia, não temos como pagar o juro da dívida. Por que, então, pagar-se *royalty* para usar uma camisa fabricada de pano brasileiro, mão-de-obra brasileira, *know-how* brasileiro, pagar *royalty* para usar a marca estrangeira, Sr. Presidente? São esses os problemas que eu trago para a tribuna, protestando contra um Governo que parece insensível à alma nacional.

O Sr. Aderbal Jurema — É a livre empresa que faz isso, não é o Governo.

O SR. AGENOR MARIA — Que livre empresa é esta, Senador Aderbal Jurema, que dá o direito de se pagar *royalties* aumentando a aflição de uma balança de serviços que está cada dia mais sobrecarregada? E V. Exª sabe muito bem que a dependência de qualquer país está no endividamento. Se estamos nos endividando cada vez mais, cada vez mais estamos nos tornando dependentes. Depois, a falta de prioridade. Estamos fazendo várias obras. Analisamos Tucuruí, vamos analisar o programa nuclear, vamos analisar Itaipu, como se nós tivéssemos realmente um potencial para arcar com ônus de tamanhas obras sem termos as mínimas condições. Isso chama-se irresponsabilidade, querer fazer o que não se pode, e dar ao operário brasileiro, nos dias atuais, o que está aí. O salário, hoje, representa fome, o subsalário nem sei mais o que representa, e o desemprego eu não sei para onde está nos arrastando.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, com estes esclarecimentos, quero deixar consignado, da tribuna, mais uma vez, na tarde de hoje, o meu veemente protesto contra um modelo que valoriza o financeiro e joga à sarjeta do abandono, do sofrimento e da dor, milhões de pessoas que, trabalhando, não tem mais o direito de viver com dignidade. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

**O SR. JORGE KALUME** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil, neste dia, de pé e orgulhoso, vê defluir mais um aniversário de seu eminente filho, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército Nacional.

Levado pelo meu sentimento de culto aos nossos pró-homens, que edificaram esta Pátria, não poderia deixar de lembrar a data em que veio ao Mundo aquele que seria o soldado respeitado e se tornaria o herói nacional!

Relembrar essa figura exponencial, um homem que, no decorrer dos seus 77 anos de vida, provou todos os dissabores e amarguras da guerra e, posteriormente, a oposição dos que lhe eram contrários, mas que recebeu todas as glórias, morrendo reverenciado pela Nação inteira.

A vida do Duque de Caxias obedeceu a dois importantes imperativos nacionais: o Exército e a política. Barão, Conde, Marquês e Duque; Ministro, Senador, Presidente de Províncias e Chefe de vários Gabinetes. Por fim, o condestável do Império.

O depoimento do General Pedro Cavalcanti define a *performance* de Caxias:

“Há, na história de cada povo, pelo rolar dos anos, períodos de suma grandeza. Luiz Alves de Lima é a expressão de um desses períodos da nossa história, todo ele marcante, desde a época da Independência às portas quase da República. De tal modo que o seu nome é uma legenda que passou à posteridade.”

É um fato inconteste. O Brasil passou por um período de consolidação de sua nacionalidade, assistido pelo Duque de Caxias. Se Caxias não tivesse existido, seriam hoje as mesmas, as dimensões do nosso território? Seríamos hoje um único país? É difícil responder, mas os riscos de uma defeção foram muitas vezes afastados pela ação firme, enérgica, patriótica e desprendida desse eminente brasileiro.

**O Sr. Aderbal Jurema** — Permite V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador?

**O SR. JORGE KALUME** — Com muito prazer, nobre Senador Aderbal Jurema.

**O Sr. Aderbal Jurema** — Ao ocupar a tribuna no dia 25 de agosto, V. Ex<sup>a</sup> está falando não apenas no seu nome pessoal mas em nome do nosso Partido. E, em nome da Liderança, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> da oportunidade do seu discurso, sobretudo do ponto de vista sociológico. É sem dúvida, o Exército Brasileiro um dos maiores responsáveis pela nossa unidade nacional, esta unidade que nasceu nos Montes Guararapes quando brancos, pretos, mulatos e índios expulsaram o holandês invasor; esta unidade que nasceu nas coxilhas do Rio Grande, quando gaúchos e brasileiros souberam deter as ambições de Solano Lopes; esta unidade que tem sido a tônica do Exército Brasileiro, a unidade nacional. E ele a tem defendido com o sacrifício da sua própria vida. Por isso, Sr. Senador Jorge Kalume, estamos aqui para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que admiramos a oportunidade do seu discurso, quando exalta a figura de Lima e Silva, sem dúvida, o condestável do Império e o Patrono não apenas do Exército Nacional, mas o Patrono da integridade brasileira.

**O SR. JORGE KALUME** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Mais uma vez V. Ex<sup>a</sup>, com a beleza e objetividade da sua linguagem, vem enriquecer este pronunciamento, esta saudação que neste dia estamos fazendo, em homenagem ao grande brasileiro Duque de Caxias.

O caso de São Paulo comprova essa afirmativa no episódio em que se envolveu o Padre Feijó, quando, de Sorocaba, escreveu ao Barão de Caxias:

“Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luís Alves de Lima seria obrigado a combater o Padre Feijó? Tais são as coisas desse mundo.”

E a resposta não tardou:

“Quando pensaria eu em algum tempo que teria de usar a força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antônio de Feijó? Tais as coisas do mundo!”

Aí ficou demonstrada a sua lealdade, o seu patriotismo sem jaca, o seu amor invulgar ao Brasil!

O historiador Tristão de Alencar Araripe lembra, em sua “Memória sobre a guerra civil do Rio Grande do Sul” que

“O Duque de Caxias, como guerreiro, distinguiu-se pela humanidade, pela previdência e pela modéstia, impreterível sinal das almas nobres.”

e como um profeta vaticinara:

“A posteridade dará a este egrégio cidadão o lugar que a pátria reserva para os seus filhos beneméritos.”

E esse depoimento data de 1879, quando Caxias era vivo. A conduta de Caxias, como seu apanágio, já fazia vislumbrar o reconhecimento após a sua morte.

Caxias, elevado à condição de nome tutelar da Pátria, é exemplo para todos os brasileiros e representou o liame do Brasil de ontem ao Brasil de hoje e do futuro.

Pai espiritual do Exército, cuja grandeza repousa no exemplo dado a seus comandados, seu nome cada vez mais de engrandece com o passar dos dias. E o atual Ministro Walter Pires, um dos discípulos de Caxias, ao lembrar os seus feitos, afirmara que

“o exemplo legado pelo insigne Chefe Militar há de ser honrado pelo Exército, que continuará marchando pelos caminhos traçados por seu patrono, sempre cômico que a expressão maior de sua força resulta de sua inabalável coesão interna, do rígido respeito à disciplina e à hierarquia, da perfeita identificação com os autênticos anseios da população e do restrito acatamento à autoridade do Presidente da República, seu comandante supremo”.

E adicionou:

“o Exército é, por assim dizer, o ponto de convergência a que acorrem, anualmente, os nossos jovens patrícios de todas as procedências, para a prestação do serviço militar. É a própria Nação que se renova, em vigília permanente, garantindo todos os setores do território nacional”.

Efetivamente, onde quer que se esteja neste território de 8 milhões e 500 mil km<sup>2</sup>, está presente a figura ímpar de Caxias, representada pelos seus discípulos, não apenas com o fuzil e a espada, mas com o trator, abrindo estradas, suas oficinas abrangendo carpintaria, marcenaria, mecânica, suas escolas as mais diversas, preparando o jovem de amanhã.

E corroborando o que estou dizendo, desejo abrir um parêntese para registrar um fato por mim presenciado em dias do mês de julho, quando visitei o 7º Batalhão de Engenharia e Construção, sediado na cidade acreana de Cruzeiro do Sul e responsável pela abertura da grande estrada que integrará todo o Estado do Acre. Seu comandante, o Coronel Marnie de Paiva Silva, mostrou-me e ao Deputado Federal Wildy Viana, que me acompanhava, bem como ao Prefeito do Município, João Soares de Figueiredo, um grupo de 16 jovens, entre 12 e 16 anos, arrebanhados no mês de outubro de 1980, nas ruas cazeirenses, porque representavam perigo para a população. Pois bem: esses jovens — que seriam futuros marginais — já com 9 meses de convivência naquele quartel, conduzidos e orientados dentro da disciplina, conscientizaram-se do erro e da má conduta por eles adotada anteriormente, abominaram o crime, tornaram-se pacatos, disciplinados, freqüentando escolas, bem alimentados e destinados cada um a uma profissão.

É assim que procede o Exército de Caxias nas paragens mais distantes, garantindo as fronteiras e colaborando pelo alevantamento da sociedade. São os ensinamentos do inolvidável Patrono que impregnaram seus seguidores.

E ao Exército de Caxias dos tempos atuais, face a dinâmica do Mundo — fruto das comunicações rápidas, com o advento da elevada técnica em todos os campos da ciência — cabe uma participação mais profunda ditada pelas circunstâncias. Dentro deste raciocínio, numa louável entrevista, o Sr. Ministro Walter Pires definiu a ação da Força pela qual é responsável:

“Cabe ao Exército, juntamente com as outras forças singulares, assegurar aos Poderes da República as condições necessárias ao aprimoramento do regime, mantendo o estado de segurança indispensável ao desenvolvimento e à democracia.”

Vejo, nesses atribulados tempos que estamos vivendo, há um século do desaparecimento de Caxias, que seus ensinamentos não foram debaldes, que ao lado da Marinha de Tamandaré e a Força Aérea de Eduardo Gomes, seus seguidores têm sabido atualizar-se de acordo com as circunstâncias, pois como escrevera o professor José Alfredo Amaral Gurgel,

“urge compreender a guerra contemporânea, racionalizando seu entendimento, a fim de criarem-se novos meios de Defesa, compatíveis com o momento vivido”.

Concluo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizendo que foi por demais difícil a vida de Caxias. Porém soube ele manter-se altaneiro em todos os momentos em que a Pátria o convocava para solucionar as questões, quer como soldado, quer como estadista. Era por excelência a figura indicada para pacificar. E suas palavras como Presidente do Conselho, já setuagenário, bem de-

monstram que seu amor à Pátria era permanente. "Manter a paz externa — disse Caxias — sem quebra da dignidade e direitos do Império; seremos moderados e justos, observando religiosamente as leis e resolvendo as questões internas com ânimo desprevenido".

A Duque de Caxias, figura ímpar de dignidade, de pureza, de patriota, de honradez e de pacificador, a homenagem desta Casa, à qual pertenceu e soube dignificar com a sua marcante personalidade de varão de Plutarco.

Saúdo, pois, o Duque de Caxias, pelas suas excelsas virtudes de soldado bravo e leal, tendo permanentemente a seu lado o humanitarismo do estadista, que também engrandeceu a vida política do Império. (*Muito bem! Palmas prolongadas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — A Presidência prorroga a Hora do Expediente por 15 minutos. Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

**O SR. ALMIR PINTO** (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ontem, quando ocupei a tribuna do Senado Federal, reportava-me exatamente ao pronunciamento feito em sessões anteriores por S. Ex<sup>a</sup> o nobre Senador Agenor Maria, quando o ilustre parlamentar rio-grandense-do-norte falava sobre a questão da alimentação do nordestino, principalmente aquela que deveria ser rica em proteína, a base de peixes pescados em açudes, sob a fiscalização do DNOCS. Disse eu então que, diante daquele pronunciamento do insigne Senador, havia procurado a SUDEPE, para receber de lá os dados necessários sobre o que estava sendo feito no Brasil e, principalmente no Nordeste, por aquela autarquia com relação à questão do aumento do pescado em nossos mananciais.

Fui muito bem acolhido pelo seu Superintendente e recebi, de um técnico de alto valor, ao qual fiz referências, no meu discurso, Dr. Raul Mesquita, um trabalho muito bem elaborado sobre a questão da piscicultura no Nordeste.

Estou agora, neste instante falando apenas para pedir à Mesa, presidida por V. Ex<sup>a</sup>, que autorize a devida retificação na vinheta da *Voz do Brasil*, de ontem, que cometeu um lapso, acredito que involuntário. Quando eu pretendia exatamente homenagear a SUDEPE, a vinheta diz, quando se referia ao meu pronunciamento:

"Baseado em trabalho elaborado por técnicos da SUDEPE ...".

Não é verdadeiramente isso e, sim, técnico da SUDENE.

É por isso, Sr. Presidente, que desejo da Mesa essa retificação. Não é que a SUDENE não mereça a nossa homenagem, mas, na sessão de ontem, eu tinha por escopo homenagear a SUDEPE pelo trabalho que o Dr. Raul Mesquita encaminhou a este humilde Senador da República. Procurei transmitir *ipsis litteris* aquele trabalho feito pelo ilustre técnico da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

É apenas isso. Foi um lapso involuntário da vinheta da *Voz do Brasil* e faço o reparo por uma questão de justiça. A homenagem que desejo prestar, no momento, não é a SUDENE e, sim, à SUDEPE.

Muito obrigado. (*Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nobre Senador Almir Pinto.

Com a palavra o nobre Senador Martins Filho.

**O SR. MARTINS FILHO** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Faleceu na noite de domingo passado, na Capital do Rio Grande do Norte, uma legítima vocação de homem público do nosso Estado.

É com incontida emoção que transmito esta notícia à Casa e à Nação e traço este rápido necrológio em homenagem àquele conterrâneo de marcantes qualidades, arrancado do nosso convívio de maneira trágica e prematura.

Demócrito de Souza Paiva nasceu em Alexandria, no dia 18 de agosto de 1945, filho de Valdemar de Souza Veras e Maria Antonia Paiva de Souza, integrantes de tradicional família do Rio Grande do Norte.

Logo cedo iria demonstrar privilegiada e indistigável vocação para a vida pública, encaminhando-se para o aprendizado das Ciências Jurídicas, tendo obtido sua graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Sua vocação pública e seu idealismo haveriam de levá-lo aos embates políticos.

Em 1970, o povo do Rio Grande do Norte o conduziu à Assembléia Legislativa, onde continuaria, em 1974, reeleito que foi na oportunidade.

Deputado, integrando a Bancada da extinta ARENA, teve uma atuação das mais destacadas, especialmente no debate da problemática sócio-econômica do seu Estado.

Funcionário de carreira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — foi convocado pelo Governador Lavoisier Maia Sobrinho para exercer as funções de Diretor Administrativo da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrário — CIDA — onde com sua capacidade e desprendimento iria prestar relevantes serviços à agricultura e agropecuária norte-rio-grandense.

A morte iria arrebatá-lo tragicamente no domingo passado, quando se preparava para os embates da campanha de 1982.

Contava 36 anos de idade e uma vida cheia de realizações. Deixa uma profunda lacuna na vida política do Rio Grande do Norte, a quem serviu com amor durante sua curta existência.

A sua dedicada esposa, Maria Adélia Sales de Souza Paiva, aos seus filhos queridos Mona Liza, Demócrito Junior, Melissa e Jaima, aos seus pais, Valdemar e Maria Antonia, aos seus irmãos Napoleão, Suerda, Diana, Maria das Graças, Maria do Socorro e Katia e a todos os familiares, amigos, correligionários e conterrâneos, a nossa fraternal mensagem das mais profundas condolências.

Muito Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi de Campina Grande, na Paraíba, e leio, para que conste dos anais desta Casa, o seguinte telex:

Ao

Excelentíssimo Senhor

Senador Humberto Lucena

Senado Federal

Brasília — DF.

Telex/Circular/FURNE/GP/003/81

15-8-81

Sob pressão mais justas ET evidentes preocupações tornamos AA presença consagrado mandatário para expressar iminência desfecho crise financeira vinha afetando esta instituição ET o que motivou nossa visita essa capital para VG com o inextinguível prestígio representantes povo paraibano VG formularmos nossas reivindicações perante ministérios da Educação VG da Previdência Social ET do Planejamento PT

Como não temos recebido VG até H agora VG notícia nosso pleito junto distinguido Ministro Rubens Ludwig VG endereçamos-lhe o seguinte Telex BIPTS

"Ao

Excelentíssimo Senhor

General Rubem Carlos Ludwig

Ministro da Educação e Cultura

Brasília — DF.

Telex/FURNR/GP/038/81

6-8-81

1. Pedimos permissão para nestes primeiros dias de agosto VG animados ET honrados pelas altíssimas atenções de Vossa Excelência VG reiterarmos termos nosso memorial entregue ao eminente Brasileiro a 25 de junho passado VG em especial no que concerne AA liberação daquela parcela postulada para o semestre findo (recordamos VG com respeito ET encanto VG quando Vossa Excelência respondeu AA nossa predica mais instante dizendo VG em suculenta sátira VG que apenas cinco dias nos separavam do término do semestre...) PT

2. Preocupam-nos a esta altura VG compromissos com a rede Bancária particular VG sob nossa responsabilidade pessoal VG vencidos ainda este mês VG sobremaneira quando publicações IBGE VG informam INPC para setembro 38.3% (trinta e oito PT Três por cento) incidente salários pessoal docente e Técnico-Administrativo VG a partir do próximo dia primeiro PT

3. Situação se torna ainda mais grave VG pela inadimplência alunado não beneficiado crédito educativo ET sem condições financeiras VG sempre mais debilitados VG no cumprimento suas obrigações junto AA universidade VG pelo menos nesta atualidade PT

4. AA estabilidade financeira da fundação universidade regional do Nordeste VG superados os problemas administrativos ET outros (!) VG nosso reiterado pleito se nos afigura como condição indispensável ET fundamental VG assegurando continuidade ET consolidação atividades vimos desenvolvendo ET oferecidas a um contingente de cerca 8.000 alunos neste período 81.2 PTVG ao lado

trabalho posto em prática maior integração comunidade ET conscientização alunado para cumprimento seus verdadeiros destinos PT

5. Diante estas sumuladas evidências VG não nos parece mais saída senão apelar VG apoio imprescindível de Vossa Excelência PTVG evitados assim impasses possam provocar interrupções ritmo nossas tarefas VG com reflexos VG indiscutivelmente VG em toda esta vasta região PT

6. Na expectativa possamos continuar merecendo honra compreensão ET superior prestígio Vossa Excelência VG reiteramos nossos francos ET elevados protestos crescente penhor PT

Cordiais Saudações Universitárias — *\*Vital do Rego*, presidente FURNE

Caloroso e confiante abraço — *Vital do Rego*, Presidente FURNE.

Como vêm V. Ex<sup>as</sup>, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa universidade que é, hoje, um dos centros de ensino superior mais importantes de todo o Nordeste, encontra-se numa situação financeira aflitiva que é, de há muito tempo, do conhecimento do Governo federal, sobretudo das autoridades competentes do Ministério da Educação e Cultura, a partir do Sr. Ministro Rubem Ludwig, com quem esteve, recentemente, acima dos partidos, toda a Bancada paraibana, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, para pedir um verdadeiro socorro para essa instituição de ensino superior, nesta hora de tantas e tão clamorosas dificuldades.

Apesar, porém, disso tudo, o Governo Federal parece insensíveis. E, no instante, Sr. Presidente, em que faço, nos anais do Senado, o registro dessa mensagem que acabo de receber do Sr. Reitor Vital do Rego, desejo responsabilizar, pessoalmente, o Sr. Ministro da Educação por qualquer agravamento da situação, que poderá chegar até a suspensão das atividades da Universidade Regional do Nordeste, localizada em Campina Grande, com prejuízos incalculáveis para um alunato na ordem de oito mil estudantes que, neste instante, se dividem na frequência aos diversos cursos que são mantidos por aquela instituição de ensino superior.

Sr. Presidente, ao terminar, faço um apelo direto e veemente ao Senhor Presidente da República, no sentido do atendimento dessas justas e merecidas reivindicações da Fundação Universidade Regional de Campina Grande.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza.

**O SR. LÁZARO BARBOZA** (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna, Sr. Presidente, para dirigir um apelo veemente ao Sr. Ministro dos Transportes, objetivando pôr cobro a uma situação de descalabro por parte da Rede Ferroviária Federal, no Município e especificamente na Cidade de Goiandira, no meu Estado.

Há três anos, Sr. Presidente, a Rede Ferroviária Federal mudou o seu traçado, mudou o local dos trilhos que passam dentro da Cidade de Goiandira, beirando a cidade, mas deixando à margem ainda uma vila e o cemitério da cidade; foi aberta uma enorme cava, com oito metros de profundidade, ao longo de toda a margem norte e nordeste da cidade. E o que é pior: a população de Goiandira, quando viu a Rede Ferroviária Federal fazer esse serviço, imediatamente se posicionou, exigindo que, concomitantemente à abertura dessa vala para a mudança dos trilhos, fosse feito o viaduto para permitir a passagem de pedestres e de automóveis com segurança, de um lado para outro.

Faz três anos e a Rede Ferroviária Federal, até hoje, não adotou a mínima providência, e todo o povo de Goiandira, que tem que se deslocar para a BR-050, para Catalão, para Nova Aurora e para outros municípios, se vê obrigado a fazer uma curva enorme, uma volta gigantesca, porque a cava monstruosa, o precipício, impede totalmente a passagem. E chega até a ser irônico e ridículo ao mesmo tempo; o cemitério da Cidade de Goiandira fica localizado do outro lado da cava aberta. Quando sai da Cidade de Goiandira um cortejo fúnebre, mais parece uma verdadeira procissão por quilômetros e quilômetros, a fim de poder-se chegar ao cemitério, que se situa, em verdade, às margens da cidade.

Dizem, Sr. Presidente, que mais de uma vez já foram alocados recursos para a execução dessa obra de fundamental importância não apenas aos habitantes de Goiandira, mas de todo o povo que transita por Goiandira, pela BR-050, para Catalão, para Nova Aurora e outros municípios daquela área, e dizem que tais recursos mais de uma vez acabaram sendo desviados, sem que a obra fosse feita.

Aproveito estes instantes desta breve comunicação para, ao lado do meu protesto contra esse descaso, fazer um apelo veemente ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Presidente da Rede Ferroviária Federal, para que imediatamente iniciem e deem andamento às obras de construção do viaduto na Cidade de Goiandira, permitindo aos habitantes daquela área um fluxo normal de entrada e saída daquela cidade. Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — Com a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma comunicação. (*Pausa.*)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário.

*É lido o seguinte*

# **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 1981**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1<sup>o</sup> É obrigatória a existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos credenciados pelo sistema previdenciário oficial.

Art. 2<sup>o</sup> O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3<sup>o</sup> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4<sup>o</sup> São revogadas as disposições em contrário.

## *Justificação*

Acreditamos que hoje ninguém mais rejeita a tese segundo a qual cabe ao Estado promover o bem-estar social dos cidadãos.

Velar pelo aprimoramento das condições de trabalho, higiene, transporte, habitação, saúde e educação constitui, ou deve constituir a preocupação primordial dos governantes numa sociedade contemporânea. Nesta ordem de idéias, cumpre-nos identificar os setores mais carentes, aqueles que apresentam uma problemática mais complexa e sugerir medidas condizentes com o nosso estágio de desenvolvimento capazes de surtir efeitos positivos.

São verdadeiramente assustadoras as notícias que nos chegam, quer das fontes oficiais quer dos centros especializados, a respeito das deficiências verificadas no campo da terapia mental.

Segunda afirmação do Dr. Paulo Mariz, Diretor da Divisão Nacional de Saúde Mental, no debate promovido pela Associação Brasileira de Psiquiatria, "foram feitas 600 mil internações desnecessárias no ano passado, acarretando gastos da ordem de Cr\$ 14 bilhões para o sistema previdenciário (*Jornal do Brasil*, 11-11-80 — 1<sup>o</sup> caderno — pág. 7). Artigo recentemente publicado em periódico desta cidade "denuncia a existência de *lobby* internacional das multiquimioterapêuticas", com a finalidade de pressionar para que o "tratamento ambulatorial seja inteiramente à base de drogas a fim de sedar o paciente sem maiores empenhos por sua cura real". A matéria faz ainda referência a um estudo da lavra do Dr. Afonso Escosteguy, intitulado "A Atuação da Perícia Médica", que revela terem as doenças mentais liderado os casos de incapacidade para o trabalho no ano de 1978 com 208.948 ocorrências, o que representa 31,9% do total (*Correio Braziliense*, 5-5-80, pág. 2). Ainda a respeito deste angustiante assunto, informa o Anuário Estatístico do Brasil, editado sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e constituindo portanto fonte insuspeita de dados, que de um total de 184.649 internamentos havidos em estabelecimentos psiquiátricos no curso do ano de 1977, 81.950 resultaram de readmissões (Anuário Estatístico do Brasil — 1980 — v. 41 — pág. 161). O índice de aproveitamento das terapias ministradas evidencia-se portanto assustadoramente baixo. De acordo com a estimativa da UNESCO, existem no Brasil cerca de 12 milhões de deficientes, sendo que destes, 6 milhões são deficientes mentais. O Presidente da Sociedade Pestalozzi de Brasília revela ainda que 5% da população do Distrito Federal é constituída de pessoas acometidas de enfermidades mentais. Para o presidente nacional das entidades "as causas são encontradas na má nutrição, em problemas relacionados a partos mal sucedidos e em problemas congêniticos" (*Correio Braziliense*, 12-8-81).

Desde os mais remotos tempos, desde as primeiras observações dos filósofos gregos a respeito do homem, de sua constituição, de suas possibilidades e de seus limites, tem-se observado a existência de uma relação muito acentuada entre o corpo físico, sua forma, seu estado, seu funcionamento e as reações psicológicas, o temperamento e a conduta das pessoas.

As primeiras constatações dos grandes pensadores da antiguidade, embora tenham sido muitas vezes comprovadas pelas descobertas havidas no de-

correr dos tempos, eram, todavia, quase sempre misturadas a superstições e preconceitos próprios da época de cada autor.

Apesar das limitações impostas pelo limitado conhecimento científico, os intelectuais de épocas remotas chegaram a perceber o valor dos exercícios aplicados a determinadas faculdades de nosso organismo para aperfeiçoar-lhes o funcionamento. Exemplo rico dessa convicção de que através dos exercícios se pode aperfeiçoar o funcionamento de nossas diferentes faculdades físicas e mentais, é o caso de um dos maiores oradores da Grécia, Demóstenes. Víctima de um grande defeito no aparelho vocal, praticamente tartamudo, Demóstenes colocava um punhado de pedrinhas na boca, dirigia-se para junto de uma cascata e ali ficava discursando perante a natureza, tentando suplantando o ruído das águas.

Repetindo esses exercícios à saciedade, sempre com maior intensidade e esforço, aquele indivíduo que aparentemente nunca poderia pretender discursar em público, tornou-se um dos maiores oradores de sua época, fazendo-se ouvir, compreender e admirar por toda a platéia dos grandes teatros realizados ao ar livre.

Com as novas descobertas no domínio da psicologia, estabeleceram-se correlações precisas entre certos órgãos, tecidos e funções fisiológicas e determinadas atitudes temperamentais, predisposições, preferências, reações, assim como um grande paralelismo entre as alterações de uns e outros. Basicamente, descobriu-se a existência de maior entrosamento, maior interdependência entre o elemento material e o espiritual, entre o físico e o psíquico.

O tratamento dos distúrbios mentais, através dos tempos, tem cursado caminhos tortuosos. Do confinamento em hospital geral no século 17, à segregação nos asilos ao lado dos vadios, criminosos e infratores, nos fins do século 18, ao tratamento moral no século 19, à higiene e psiquiatria no início deste século, à comunidade terapêutica e à psicoterapia institucional do pós-guerra e, finalmente, à psiquiatria comunitária dos tempos atuais.

As transformações não remetem apenas ao destino e sorte dos alienados mas modificam, substancialmente, as práticas de atenção ao mesmos. Através de técnicas preventivas e comunitárias, o espaço social de atuação amplia-se englobando outras instituições, como a escola, as fábricas, o local de trabalho e a própria comunidade.

As modernas tendências científicas procuram criar uma alternativa humana à estigmatizante prática de asilar, até hoje, adotada em inúmeros centros de tratamento. Deseja-se atingir uma melhor estruturação do ego através de trabalhos de livre expressão, tal como o desenho, a pintura, a escultura e atividades dirigidas, tal como a costura, a marcenaria, o esporte.

Reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, intitulada "Psiquiatria faz do doente um simples vegetal" (28-5-78 — pág. 24 — 2º caderno), reproduz denúncia da classe médica feita nos seguintes termos:

"O contrato padrão assinado entre os hospitais e o INAMPS, atualmente, prevê pagamento apenas da internação hospitalar, não mencionando os demais tipos de serviço que o hospital seria obrigado a prestar na nova sistemática de atendimento."

Os mecanismos da vida humana são complexos e interdependentes, só podendo ser entendidos quando analisados em conjunto. O físico, o emocional, o social, o intelectual e o espiritual são aspectos que afetam profundamente o ser biológico. Segundo o conceituado psicólogo George W. Hartmann "A psicologia educacional não pode negligenciar o corpo pela simples razão de que esse corpo é tudo o que o ser humano tem e é. Neste sentido a educação física (ou educação através do físico) é a única espécie de educação que prevalece ou pode possivelmente ocorrer" (*Educational Psychology*, Ed. American Scientific Book, 1941, pág. 45).

A cientificamente comprovada existência de relacionamento entre o estado mental (ou psíquico) e o físico (ou soma) evidencia a justeza do afirmado. O médico Joseph Feterman em artigo publicado em conceituada revista assim resume o problema: "1) os distúrbios, orgânicos, podem produzir sintomas chamados neuróticos, isto é, que aparecem como estados psíquicos ou funcionais; 2) os distúrbios orgânicos e funcionais podem coexistir independentemente; 3) o distúrbio psíquico pode levar a desarranjos fisiológicos e até mesmo físicos". (*Journal of the American Medical Association*, n. 87/36, pág. 26).

Acreditamos que a precariedade do sistema imperante em matéria de tratamento psiquiátrico tem íntima relação com a estreiteza com que o assunto é abordado. Necessário se faz introduzir métodos que lancem mão de todos os recursos disponíveis não só no campo farmacológico, mas também no âmbito da terapia ocupacional a fim de que logremos obter resultados mais eficientes e condizentes com as expectativas do homem moderno. A educação física é entre nós um campo ainda pouco explorado e que muito tem a oferecer desde que devidamente orientada a sua aplicação por médicos e especialistas habilitados.

Cumpra ainda acrescentar à argumentação deduzida que o projeto em epígrafe abre importante mercado de trabalho para um grande número de profissionais devidamente credenciados e que hoje não têm a oportunidade de oferecer sua contribuição à melhoria das condições de saúde do povo brasileiro.

Em Juiz de Fora, neste instante, se processa uma experiência nesse sentido.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1981. — *Itamar Franco*.

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Saúde e de Finanças.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

#### REQUERIMENTO Nº 285, DE 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das Ordens do Dia do Senhor Ministro do Exército, General-de-Exército Walter Pires de Carvalho Albuquerque, do Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca e do Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, lidas hoje, na solenidade realizada no Setor Militar Urbano, em comemoração ao "Dia do Soldado".

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1981. — *Lourival Baptista*.

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — O requerimento lido será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora, nos termos regimentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — Na sessão anterior foi lido o Requerimento nº 284, de 1981, do nobre Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão do próximo dia 2 de setembro seja dedicado a homenagear a memória do cineasta Glauber Rocha.

O requerimento deixou de ser votado por falta de *quorum*.

Passa-se, portanto, nesta oportunidade, à sua votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*) Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — Na sessão ordinária de 12 do corrente foi lido o Ofício nº S/21, de 1981, do Governador do Estado do Espírito Santo, solicitando autorização do Senado para realizar operação de empréstimo externo no valor de doze milhões, cento e vinte e dois mil e duzentos dólares, para o fim que especifica.

A matéria ficou aguardando, na Secretaria Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido os referidos documentos, despachará a matéria às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Itamar Franco) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidas as seguintes*

Brasília, 25 de agosto de 1981.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador José Fragelli pelo nobre Sr. Senador Affonso Camargo, na Comissão Mista do Congresso Nacional, que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 19, de 1981 (CN), que "autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça Federal de 1ª Instância o crédito especial de Cr\$ 10.500.000,00, para o fim que especifica".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Evelásio Vieira*, Líder do PP.

Brasília, 25 de agosto de 1981.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador José Fragelli pelo nobre Sr. Senador Affonso Camargo, na Comissão Mista do Congresso Nacional, que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1981, que "acrescenta dispositivo ao artigo 21 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Evelásio Vieira*, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Serão feitas as substituições solicitadas.

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Eunice Michiles — Cunha Lima — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Passos Pôrto — Luiz Viana — João Calmon — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Saldanha Derzi — Leite Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**Item 1:**

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 186, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.301, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP) a elevar em Cr\$ 25.093.740,67 (vinte e cinco milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta cruzeiros e sessenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.302 e 1.303, de 1980, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

*É o seguinte o projeto aprovado*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 186, DE 1980**

Autoriza a Prefeitura Municipal de Fernandópolis — SP, a elevar, em Cr\$ 25.093.740,67 (vinte e cinco milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta cruzeiros e sessenta e sete centavos), o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Fernandópolis, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar, em Cr\$ 25.093.740,67 (vinte e cinco milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta cruzeiros e sessenta e sete centavos), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado à execução de obras de infra-estrutura no Conjunto Habitacional "Jardim Vereador Antonio Brandini", naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 187, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.304, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre (PR) a elevar em Cr\$ 5.400.803,20 (cinco milhões, quatrocentos mil, oitocentos e três cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.305 e 1.306, de 1980, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

*É o seguinte o projeto aprovado*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 187, DE 1980**

Autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre — PR, a elevar, em Cr\$ 5.400.803,20 (cinco milhões, quatrocentos mil, oitocentos e três cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre, Estado do Paraná, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar, em Cr\$ 5.400.803,20 (cinco milhões, quatrocentos mil, oitocentos e três cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado à pavimentação das vias de acesso e das ruas internas do Núcleo Habitacional "Fridolin Barbist" e obras complementares, naquela cidade, dentro do Programa FINC/FIEGE, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 188, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.307, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista (SP) a elevar em Cr\$ 9.108.331,17 (nove milhões, cento e oito mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e dezessete centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES sob nºs 1.308 e 1.309, de 1980, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

*É o seguinte o projeto aprovado*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 188, DE 1980**

Autoriza a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista — SP, a elevar, em Cr\$ 9.108.331,17 (nove milhões, cento e oito mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e dezessete centavos), o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar, em Cr\$ 9.108.331,17 (nove milhões, cento e oito mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e dezessete centavos), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado à execução de obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários, beneficiando empreendimentos habitacionais, dentro do PLANHAP — Programa FINC/FINEC, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Item 4:

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 202, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.347, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas (MG) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.348 e 1.349, de 1980, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

*É o seguinte o projeto aprovado*

# PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 202, DE 1980

Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas — MG, a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas — MG, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, no Senado Federal, autorizada a elevar, em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado a financiar a construção de 200 unidades habitacionais de interesse social e execução de obras de infra-estrutura necessárias, naquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Item 5:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 203, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.350, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.351 e 1.352, de 1980, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)  
Aprovado. A matéria vai à Comissão de Redação.

*É o seguinte o projeto aprovado*

# PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 203, DE 1980

Autoriza a Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa — MG, a elevar, em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa — MG, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar, em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado a financiar a construção de cem unidades habitacionais de interesse social e execução de obras de infra-estrutura necessárias naquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Item 6:

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 206, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.359, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Andradina (MS) a elevar em Cr\$ 845.980,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1980, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

*É o seguinte o projeto aprovado*

# PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 206, DE 1980

Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Andradina — MS, a elevar, em Cr\$ 845.980,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Nova Andradina — MS, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar, em Cr\$ 845.980,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, FAS, destinado à aquisição de equipamentos para coleta de lixo, para aquela cidade, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Item 7:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 36, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 273 de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba (SP), a elevar em Cr\$ 164.593.304,00 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil trezentos e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 274 e 275, de 1981, das comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão.

(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

*É o seguinte o projeto aprovado*

# PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba (SP) a elevar em Cr\$ 164.593.304,00 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 164.593.304,00 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinada à execução do Programa CURA, naquela cidade, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Item 8:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

Em votação o projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Mesa informou que havia quatro oradores inscritos. Verifico agora que não havia nada disto.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, a Presidência quer esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte:

A Presidência prorrogou a hora do Expediente e deu a palavra aos Srs. Senadores inscritos. A consideração que V. Ex<sup>a</sup> nos merece é a razão pela qual estou prestando as seguintes informações: falaram no período de breves comunicações os Srs. Senadores Almir Pinto, Martins Filho, Humberto Lucena, Lázaro Barboza. A Presidência inclusive cumpriu o dever de chamar V. Ex<sup>a</sup>, que havia comunicado a Presidência que gostaria de falar no período de breves comunicações. E eu o fiz.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Gratíssimo a V. Ex<sup>a</sup>

Sr. Presidente, os que ouviram, ontem, o Sr. Ministro do Planejamento, verificaram que uma das causas da inflação é exatamente o aumento do meio circulante, que é a base. O aumento da base, isto o Senado vem fazendo iterativamente. Sr. Presidente, qual o item da Ordem do Dia em votação?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — É o 8º, nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, fico satisfeito em ser o único que presta a atenção nisso, o único.

O 7º nós já aprovamos, agora é o 8º. É o resto.

Sr. Presidente, estou fazendo esforço para retomar a normalidade do meu equilíbrio nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo necessário para retomar a sua normalidade.

O SR. DIRCEU CARDOSO —

5. Levando-se em conta, entretanto, a soma do endividamento intra e extralimite, para efeito de análise sobre a capacidade de pagamento do postulante, teríamos a seguinte situação:

6. Comparando-se as colunas "A" e "B" do quadro anterior, verifica-se que já se encontram extrapolados os tetos fixados pelos itens I, II e III do citado artigo 2º da Resolução nº 62/75, sem considerar-se, portanto, o endividamento extralimite e a operação sob exame.

Está tudo superado já, Sr. Presidente. Já alcançou todas as disponibilidades financeiras. E o empréstimo é de apenas 282 milhões, 483 mil e 630 cruzeiros.

Diz aqui:

7. Entretanto, o orçamento da pleiteante para o ano corrente prevê a realização de receita de Cr\$ 386.289,0 mil.

É de 386.289,0 mil a receita, Sr. Presidente, e o empréstimo é de 282 milhões. Quer dizer, está tudo superado.

Sr. Presidente, tive o cuidado de mandar encadernar todas as disposições para não perder, mas isso não vale mais nada, o Senado faz o que quer, o que entende.

A Resolução nº 62, que o Senado Federal aprovou sob a Presidência do ilustre Senador Magalhães Pinto, estabelecendo os critérios para esses empréstimos, quando ultrapassam todos os limites da capacidade de endividamento do município, diz:

"Os limites fixados no art. 2º desta Resolução não se aplicam às operações de crédito para antecipação da receita autorizada do orçamento anual, que não poderão exceder a 25% da receita estimada."

Quer dizer, não se faz nenhuma prova aqui de que não ultrapassam os 25% da receita estimada. Nada, ninguém cogita disso.

De fato, Sr. Presidente, estamos aprovando isso a jato. Nós que conhecemos o jato centrífugo do Professor Becker, estamos conhecendo agora o jato centrífugo do Senado Federal. Nenhuma comissão estuda isso, não dá parecer. Pede quem quiser e o Senado dá.

Nós temos cento e tantos empréstimos que vêm por aí, Sr. Presidente, e vamos conceder os empréstimos.

O Sr. Ministro disse, ontem, que isso altera a base monetária. Altera, mas, na capacidade de interpretação dos ilustres e conspícuos Senadores, isso não ultrapassa nada, e empresta mesmo. Isso quer dizer o seguinte: o futuro prefeito desse município é quem vai arcar com essa responsabilidade de pagar. Mas, pagar como, se está ultrapassado tudo? E a lei diz que tem que se respeitar esses 25%. Mas o empréstimo é quase o total da receita do município.

Diz aqui: "O dispêndio mensal com a liquidação das operações de crédito para antecipação da receita, compreendendo o principal e o acessório, não poderá ser superior a 5%." Ninguém fez referência a isso. Ainda mais: "A fundamentação técnica da medida excepcional, prevista neste artigo, será apre-

sentada ao Conselho Monetário Nacional." Não cuidamos disso também. Emprresta-se porque se quer emprestar.

Sr. Presidente, ouvi o Sr. Ministro falar que a base monetária está crescendo. Está em 56% já este ano. Com esses empréstimos vamos empurrar isso para 60 ou 70%. Vai dificultar ainda mais o povo sacrificado. Dificulta o povo que ganha pouco. Nós, que ganhamos bem, somos um pouco onerados, mas não sacrifica ninguém.

Ninguém, ninguém deixa de comer duas, três carnes por dia, beber uísque generoso... O povo que compra o pão, esse está desgraçado, mas ninguém toma conhecimento disso.

Está aqui a lei que regula todos esses casos e não vejo parecer algum aqui das Comissões, ninguém fala nisso, nada. O pedido, o critério da mensagem, a destinação... diz aqui: destina ao Programa Cura naquele município. Programa Cura naquele município, mas ninguém faz citação de que programa, qual é o plano de obras, nada, nada.

Sr. Presidente, é isso mesmo! Como estamos na hora de definições, é possível, que tenhamos, em virtude dos grandes serviços prestados pelos Senadores e pelo Senado, a prorrogação dos mandatos para mais dois anos, para termos capacidade de emprestar mais dinheiro por mais dois anos. Sr. Presidente, se Deus quiser e o diabo não mandar contra, nós vamos continuar.

Assim, Sr. Presidente, sou contra esse empréstimo. É o oitavo. Sete já foram. Vim correndo, de longe, lá da Câmara, lá de cima, mas vou pedir verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Será feita a verificação solicitada.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus devidos lugares a fim de que possamos procedê-la pelo sistema eletrônico de votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores já podem votar.

Procede-se à votação

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Aderbal Jurema — Almir Pinto — Aloysio Chaves — Amaral Peixoto — Benedito Canellas — Evelásio Vieira — Humberto Lucena — João Lúcio — Jutahy Magalhães — Luiz Cavalcante — Martins Filho — Saldanha Derzi — Tarso Dutra.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Dirceu Cardoso — José Fragelli.

O SR. PRESIDENTE — (Itamar Franco) — Votaram "SIM" 14 Srs. Senadores e "NÃO" 2 Srs. Senadores.

Não houve quorum.

A Presidência, nos termos regimentais, irá suspender a sessão por alguns minutos e fará acionar as campainhas para aguardar a chegada ao plenário dos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 20 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Está reaberta a sessão.

Sendo evidente a falta de quorum em plenário, a Presidência se dispensa de proceder à verificação requerida, ficando a votação da matéria adiada para a próxima sessão.

Em consequência, não serão submetidos a votos os itens nºs 9 a 21, uma vez que dependem de votação.

São os seguinte os itens cuja votação é adiada.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 13 e 14, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e — de Municípios, favorável.

## 10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 15, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo PARECERES, sob nºs 16 e 17, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

## 11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 18, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo PARECERES, sob nºs 19 e 20, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

## 12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 396, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo PARECER, sob nº 397, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

## 13

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 88, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 594, de 1981), que autoriza a Escola Superior de Educação Física de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.813.300,00 (nove milhões, oitocentos e treze mil e trezentos cruzeiros), tendo PARECER, sob nº 595, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

## 14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Escritor Josué Montello, referente ao ingresso do ex-Ministro Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras.

## 15

Votação, em turno único, do Requerimento nº 43, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, baixadas em comemoração ao 17º aniversário da Revolução de março de 1964.

## 16

Votação, em turno único, do Requerimento nº 268, de 1981, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1980, do Senador Franco Montoro, que estabelece a participação de representantes dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).

## 17

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios, tendo PARECER, sob nº 1.006, de 1980, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Leite Chaves, e voto em separado do Senador Aderbal Jurema.

## 18

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da

Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência social, tendo

PARECER, sob nº 1.034, de 1980, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

## 19

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13º salário, tendo PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

## 20

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

## 21

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 205, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.356, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.357 e 1.358, de 1980, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 260, de 1981, de autoria do Senador Franco Montoro de adiamento da discussão para a Sessão de 26 do corrente).

O Sr. Dirceu Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Exª está com a palavra.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apenas para registrar, Sr. Presidente, que a nossa relação de votação acusa aqui a presença de 16 Srs. Senadores; 16 Senadores aprovaram seis empréstimos. Aprovaram seis: 1 de 25 milhões; 1 de 5 milhões; 1 de 10 milhões; 1 de 42 milhões; 1 de 21 milhões; 1 de 845 mil cruzeiros e 1 de 164 milhões. Af, Sr. Presidente, 400 milhões de cruzeiros até Rio Claro; 400 milhões foram aprovados com o *quorum* de 16 Senadores, apenas! Dezesesseis Senadores!

Isto que eu desejava dizer. Há os que criticam a Oposição, mas eu quero agradecer a V. Exª pois quando V. Exª subia para presidir a sessão, eu disse: "Sr. Presidente, me inscreva no último lugar para fazer uma pequena comunicação, porque eu vou até ao Instituto de Previdência dos Congressistas, no 16º andar da Câmara dos Deputados", quando me chegou a notícia. Então, larguei tudo, quer dizer, perdi o meu empréstimo e perdi os empréstimos daqui.

Quero agradecer a V. Exª pela atenção. De fato, V. Exª alongou demais, para que nós retardatários entrássemos no plenário. Mas, o Senado Federal aprovou 400 milhões em empréstimos com apenas 16 Srs. Senadores.

Grato pela providência que tomou, cumprindo fielmente aquilo que havia pedido a V. Exª. Desculpe-me se, no primeiro instante, eu havia julgado que não tivesse sido cumprida aquela determinação de V. Exª

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Nós é que agradecemos a V. Exª, nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Passamos, pois, à apreciação do item nº 22.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 90, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 608, de 1981, com voto vencido do Senador Alberto Silva), que autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 634.053.100,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, cinquenta e três mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 609, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Hugo Ramos e Mendes Canale.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada, ficando a votação adiada para a próxima sessão, em virtude da falta de *quorum*, em plenário, para deliberação.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 23:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 93, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 619, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Guaxupé (MG) a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 620 e 621, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Mendes Canale e Hugo Ramos; e

— de *Municípios*, favorável.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação da matéria fica adiada para a próxima sessão ordinária, por falta de número em plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 24:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 95, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 625, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Macapá (AP) a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 626 e 627, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, declaro-a encerrada, ficando sua votação adiada por falta de *quorum*.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 25:**

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 96, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 628, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 289.527.190,95 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cento e noventa cruzeiros e noventa e cinco centavos), tendo

PARECERES, sob nºs 629 e 630, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de *Municípios*, favorável.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro-a encerrada.

A Presidência deixa de submeter a matéria a votos, em virtude da falta de *quorum*, em plenário, para deliberação, ficando sua votação adiada para a próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) —** Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

**O SR. JOSÉ FRAGELLI PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) —** Concedo a palavra ao nobre Senador José Richa, por cessão do Senador Almir Pinto. *(Pausa.)*

S. Exª declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino. *(Pausa.)*

S. Exª declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela, por cessão do Senador Paulo Brossard. *(Pausa.)*

S. Exª declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides. *(Pausa.)*

S. Exª declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Correm rumores na Casa de que tenha se exonerado do cargo de Diretor do PRODASEN o Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira. Este moço, Sr. Presidente, quando organizou o serviço do PRODASEN no Senado, obteve de muitos Senadores, e inclusive de minha parte, elogios e referências elogiosas a seu currículo, à sua atuação, aos seus conhecimentos e à sua qualificação.

Portanto, foi quem organizou — tenho conhecimento disto — a instalação do PRODASEN, aqui, no Senado — um serviço que tem largos e relevantes serviços ao Senado e a outras repartições federais.

Portanto, Sr. Presidente, quando se tem a notícia de sua exoneração, é justo que haja uma palavra de exaltação à sua obra. Não quero entrar em causas, motivos e razões de seu afastamento. Não estou à altura, não tenho conhecimento disto, não sei e nem quero saber; quero, apenas, lamentar a sua saída da direção do PRODASEN — rapaz de méritos, sobre quem já fiz aqui um elogio quando a Junta Interamericana de Defesa assistiu, em Washington, nos Estados Unidos, à exibição do filme do PRODASEN como uma das organizações mais avançadas do Legislativo do mundo.

Então, a ele cabia os aplausos do Senado, na oportunidade.

Ao registrar o seu afastamento — não sei por que motivo — reitero as minhas manifestações e pronunciamentos em seu favor, e faço um apelo à Direção e à Mesa do Senado que coloquem, no seu lugar, um outro elemento do mesmo nível intelectual, do mesmo merecimento, com as mesmas qualificações, para que o PRODASEN não sofra solução de continuidade no ritmo de serviços que vem prestando ao Senado.

É o apelo que faço, sem entrar nos pormenores — pode ser que haja, não sei, houve uma razão qualquer, tem que haver, mas não quero chegar às causas primeiras do ato; quero chegar às suas conseqüências.

Lamento que se afaste esse elemento, mas pediria, então, à Mesa do Senado, da qual estamos distantes e até somos contestadores dos serviços dela nos painéis de votação aqui na Casa, várias vezes contestei a validade destes painéis, faço votos que coloque um elemento com as mesmas qualificações, os mesmos méritos, o mesmo padrão, a fim de que não sofra solução de continuidade neste ritmo de trabalho.

Quero, portanto, Sr. Presidente, reiterar este meu apelo, fazer este voto ao Secretário a que está afeto o PRODASEN, Senador Itamar Franco, esperando que ele, engenheiro ilustre também, Senador brilhante, atuante aqui em plenário, não se deixe envolver por pedidos, coloque, sim, um elemento à altura dos serviços do PRODASEN, da responsabilidade deste serviço, tal qual Eduardo Jorge nos serviu durante tantos anos.

Não quero entrar em pormenores, mas é o apelo que faço porque quero registrar o trabalho imenso que esse moço prestou ao Senado, através de tantos anos e que sai agora, mas merece, pelo menos de mim, esta manifestação cordial e amiga na hora em que deixa de ser o Chefe para ser um elemento integrante da equipe de Assessores do PRODASEN no Senado da República.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem!)*

**O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) —** Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Comissão de Estradas de Rodagem nº 4, do Ministério do Exército, foi extinta pelo Decreto nº 75.653, de 25 de abril de 1975. Pertenciam seus servidores ao Ministério dos Transportes, lotados em Carazinho, Rio Grande do Sul, passando à jurisdição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 1ª Diretoria Regional, no Rio Grande do Sul, com o respectivo acervo.

Baixado o Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, publicado no Suplemento do *Diário Oficial* nº 32, de 6 de fevereiro de 1976, estendeu ele seus benefícios a todos os servidores, na forma do respectivo artigo 5º.

Nas últimas alterações desse Decreto-lei foram beneficiados os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, bem como aqueles pertencentes aos quadros dos Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Considerando-se que os servidores da extinta CER/4 não foram beneficiados com a aplicação do artigo 5º do citado decreto-lei, pelo fato de só terem sido redistribuídos para o DNER pela Portaria Ministerial do DASP nº 1.644, de 24 de outubro de 1978, publicada no *Diário Oficial* de nº 217, de 30 de outubro de 1978, impõe-se uma revisão do caso, em nome da isonomia legal.

Diante disso, endereçamos um apelo ao Ministro dos Transportes, Sr. Eliseu Resende, bem como ao Diretor-Geral do DASP, no sentido de que aqueles servidores, igualmente lotados no DNER, 10º DRF, do Rio Grande do Sul, não sejam lesados nem injustiçados.

Confiemos no espírito de justiça dessas autoridades e na sua interferência junto aos órgãos de escalão superior, responsáveis por semelhante deslocamento, que implica em prejuízos patrimoniais, no sentido de promover uma classificação, ou um novo posicionamento, que corrija as distorções havidas na aplicação da Exposição de Motivos do DASP nº 24, de 1981.

Era o apelo que tínhamos a fazer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Agenor Maria) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O assunto que nos traz hoje a esta tribuna é, sem dúvida, tão atual quanto polêmico. Trata-se da previdência social e toda a sua problemática, que vem gerando, no momento, dúvidas e inquietações nos meios econômico, social e político, decorrentes do impasse financeiro a que chegou o sistema previdenciário.

Muito se tem dito e discutido a respeito, principalmente no Congresso, mas, na verdade, até agora não se procurou fazer uma análise mais profunda das possíveis causas e consequências da situação presente, nem sobretudo, as críticas têm sido tão imparciais e distantes no sugerir as necessárias e desejáveis soluções, quanto se têm manifestado inflexíveis, parciais e nada construtivas como o momento não requer.

É preciso diagnosticar os males e prognosticar os melhores caminhos, que permitam soerguer, senão solidificar, em bases sólidas, as estruturas financeiras da previdência social.

Pois essa será nossa maior preocupação aqui, no sentido de contribuir para que se encontrem as melhores soluções e se promovam os ajustes indispensáveis à corrupção de rumos.

1. Os ônus enfrentados pela nossa previdência social, a partir da unificação dos institutos, são sempre crescentes, porque, no contexto da reforma previdenciária — a primeira, visando a livrar a previdência das carteiras imobiliárias; a segunda, buscando a centralização de todos os serviços médicos no INAMPS — verificaram-se alguns descuidos quanto a certas bombas retardatárias.

Uma delas se identifica na reforma administrativa, quando o remédio apontado para eliminar um funcionalismo aparentemente “ocioso”, ou pouco produtivo, fazendo do emprego público um “bico”, foi aplicado com um certo exagero.

Logo, logo toda a administração indireta e grande parte da administração direta começaram a servir-se do modelo.

Principalmente as autarquias, sociedades de economia mista e fundações, como as novas empresas de transporte, de eletricidade, de comunicações, de correios e telégrafos, passaram a levar o seu funcionalismo à opção pelo regime da CLT.

Tivemos, como resultado, dezenas de milhares de funcionários, com quinze a trinta anos de serviço, desligando-se do regime estatutário, para filiar-se à previdência social, que não cobrou deles, nem dos respectivos órgãos, contribuições atrasadas, para conveniente capitalização do sistema.

Muitos desses antigos funcionários aposentaram-se com dez a vinte salários mínimos e não são poucos os que recebem, como aposentados, mais de cem mil cruzeiros mensais, existindo dependentes com uma carteira mensal de quarenta e cinquenta mil cruzeiros.

Não nos manifestamos contrários aos aposentados que se beneficiaram com as medidas. Consideramos, entretanto, que aposentadorias sem a contrapartida de contribuições que as tornassem exequíveis criaram problemas para a maioria dos aposentados, como hoje vem ocorrendo.

Na verdade, aplicando-se, na reforma administrativa, a opção entre o regime da CLT e o do Estatuto, não se fez, no INPS, o conveniente levantamento atuarial.

Enquanto isso, a previdência, vivendo de contribuições do trabalhador urbano, encampou o FUNRURAL e passou a pagar, também, grande número de pensões e aposentadorias aos homens do campo, ato de grande alcance social, mas sem a preparação do fundo necessário para alcançar seu objetivo, sem criar problemas para a previdência de modo geral.

Paralelamente, até agora o INPS não tem perspectivas de, a curto prazo, receber um imenso passivo que, além dos cem bilhões de cruzeiros devidos pela União — que mandou pagar metade recentemente — decorre dos débitos de quase três mil municípios e milhares de empresas privadas, inclusive algumas sem finalidade lucrativa, como Santas Casas, Asilos de São Vicente, Casas da Criança, Maternidades Municipais, etc...

## 2. A dependência do segurado

Na atividade, o trabalhador, ao sofrer um desconto mensal de oito por cento nos seus ganhos, está pagando um seguro.

Se esse desconto fosse feito por uma entidade privada, para garantir-lhe o salário corrigido trinta anos depois, decerto ela teria condições para o cumprimento da obrigação, pois o desconto de 16% sobre 390 salários, acumulados, com juros compostos, daria para cumprir, a partir de trinta anos depois, a obrigação de 13 salários anuais.

Acontece que, na Previdência Social, permitiram-se certas “habilidades” de alguns segurados, aposentando-se com vinte salários mínimos, quando, na realidade, ganhavam dez, fazendo aquele desconto por quarenta meses consecutivos e obtendo, conseqüentemente, a aposentadoria máxima.

Mas, outros passam a vida inteira ganhando o salário mínimo e sobre ele descontando a contribuição, como um bom negócio para a Previdência Social.

De qualquer modo, a correção da defasagem financeira do INPS não deverá ser feita à custa do segurado, ou seja, aplicando-se, anualmente, uma correção monetária muito inferior àquela realmente correspondente à inflação, embora deva ser feito um exame cuidadoso da influência de reajustes acima do INPC, sobre as disponibilidades financeiras da previdência.

Recorde-se que o inativo fez um seguro, para garantir, na inatividade, um salário igual ao recebido quando no serviço ativo. Não é justo, pois, que fique obrigado, na velhice, já aposentado, a depender de favores de técnicos, para complementação do necessário à própria sobrevivência.

Isso seria vergonhoso, tanto mais quanto não resultara de imprevidência do aposentado.

Se é forçoso respeitar os direitos dos aposentados e dependentes, cumpre assinalar a necessidade de não nos deixarmos levar por apelos e pressões, que venham a criar maiores dificuldades à previdência, concedendo-se aposentadorias beneméritas, por tempos mais curtos.

Se estamos aumentando a média de anos de vida, na situação em que o nosso País vive não se deve reduzir o período de trabalho útil do homem.

Não pode a previdência suportar uma sobrecarga de aposentados ainda jovens, em plena capacidade de trabalho, como, igualmente, deve ser desonerada de custos financeiros crescentes e evitáveis, quando, como o maior cliente do País, pode, perfeitamente, escolher a conveniente rede de hospitais, médicos, dentistas e outros profissionais da saúde a seu serviço, sendo certo que o atendimento sanitário é uma das rubricas mais caras, por via do INAMPS, para toda a previdência social.

Pode-se intensificar a fiscalização do setor, para evitar crescentes abusos que, infelizmente, ocorrem por parte de clínicas e hospitais, algumas vezes faturando acima do devido, ou realizando intervenções desnecessárias e até mesmo acobertando uma doença que não existe, mas resulta no ônus de uma inatividade paga pelos cofres previdenciários.

Multiplicam-se as denúncias de internações desnecessárias e realização de cirurgias evitáveis, em detrimento do INAMPS.

## 3. Desvios apontados

O Ministro Jair Soares tem apontado o desvio indevido de recursos da previdência para a execução de obras em outros setores.

Isso estaria ocorrendo há anos.

Assim, o Executivo, além de não pagar sua contribuição previdenciária, retirava recursos da Previdência, para o financiamento de obras fora de sua área.

Mas, talvez a maior soma de rubricas deficitárias, no contexto da Previdência Social, se deva à instituição de serviços sem o cálculo prévio da possibilidade de custeá-los sem déficit.

Um preceito constitucional não permite a apresentação de projeto criando ou majorando serviços, na Previdência Social, sem a correspondente fonte de custeio.

Entretanto, iniciativas do Governo têm ampliado alguns serviços, sem o conveniente cálculo atuarial.

Temos que nos advertir de que a área previdenciária é uma das mais sensíveis, em um País com enorme parcela da população necessitando de amparo social.

Isso faz com que, bem intencionadas ou por simples imediatismo, surjam proposições simpáticas, no Legislativo, de amparo ao trabalhador, beneficiário do sistema, sem o prévio exame das disponibilidades financeiras, conduzindo, rapidamente, a Previdência Social à falência, com prejuízo de todos, desde que o sistema beneficia, direta ou indiretamente, cerca de noventa milhões dos cento e vinte milhões de brasileiros.

Em declarações à Imprensa, o Ministro Jair Soares acentuou que, em oito meses, só em São Paulo, foram poupados quase dois bilhões de cruzeiros, ao se deixar de pagar laudos de acidentes de trabalho forjados. *E ninguém foi parar na cadeia.*

Urge educar o próprio beneficiário do sistema, o segurado, futuro aposentado ou dependente, para conscientizá-lo de que qualquer abuso, contra os cofres da Previdência, se reflete em prejuízo de todos.

Que é preciso providenciar a inatacabilidade do sistema, em proveito individual e de toda a Nação, disso não temos dúvidas.

#### 4. Reivindicações inaceitáveis.

Pagando, atualmente, com milhões diários de juros, enquanto lhe devem bilhões, o Governo e algumas empresas —, a situação da Previdência Social se assemelha a uma bola de neve, que cresce na medida em que marcha para o abismo.

Recentemente, acentuava Frota Neto:

“Pelo espaço que a matéria tem ocupado nas preocupações governamentais, é possível que haja um socorro para atender à atual emergência. Interessa à administração econômico-financeira do Governo que o sistema previdenciário brasileiro se articule com sua própria capacidade e potencialidade. A saída, portanto, para o futuro, será modificar a ênfase que se tem pronunciado nas atividades-meio, com deslocamento mais acentuado para as atividades-fim.”

Se os segurados do presente devem ter total confiança quanto ao futuro atendimento, em sua inatividade, forçoso é pedir ao Governo que cumpra sua parte e apóie o INPS, quando busca receber elevados débitos de contribuintes relapsos.

Também o desvio de recursos da Previdência Social, para outras finalidades da ação do Estado, é responsabilidade do Governo e não da sociedade e dos contribuintes.

Mas, mesmo no caso de responsabilidade exclusiva do Governo, se a Previdência chegasse à falência, seria penalizada justamente a parte mais fraca da população, aposentados e dependentes, que lhe deram sua contribuição pensando numa garantia futura.

Isso deve conduzir o segurado a não pedir exageradamente, a não querer mais do que lhe foi prometido, quando pagava o seguro, sob a forma de desconto nos salários.

Quanto ao administrador, que evite certas generalizações.

Por exemplo, quem não pagou desconto sobre o 13º salário, estaria custeando, de que forma, o seu pagamento, quando na inatividade, pela Previdência?

Aconteceu isso muitas vezes: o próprio Governo propôs a extensão de benefícios, que não eram cobertos por um cálculo atuarial razoável.

Será justo cobrar mais das empresas com maior faturamento e menor emprego de mão-de-obra, como uma verdadeira sanção à eficiência mercantil ou industrial?

Talvez tal solução se justifique do ponto de vista puramente social, mas não atende ao desenvolvimento empresarial.

Se, na situação que atravessamos, temos que dar preferência ao capital que leva em consideração a utilização de maior quantidade de mão-de-obra, desencorajando o lucro empresarial, poderemos estar levantando obstáculos ao nosso próprio desenvolvimento econômico.

Desejável a utilização máxima possível da mão-de-obra; mas, é necessário, e inadiável, o aumento da produtividade nacional.

#### 5. Policiamento dos gastos

Inadmissível que a Previdência Social gaste mais do que pode, como é inaceitável que gaste mal.

Temos que promover um levantamento minucioso da situação, para “tapar os buracos”, ou seja, policiar os gastos exagerados, evitar a dispersão de recursos, fiscalizando, eficientemente, sua aplicação.

Devemos indagar:

— Quais os setores que estão trabalhando em vermelho?

— Por que esse déficit?

— Como modificar a situação?

Sabemos que a prestação de assistência médica pela Previdência Social, confiada a terceiros — médicos e hospitais — é a maior fonte de déficits.

Como corrigir esse lado negativo?

Limitando convênios e credenciamentos?

Parece-nos que não.

O caminho é fiscalizar a aplicação, para impedir fraudes.

Estas são responsáveis por grande parte do déficit geral da nossa instituição previdenciária.

A economia de gastos é bem mais racional e justa do que o corte do poder aquisitivo das aposentadorias e pensões.

Nem será procrastinando o pagamento (denunciam-se casos da demora de um ano na decisão de uma aposentadoria) que se farão economias na caixa previdenciária.

Esperamos que o Ministério da Previdência Social demonstre, cabalmente, em quanto será onerado, com a reformulação dos prazos de aposentadoria.

Porque são dezenas de milhares aqueles com mais de 25 e 30 anos de serviço, vinculados ao INPS, que vão pedir a aposentadoria este ano.

Só então saberemos se demos o que podíamos dar ou oneramos perigosamente o INPS.

Eis o que dizia, recentemente o *Estado de S. Paulo*:

“O problema da Previdência Social no Brasil é por demais sério e profundo, para ser tratado de maneira amadorística. Sendo certo que, se não lhe for dada, com a urgência que merece, a solução correta, ele se converterá em fator poderoso de intranquilidade e de instabilidade social, por gerar injustiças e iniquidades revoltantes.”

Essa tem que ser uma preocupação constante de todos nós. No Congresso Nacional, não podemos aprovar projetos, onerando a Previdência Social, criando e aumentando benefícios, sem indicar a fonte de custeio.

Estamos certos de que o Governo põe, entre as suas preocupações mais constantes, a da busca de uma solução para o grave problema social.

Pessoalmente, somos favoráveis a que se melhorem os benefícios antes de ampliar a assistência médica.

Porque os benefícios sociais, acobertados pelo sistema previdenciário, são amplíssimos, enquanto o problema sanitário pode ter o acudimento de outros órgãos, como o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde, nos Estados e Municípios.

Foi um erro a exoneração, nos últimos anos, da responsabilidade desses órgãos, para com a assistência médica aos contribuintes.

É preciso retornar ao sistema anterior, devolvendo-se àquele Ministério e àquelas Secretarias também a responsabilidade sobre a medicina curativa e não apenas preventiva.

Porque, falhando, atualmente, os órgãos de prevenção, todos os ônus por esses descuidos, no campo da assistência médica geral, vêm sendo pagos pela previdência social.

O que não é justo, nem racional, nem pode ser duradouro.

#### Perfil da crise atual e algumas soluções possíveis

Não se pode negar a crise atravessada pela Previdência Social e ninguém ignora que a continuidade dos pagamentos de aposentadorias e pensões, no segundo semestre deste ano, se deve ao ressarcimento de metade do débito da União para com o INPS.

À primeira vista, além de pleitear-se que a União pague o restante, deve-se pensar na execução dos débitos das empresas privadas.

Mas não é só isso: considere-se, também, a liquidação do enorme patrimônio imobiliário, que o INPS herdou dos antigos institutos, configurados em milhares de prédios, sempre nas áreas metropolitanas e nos maiores centros urbanos do País.

Não temos elementos estatísticos para apresentar o vulto desse patrimônio.

Mas, se o INPS fizer um levantamento, calculando esses imóveis pelos preços atuais, verificará, desde logo, que o seu valor representa muito mais do que o restante da dívida da União e da de todas as empresas privadas, somadas.

Aliás, em matéria de levantamento atuarial e patrimonial, como de suas obrigações previdenciárias, o INPS nunca foi modelar.

Recentemente, declarava o Sr. Marcos Candau:

“Necessita (a previdência) cadastrar seus segurados e dependentes, pois não sabe nem, com segurança, quantos são e onde estão.”

Necessita rever os convênios de assistência médica com a rede privada, para acabar com a orgia de gastos desnecessários.”

Principalmente, alguns convênios do INPS com os hospitais têm dado enormes prejuízos à Previdência Social, denunciados antes e apurados pelo atual Ministro Jair Soares, com a publicação dos escândalos do falso atendimento, da substituição do diagnóstico, das intervenções cirúrgicas não indicadas, das operações-fantasmas, sempre em detrimento dos cofres previdenciários.

Uma medida de higiene administrativa é indispensável: fazer-se o levantamento real dos segurados, cadastrar os dependentes, saber se existem realmente, ou se os benefícios estão sendo entregues a falsos procuradores.

É bem melhor policiar os gastos, eliminando-se as contas irregulares e os contratos onerosos, do que reduzir, relativamente, as mensalidades devidas aos aposentados e pensionistas, quando os benefícios pagos não acompanham a desvalorização da moeda e, depois de aposentado, quando mais precisa, o empregado ou funcionário vê seus proventos minguarem, ante a derro-

cada inflacionária do poder aquisitivo da moeda, não corrigida por aquela fonte pagadora, convenientemente.

Se a correção dos condicionadores que levam a previdência a uma situação pré-falimentar se impõe, assinala-se que o preço dessas deseconomias não deve ser pago pelo seu segurado, com a deterioração do poder aquisitivo do provento da aposentadoria, ganhando muito menos os aposentados do que se estivessem no serviço ativo.

O INPS teve um aumento crescente do número de beneficiários do sistema.

Aliás, esse fenômeno, posto à parte a ocorrência da opção provocada pela reforma administrativa, a partir de 1968, só deveria ser recebido com otimismo, porque significativo de que grande parte, cada vez maior, do povo, está ao abrigo da previdência social.

De imediato, é inevitável que se busque a solução para a situação da previdência no aumento da receita.

É necessário, porém, que o governo deixe patente sua preocupação e sua intenção de identificar as verdadeiras causas da crise e procure sanar o déficit anual, com medidas administrativas que impeçam, adiante, o surgimento de problemas dessa ordem, para o que venha a se socorrer com outros aumentos de receita, sacrificando o trabalhador e impondo novos tributos às empresas.

Com números, se fazem muitas variações e se dão, algumas vezes, diferentes interpretações aos fatos.

Nesse sentido, a Federação de Hospitais fez publicar dados, que merecem ser destacados.

Informa que, em 1975, as despesas do Ministério da Previdência e Assistência Social, com os hospitais contratados, somaram Cr\$ 5.949.196.000,00 (cinco bilhões, novecentos e quarenta e nove milhões, cento e noventa e seis mil cruzeiros) em relação a uma despesa total de Cr\$ 45.433.718.000,00 (quarenta e cinco bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, setecentos e dezoito mil cruzeiros), representando 13,09% desse montante.

Já em 1979, os gastos foram, respectivamente, de Cr\$ 38.754.985.000,00 (trinta e oito bilhões, setecentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) e de Cr\$ 332.819.133.000,00 (trezentos e trinta e dois bilhões, oitocentos e dezenove milhões, cento e trinta e três mil cruzeiros), correspondendo, a referida despesa, a apenas 1,64% do total.

Em contrapartida, em 1975 ocorreram 4.928.459 internações em hospitais contratados, quando a população brasileira era estimada em 107.145.000 habitantes, sendo a relação percentual da ordem de 4,5%. Em 1979, para uma população estimada em 119.670.000 habitantes, foram internados 7.655.638 segurados, ou seja, 6,3% da população.

Por esses números, chega-se à conclusão de que, enquanto aumentou o percentual de internações, baixou o percentual dessa despesa da Previdência.

A mesma publicação da Federação dos Hospitais informa, ainda, que em 1980, de uma receita total da Previdência, da ordem de Cr\$ 636 bilhões, foram gastos com "serviços de terceiros", isto é, com assistências hospitalar e ambulatorial privadas, cerca de Cr\$ 119 bilhões, o que equivale a dizer que o MPAS gastou, tão-somente, 18,71% de sua arrecadação com a assistência prestada por médicos e hospitais, através dos serviços particulares, que atendem a 90% das necessidades dos usuários da Previdência!

Os gastos com as internações, na rede hospitalar privada, foram bem mais baixos, perfazendo um total de 78,6 bilhões, ou seja, 11,9% da receita global da Previdência.

Constata-se, portanto, que a despesa da Previdência Social com os serviços médicos e hospitalares particulares, que atendem a maioria esmagadora dos previdenciários — 90% de toda a assistência prestada, repetimos — são expressivamente inferiores aos gastos com os serviços próprios do INAMPS, face ao reduzido percentual de segurados assistidos por esse órgão específico da "assistência médica".

Os dados aqui apresentados merecem um cuidadoso exame. Teria havido manipulação estatística? Cabe, pois, ao MPAS analisar os números e mandar verificar, se verdadeiros, por que seus gastos são tão superiores.

A Patronal e a Assistência ao Trabalhador Rural são dois programas que devem ser repensados, ou mesmo reestruturados. A Previdência deve fazer um levantamento exato das despesas que acarretam, a fim de poder estabelecer as normas necessárias para que o *deficit*, nestas áreas, não continue onerando em demasia os seus recursos.

São dois programas de largo alcance social, que não podem ser inviabilizados por falta de uma ordenação administrativa, que propicie a receita necessária para sua manutenção.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estas reflexões que estamos desenvolvendo traduz nossa preocupação com um aspecto muito importante e que, de certa maneira, vem sendo abandonado nas discussões em torno do assunto. Queremos dizer que as soluções

não podem ser vistas, exclusivamente, pelo ângulo da receita. É preciso encarar o problema, também, pelo lado das despesas, ou seja, pelo prisma daquilo que possa significar redução de custos ou diminuição de gastos.

Não se pense, porém, que aceitamos ou propugnamos por soluções que visem a reduzir os benefícios previstos. Não, absolutamente. Em hipótese alguma, podemos admitir esse caminho, pois isso significaria desnaturar a verdadeira função da Previdência, que é a de promotora da justiça social, substanciada, exatamente, nos benefícios que concede.

Portanto, queremos deixar claro que, se de um lado compreendemos a necessidade imediata do aumento da receita como a saída de emergência para a crise, de outro, só a concebemos assim, se acompanhada de medidas concretas, que, complementarmente, propiciem uma sensível redução de custos, sem que isto represente a supressão de benefícios.

Há princípios que devem informar esta estratégia administrativa. Por exemplo, o de que a Previdência Social não pode ter caráter paternalista. Da mesma forma, uma assistência de saúde de natureza elitista não é próprio da Previdência Social.

Nesse sentido, também exemplificativamente, lembramos que as Santas Casas de Misericórdia deveriam ser melhor aproveitadas pelo Governo, para a prestação dos serviços médicos naqueles municípios onde estão presentes. De igual sorte, devemos criar condições a um melhor atendimento das entidades de assistência social, para que estas possam prestar serviços às comunidades carentes.

Quando falamos em redução de custos, pensamos que, no mínimo, deve haver melhor racionalização operacional desses custos. Assim, nos ocorre o problema do IAPAS. A ele compete as atribuições de arrecadar e fiscalizar. Pois bem, sabemos que a arrecadação é feita, hoje, através da rede bancária, enquanto a fiscalização bem poderia ser executada pelo setor próprio do Ministério da Fazenda. Como não seria admissível esquecer a situação dos atuais Fiscais da Previdência, estes poderiam ser lotados junto àqueles, extinguindo-se os cargos à medida que vagassem, após se estabelecer o quadro com o mínimo necessário de fiscais para o serviço.

Na realidade, o IAPAS é um órgão com estrutura dispendiosa e com funções desproporcionais aos gastos com sua manutenção.

Essas e outras medidas se fazem necessárias, quando encaramos o problema do prisma da economia do sistema.

O que não se pode é deixar as coisas como estão.

Encarando, especificamente, a crise conjuntural da Previdência, não vemos saída, senão o incremento das contribuições, vale dizer, o aumento de receita. Dentre as razões que nos fazem pensar assim, resulta a de que, se o *deficit* viesse a ser coberto pelo Tesouro, o impacto inflacionário seria ainda mais danoso em relação aos menos favorecidos.

Agora, é necessária a máxima cautela na quantificação com incremento, pois, como advertem alguns comentários da Imprensa, "não se pode penalizar a mão-de-obra intensiva em benefício do capital intensivo, sem colocar em risco a própria estabilidade social do País" (*Jornal de Brasília*, de 12-8-81). No mesmo sentido, observou-se que "se a utilização de maior parcela de esforço humano que maquinário for onerosa do ponto de vista tributário, torna-se desestimulante o emprego de mão-de-obra" (*Jornal de Brasília*, de 12-8-81), o que é extremamente perigoso, concluímos.

Esperamos que não se venham a confirmar algumas informações, veiculadas por órgãos da Imprensa, de que as medidas de aumento, em estudo, representarão um adicional de receita da ordem de Cr\$ 50 bilhões, bem inferior, portanto, às estimativas de *deficit*. A serem verdadeiras tais informações, isso implicaria a quase ineficácia da medida, uma vez que esta só é compreensível enquanto signifique uma solução imediata para a crise, sem o recurso ao Tesouro, com a consequente emissão de dinheiro, da qual resultariam novas pressões inflacionárias.

Não há dúvida de que existe uma íntima relação entre a crise da Previdência e o quadro geral da economia.

Por isso mesmo, procedem as observações de Joelmir Beting. Diz ele:

"A Previdência Social corre o risco de 'explodir' fisicamente, dentro de um ano (...). O sistema hospeda um descompasso permanente entre a dimensão da receita e o tamanho da despesa, qualquer coisa ao redor de 25% (...). O *deficit* do sistema subirá para mais de meio trilhão de cruzeiros até agosto do ano que vem."

Mais adiante, o mesmo jornalista declara:

"Antes da solução administrativa, terá o Governo de encontrar, constrangido, uma emergência cirúrgica (...). *Desgraçadamente, a única resposta rápida para a urgência desse desafio contábil está no lado da receita.*"

Prosseguimos, citando Joelmir Beting, que com grande lucidez, afirma: "a redução da despesa, por corte de custeio, disciplina de gasto, extirpação da fraude, coibição do abuso, melhoria da produtividade e revisão dos cálculos atuariais, única solução socialmente justa e tecnicamente certa, que não evitará a derrocada material do sistema previdenciário, em meados do ano que vem".

Daí porque se faz necessária a solução pelo lado da receita, para evitar-se o mal maior da "implosão" da Previdência, em prejuízo de todos nós, já que, praticamente, toda a população, direta ou indiretamente, auferir seus benefícios.

Devemos desperdiçar menos, mas temos, em contrapartida, que arrecadar mais, de imediato.

Diz o Professor Cesarino Júnior, em artigo publicado no *O Estado de São Paulo*, de 8-8-81, referindo-se ao Ministro Jair Soares (permitimo-nos uma citação parcial):

"O atual Ministro da Previdência Social tem sido, por alguns, responsabilizado, a nosso ver, injustamente, pelo descalabro da atual situação da Previdência Social.

Dissemos e repetimos, injustamente, por dois motivos: primeiro, porque são inúmeras, em número e modalidades, as fraudes e infrações cometidas contra a Previdência Social, como o não pagamento das contribuições devidas e criminosas retenção das contribuições descontadas, por certas empresas, de seus empregados; faturamento fraudulento por serviços não prestados ou prestados em valor inferior ao cobrado; pagamento indevido de benefícios a pessoas sem direito a eles, etc.; segundo, porque foi ele que, demonstrando grande interesse por sua atuação ministerial, promoveu 'incertas' em hospitais, tentou cobrar os monstruosos atrasos de certas empresas em débito para com a Previdência Social e chegando a fazer um desesperado esforço, juntamente com o Ministro da Saúde, para resolver os problemas de assistência médica e de saúde pública para a população carente, etc., etc."

A grande verdade é que o sistema previdenciário não pode manter constante o descompasso entre receita e despesa.

Na época de sua criação, a Previdência Social concedia os seguintes benefícios: auxílio-doença; aposentadoria por invalidez; auxílio-funeral; e pensão.

E hoje? Além desses, temos a aposentadoria por velhice; aposentadoria especial; aposentadoria por tempo de serviço ou abono de permanência em serviço; auxílio-natalidade; salário-família; auxílio-reclusão; salário-maternidade; pecúlio e, ainda, os diversos tipos de assistência médica, odontológica, farmacêutica, reeducativa e de readaptação profissional, bem como a assistência complementar.

Se compararmos a contribuição inicial com a de hoje, veremos que ela não reflete a realidade atual.

Um editorialista da *Folha de S. Paulo*, concluiu seus comentários sobre o problema que aflige a Previdência, com o seguinte pensamento:

"De qualquer forma, em qualquer país, seja qual for o seu regime, a economia será sempre a ciência da escassez. E diante de recursos escassos é preciso não distribuí-los a quem deles não necessita."

Com este pensamento concluía um exame da situação que merece uma análise detida dos que puderem conhecer o seu trabalho, razão pela qual aproveitamos para pedir a inserção, nos Anais desta Casa, do artigo "Previdência Social", do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 4 de agosto corrente.

É bom enfatizar que, hoje, de cada 100 trabalhadores, 87 são contribuintes da Previdência, enquanto em 1965 eram apenas 23 segurados para uma centena de empregados.

Ainda os números:

Dados publicados na Imprensa, revelam que "de 1978 a 1980, o custo *per capita* da assistência hospitalar, prestada pelo INAMPS, triplicou na área urbana e quintuplicou na rural, enquanto o atendimento ambulatorial quadruplicou nas duas áreas. A assistência hospitalar urbana, por pessoa, passou de Cr\$ 294,07, em 1978, para Cr\$ 535,03, em 79, e Cr\$ 1.078,98 em 1980. E a rural, que custava Cr\$ 38,76, em 78, por trabalhador; e Cr\$ 111,40, em 79, passou para Cr\$ 221,61, em 1980.

O custo do atendimento ambulatorial *per capita* para cada segurado urbano, passou de Cr\$ 205,04, em 78, para Cr\$ 422,14, em 79, e Cr\$ 839,47 em 1980, enquanto na área rural o aumento foi nas seguintes proporções: Cr\$ 23,23 em 78, Cr\$ 41,37 em 79 e Cr\$ 64,51 em 80.

Dados citados pelo Ministro Jair Soares: Cr\$ 960 bilhões serão gastos em benefícios e Cr\$ 390 bilhões com assistência médica.

Por isso mesmo, insistimos em que, paralelamente à solução emergente, de aumento da receita, há que haver uma drástica racionalização de custos.

Parece-nos que o fundamental é que, daqui por diante, se adquira confiança no sistema, atacando as causas da atual situação e fazendo a devida correção pelo ângulo das despesas.

Afinal, como se lê no *Jornal do Brasil*, de 5-8-81, "não é possível custear com aumentos sucessivos uma fonte inestancável de descontrolado de gastos".

Para que se corrijam as distorções, de início é necessário que os diversos órgãos governamentais cheguem a um acordo quanto ao valor real do *deficit* da Previdência, apresentando os números corretos e não conflitantes.

Paralelamente, além de algumas medidas antes sugeridas, o Governo deverá adotar enérgica ação administrativa, tendente a detectar os pontos vulneráveis, que afetam toda a estrutura financeira do sistema.

Por exemplo, sabe-se que a Previdência deve aos bancos. Isto é um fato. Há quem afirme, porém, que os bancos manipulam recursos da Previdência por períodos que variam até 30 dias, sem qualquer remuneração pela utilização desse gigantesco encaixe mensal. Se é verdadeira a informação, uma providência imediata deverá ser tomada.

O problema do limite para a aposentadoria, de seu lado, é uma séria questão que deve ser cuidadosamente estudada e debatida, antes de ser aprioristicamente rejeitada e combatida. É preciso verificar o quanto isto representaria em termos de redução de despesas, com a prévia averiguação de serem verdadeira ou não as afirmativas de que, com o aumento da média do período de vida do brasileiro, isto não impediria aqueles de mais baixa renda de auferirem os proventos da aposentadoria.

Nesse campo, como se vê, estudos sérios necessitarão ser feitos, sem o caráter demagógico que alguns lhes querem emprestar, mas, igualmente, sem a determinação impositiva, de cima para baixo, visando, apenas, o lado do interesse da administração, que objetiva a diminuição da despesa. É decisivo que o aspecto social seja levado em prioritária consideração, embora sem qualquer paternalismo.

Essa questão da aposentadoria mereceu um oportuno reparo de Joelmir Beting, para quem "a aposentadoria por tempo de serviço é invenção brasileira, praticada apenas no Brasil. Em certas profissões — prossegue ele — também em Israel, Itália, Argentina, Canadá e Áustria. Mas ninguém fez isso em todas as profissões, só o Brasil".

Isto não significa que sejamos contra a aposentadoria por tempo de serviço, nem que estejamos aqui a criticar o fato de o Brasil ser o único país que prevê sua concessão a todas as profissões, segundo aquele jornalista. Ao contrário, somos, obviamente, a favor desse benefício e se, na verdade, só o Brasil o estende a todos, sem discriminação, isto merece nosso aplauso e regozijo.

O que não nos parece razoável é que se pretenda, sem realismo, reduzir os limites temporais para a concessão do benefício.

Outra coisa que não pode permanecer como está é o limite máximo de contribuição, ao nível de 20 (vinte) salários mínimos.

É muito importante, também, que seja incentivada a previdência privada, através dos fundos de pensão e sob constante, eficaz e severa vigilância do Poder Público, com graves penalidades aos que, porventura, causem prejuízos aos pensionistas.

Quer dizer, são medidas que, dentre outras, devem ser adotadas com vistas a racionalizar a operacionalidade do sistema e, conseqüentemente, viabilizar a indispensável contenção de custos.

Fala-se, atualmente, com insistência, na criação de um conselho de Administração que gerenciaria a assistência médica e o atendimento hospitalar. Tal Conselho seria formado de representantes do Governo, das empresas, dos médicos, dos hospitais e dos trabalhadores.

Devemos lembrar, a propósito, que, dentre os representantes dos trabalhadores, não podem faltar os dos segurados da previdência rural.

Mas, queremos ainda salientar, com relação a isto, que, em princípio, nada há a objetar contra o Conselho, embora se deva advertir para a absoluta ineficácia de um tal órgão, se a Previdência Social, como instituição, não conseguir superar a desconfiança e o descrédito a que chegou, neste momento.

Isto somente será possível se houver uma firme determinação de eliminar, sem paternalismos, repita-se, os focos de distorções, responsáveis pela crise atual.

Para terminar, Senhor Presidente, Senhores Senadores, uma palavra sobre a radicalização dos Partidos Políticos, que, antes de conhecerem as decisões do Governo quanto às medidas a serem adotadas, fecham questão contra qualquer aumento de contribuição, ou contra qualquer modificação na área de benefícios.

Positivamente, não consideramos estas posições as mais sábias e, mesmo, patrióticas. Afinal, o problema da Previdência atinge todos nós, indepen-

dentemente de vínculos partidários. É hora de contribuir com sugestões concretas, e não de destruir com omissões ou críticas que a nada levarão. Sem examinar o teor da proposta governamental, suas razões e, principalmente, sem apresentar alternativas, dentro do quadro realista da crise, não se deve radicalizar, *a priori*, pois colocar-se contra tudo, nesta hora, significa colocar-se contra todos, vale dizer, contra si próprio.

Embora as críticas a situações passadas sejam cabíveis e justificadas, por parte daqueles que as julgem necessárias, não serão elas que resolverão o problema imediato e, muito menos, eventuais consequências futuras.

A Previdência exige soluções imediatas e outras — corretivas — que ope-rem resultados satisfatórios, a médio e longo prazos.

Ao mesmo tempo, manifestamos nossa estranheza ao sabermos que políticos, mesmo de oposição, criticam a influência política no Ministério da Previdência.

Por muito tempo, os políticos estiveram alijados das decisões administrativas e, quando retomam um pequeno espaço, não podem ser responsabilizados pelos erros que se vêm acumulando ao longo do tempo e dos quais não participaram.

Nós, políticos, erramos quando propomos soluções paternalistas, como a diminuição de tempo para a aposentadoria, mas, indiscutivelmente, temos condições de influir na indicação de pessoas para exercerem funções públicas.

Não fazemos "politiquice" ou "politicagem", ao sugerirmos nomes para cargos de confiança, na medida em que tais escolhas recaiam em pessoas capazes e que sejam feitas dentro de critérios éticos e profissionais.

A escolha, à revelia dos políticos, não é mais perfeita.

Não cometamos, pois, a injustiça de responsabilizar a ação política pelos males da Previdência.

Era o que tínhamos a dizer. (*Muito bem!*)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JUTAHY MANGALHÃES, EM SEU DISCURSO:

Folha de S. Paulo 4-8-81

#### PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os Ministros da Previdência Social e do Planejamento estão fazendo uma série de propostas para reequilibrar o orçamento do INPS, cujo déficit já é da ordem de 138 bilhões de cruzeiros. Ainda que qualquer aumento de imposto ou redução de benefício (exigência de idade mínima de 60 anos para aposentadoria) seja sempre desagradável, não há qualquer dúvida que os Ministros têm razão e devem ser apoiados, exceto na forma de financiamento do déficit via simples aumento da taxa de contribuição. Afinal, o milagre da multiplicação dos pães não existe em economia, e um governo de oposição teria que seguir linhas semelhantes se desejasse preservar o que já foi conquistado em matéria de Previdência Social no Brasil.

O sistema de Previdência Social, apesar de todos os seus defeitos e ineficiências, é uma forma de consumo social e, portanto, de distribuição de renda. Imagine-se, por exemplo, qual seria o custo social de substituímos o INAMPS pela medicina privada, aumentando-se correspondentemente os salários. Estes aumentos teriam que ser tão grandes, que levariam a economia nacional ao caos. É por isso que em todos os países de economia planejada, ou nos países em que governos social-democratas ocuparam longamente o poder, as formas de consumo social e a distribuição de renda são muito mais avançadas do que nos países mais rigorosamente capitalistas, onde o consumo permanece principalmente privado.

Entre as medidas propostas pelos Ministros, aquela que merece maior apoio é a da exigência mínima de 60 anos, além de 35 anos de serviço, para a aposentadoria. Todas as vezes que se fala nisso há um protesto generalizado na imprensa. A visão que a classe média brasileira tem de aposentadoria é completamente equivocada. Imagina que a aposentadoria é um prêmio ou um adicional de salário para pessoas que, no vigor da idade (hoje é possível aposentar-se com menos de 50 anos!), completaram seus 25, 30 ou 35 anos de trabalho. Ora, aposentadoria não é isto, em absoluto, e sim uma forma de assegurar uma velhice segura para quem já não tem mais possibilidade de trabalhar ou que está tendo sua eficiência no trabalho reduzida.

Pelo mesmo raciocínio, é muito razoável reduzir a aposentadoria daqueles que, depois dos 60 anos, continuam trabalhando normalmente, como acontece geralmente com as funções intelectuais e administrativas. Não há razão para um salário dobrado para essas pessoas, em um momento em que seus filhos estão criados. E não há razão também para incentivá-los especialmente a continuar trabalhando quando há tanto desemprego e subemprego neste País.

Já é menos aceitável a idéia de financiar o déficit anual com um aumento de 8 para 10% da contribuição. Não há dúvida que é necessário aumentar as receitas da Previdência Social, já que suas despesas aumentaram, muito me-

nos devido a problemas de ineficiência (embora estes sempre existam) e muito mais devido ao grande aumento dos seus beneficiários, sem que houvesse correspondente previsão da receita. Mas o financiamento via um adicional vinculado ao Imposto de Renda das empresas seria provavelmente uma forma mais racional, inclusive porque não encareceria artificialmente mais ainda a mão-de-obra, e, portanto, estimularia assim ainda mais a substituição de força de trabalho por máquinas em uma economia com reconhecido excesso de mão-de-obra.

De qualquer forma, em qualquer país, seja qual for seu regime, a economia será sempre a ciência da escassez. E diante de recursos escassos é preciso não distribuí-los a quem deles não necessita. L.C.B.P.

O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Pelos idos de 1975, eu, na qualidade de Secretário de Estado de Indústria e Comércio do Governo Dirceu Arcoverde, quis implantar no Piauí o arrendamento mercantil.

Essa operação que eu pretendia criar consistia na criação de mecanismo operacional que desse a determinada pessoa jurídica que desejasse implantar uma unidade industrial condições de fazê-lo, sem a necessidade de imobilizar recursos financeiros para adquirir as máquinas e os equipamentos industriais.

É que, desde 1956, quando assumi a Gerência da filial do Banco do Brasil, em Floriano, que via fracassar idéias de pessoas capazes, vontadosas de implementar determinado projeto industrial, mas não o faziam, porque não contavam com recursos financeiros para oferecer a contrapartida de recursos próprios nos financiamentos bancários ou nos incentivos financeiros da SUDENE.

Na composição desses recursos, não era de todo difícil alugar o prédio ou, mais tarde, comprá-lo a prestações junto a uma Companhia de Distrito Industrial; conseguir financiamento para aquisição da matéria-prima e dos insumos, na rede bancária, mediante penhor mercantil ou, mais tarde, penhor ceder. Obter financiamento nas compras a prazo junto aos fornecedores. Com os descontos das duplicatas oriundas das vendas do produto industrial acabado, pagava o pessoal, as despesas de impostos, água, luz, telefone, correios e telégrafos e outras menores. Mas, o difícil mesmo era a aquisição das máquinas e equipamentos, que envolvia sempre o grosso dos recursos globais.

No Piauí, os incentivos da SUDENE nunca produziram os resultados esperados. Sob o império dos artigos 34/18, a captação era difícilíssima porque o investidor, voluntariamente, não ia deixar de optar por investir em empreendimentos de Estados potencialmente mais fortes como o Ceará, Pernambuco e Bahia para investir no Piauí. Era preciso que o negócio fosse muito bom. Ademais, a taxa de captação inviabilizava o negócio. Com o advento do FINOR, a alocação dos recursos passou a ser feita diretamente pela SUDENE, mas aí o montante dos recursos disponíveis era sempre inferior ao total comprometido com a aprovação dos projetos, em consequência do que a influência política passou a ter peso alto nas liberações. Os governadores dos grandes Estados passaram a influir decisivamente nas liberações.

Agora vejo o êxito que estão obtendo, no Brasil, as operações de leasing ou arrendamento mercantil.

Os financiamentos com esse tipo de operações alcançaram montante apreciável, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Empresas de Leasing, que congrega 57 entidades do gênero, atingindo:

	(US\$ milhões)
1978 .....	632
1979 .....	830
1980 (soma superior) .....	1.100
1981 (até junho) .....	2.200

A Prefeitura Municipal de São Paulo arrecadou, de janeiro a maio deste ano, imposto sobre serviço que corresponde a 2% sobre o faturamento das empresas que operam no ramo, a soma altamente significativa de 15 bilhões e 800 milhões de cruzeiros.

Têm contribuído favoravelmente às operações de leasing:

- as sucessivas restrições ao crédito para investimentos;
- os altos juros cobrados nos financiamentos; e
- a falta de recursos próprios dos empresários.

Dentre as normas adotadas para a operacionalidade do sistema poderíamos alinhar os seguintes trazidos pela revista "Isto É", de 19-8-81:

1. Os custos efetivos de uma operação desse tipo equivalem aos de um financiamento normal.

2. Os prazos de amortização são mais dilatados que os dos empréstimos e gozam de benefícios fiscais permitidos por lei.
3. Liberam os empresários de pesados gastos na compra de bens que irão produzir o faturamento da empresa.
4. O leasing não compete com o financiamento tradicional, eles se completam.
5. É permitido exclusivamente para pessoas jurídicas.
6. É uma espécie particular de aluguel com prestações fixas e período de duração estabelecido em contrato.
7. Essas prestações, por lei, podem ser abatidas do lucro da empresa pagadora para efeito de Imposto de Renda.
8. Vencido o contrato, o cliente poderá, de acordo unicamente com a sua vontade, adquirir o equipamento arrendado deduzindo de seu preço final o total desembolsado com as prestações pagas.
9. Ou, se quiser, poderá simplesmente devolver o equipamento à companhia arrendadora.
10. A resolução de adquirir ou devolver o bem não consta do contrato.
11. Os equipamentos arrendados não podem ser destinados à atividade que não esteja ligada à empresa. Isso poderia ensejar que a arrendadora fizesse o leasing.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sei que as operações de arrendamento mercantil não é invenção nossa. Os países desenvolvidos adotaram essa espécie de negócio há muito tempo, mas o que me deixa surpreso é a facilidade com que os nossos investidores se adaptaram com rapidez à idéia, transformando-o num grande negócio, altamente rentável para todos os interessados: para a empresa que aluga o equipamento, para o locatário e, acima de tudo, para o Poder Público que pode, com essa nova receita, proporcionar maior soma de bens a seus condiccionários.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A história de Juiz de Fora — pode-se dizer — está registrada e arquivada no "Diário Mercantil" — o jornal que Antônio Carlos fundou no início do Século e que Renato Dias Filho, com tenacidade, perseverança e trabalho, consolidou.

São setenta anos de muita luta e esforço, que agora se comemora com a inauguração de seu novo e moderno parque gráfico, o sistema "off set", equiparando-se, pois, aos maiores jornais do País.

Dois significativos eventos na sua longa existência, em que se encontram o passado e o presente.

A função social da imprensa insere-se em toda sociedade democraticamente organizada. Ultrapassa ao ato de apenas informar, por mais relevante que ele seja. Vai além. Cabe-lhe também aperfeiçoar essa sociedade, as suas instituições, a conduta dos seus cidadãos — missão maior da comunicação.

Dela o "Diário Mercantil" tem exemplificado cabalmente nesses fecundos e produtivos setenta anos de ininterrupto funcionamento.

Para sobreviver, tarefa realmente das mais árduas e difíceis, e sobreviver exercitando esses princípios basilares de uma imprensa sã e correta, enfrentou os mais ingentes obstáculos.

Renato Dias Filho, o seu presidente e a própria alma do órgão, conta-nos um pouco dessa obra: "Em janeiro de 1912, nascia o "Diário Mercantil", que viria vencer todas as barreiras, quase intransponíveis, de sua existência.

Essas barreiras, entretanto, que se antepõem a um órgão de comunicação, não impediram que o "Diário Mercantil" permanecesse sempre fiel aos interesses do povo juiz-forano e aos grandes ideais de justiça, liberdade e democracia.

Vemo-lo sempre defendendo, de suas trincheiras, intransigentemente, as grandes causas populares que empolgaram nossa gente.

Não deteve-se nunca, arrostando os maiores perigos e pressões, ante a voz da prepotência e do arbítrio.

Ao contrário, posicionou-se ao lado dos oprimidos e dos reclamos mais candentes dos pequenos.

Desde seu surgimento pautou-se por um só compromisso: a verdade.

Por sua redação passaram talentosos redatores e repórteres, que dignificaram a imprensa mineira, por sua inteligência, dignidade e clarividência. Furtamo-nos de não nomeá-los para não, talvez, incidir numa injustiça, omitindo algum.

Mas verdadeiros mestres na arte de informar e instruir, autodidatas quase todos, fizeram de suas salas de redação salas de aula de jornalismo. Nesse

mister, o *Diário Mercantil* foi escola e das mais capacitadas, numa época em que as faculdades de comunicação inexistiam ou davam os primeiros passos. Não descuidou-se, como fonte de formação da opinião pública, de estimular a educação e cultura juiz-foranas, participando e incentivando todos os movimentos artísticos e culturais que surgiram.

Como *O Farol*, *Correio de Minas*, *Gazeta Comercial*, engrandeceu a imprensa mineira.

Em sua longa jornada, acompanhou *pari passu* a história de Juiz de Fora, vivenciando-a em suas páginas, estimulando o desenvolvimento e crescimento da cidade fundada por Halfeld e impulsionada por Mariano Procópio e Bernardo Mascarenhas.

Neste Século, a vida do município, o cotidiano de sua gente, seus eventos do dia-a-dia, seus dramas e tragédias ficaram marcados indelevelmente nas folhas do jornal.

Escreveu-se ali o andar de um povo. Guardou-se para o acervo da história os seus grandes e pequenos momentos. Retratou-se ali muitas tragédias que abalaram a comuna, como a enchente de 1940, por exemplo. Mas gravou-se também as alegrias e o júbilo de seu laborioso povo: o término da guerra, as campanhas memoráveis e os grandes comícios das eleições presidenciais, festas cívicas que entusiasmavam a população; as comemorações religiosas, os seus desfiles e paradas; a descontração do nosso carnaval, com as escolas de samba na avenida etc.

Presenciou ainda, como testemunha da história, os acontecimentos políticos como a Revolução de 30, a redemocratização do País após o Estado Novo, o suicídio de Vargas, o movimento de 1º de abril de 64.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, relatamos aqui um pouco da trajetória deste jornal, de extraordinária vitalidade e pujança e, também, de desmensurado amor à nossa terra e nossa gente, pelas quais cabe aqui consignar — sempre propugnou. Nunca lhe faltou fé no seu destino e no seu futuro.

Permitam-nos, pois, nesta oportunidade, prestar tributo a este órgão expressivo da imprensa de meu Estado e ao jovem jornalista que o dirige atualmente, José Octávio Alkimim Henriques.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Em dias de julho próximo passado, tive o ensejo de, em companhia dos nobres Senadores Leite Chaves e João Calmon, integrantes da Comissão de Agricultura desta Casa, fazer uma visita ao Estado do Paraná, para de perto conhecer a estrutura cooperativista daquela Unidade da Federação.

Durante toda a visita contamos com a companhia valiosa e inteligente do Dr. Guntolf Van Kaic, Diretor da OCEPAR — Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, cujos conhecimentos foram da mais alta valia para a compreensão do estágio de desenvolvimento em que se encontra o movimento cooperativo no Paraná.

De igual forma, de transcendente valia para a compreensão da estrutura cooperativista local foram os conceitos do Dr. Benjamin Hamnersehmtdt, Diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras, também nosso companheiro durante todo o trajeto.

Retornei — e creio também os outros membros da comitiva — com uma visão fulgente da pujança do sistema cooperativo Paranaense. Este conceito foi apreendido com as visitas realizadas às diversas instituições cooperativas em várias cidades do Estado, e aqui me permitirei citá-las todas, como uma homenagem àqueles valorosos companheiros que, com seu esforço e tenacidade permitiram ser hoje o sistema cooperativo paranaense um marco de história e modelo a ser seguido em todo o Brasil.

A comissão teve oportunidade de visitar a COAMO sediada em Campo Mourão presidida pelo companheiro José Aroldo Galassini; COPAVEL na cidade de Cascavel dirigida pelo companheiro Luiz Boschirolli; a VALCOOP em Londrina com o comando do companheiro Carlos João Schlieper; COCAMAR na cidade de Maringá cujo presidente é o companheiro Constâncio Pereira Dias; COTRIGUAÇU também em Cascavel tendo como dirigente o companheiro Luiz Uchôa; a COCAP na Capital do Estado e que tem na sua presidência o companheiro José Cassiano Gomes dos Reis; e, finalmente, a COOPERSUL em Ponta Grossa sob a direção do companheiro Roberto Arnaldo Buhner.

Em todas, sem distinção alguma, encontrei arraigado espírito cooperativista diante da luta comum. Encontrei presente o otimismo e a crença consubstanciados na decisão de construir um movimento forte nos dias de hoje — e capaz de resistir no presente e no futuro — as dificuldades que se apresentam e se apresentarão, resistindo as acometidas daqueles que temem um

cooperativismo sedimentado e capaz de assumir papel prevalescente e decisivo na economia do País.

Observei a preocupação de dirigentes e cooperados no sentido de verticalizar a sua atuação, evitando, desta maneira, que grandes fatias do valor agregado oriundos da manufatura dos produtos se esvaíam das mãos dos produtores e se convertam no lucro fácil dos atravessadores.

Impressionou sobremaneira o nível de participação dos associados. Nas reuniões em que participamos a tônica mais acentuada foi o debate livre, a gestão democrática dos dirigentes. Todos exercitam o direito de opinar, divergir e indicar rumos, colocando na prática os princípios rochedeanos.

Concluindo o roteiro de visitas levados a constatar a presença viva e atuante do movimento cooperativista paranaense, de tal forma que me permito afirmar ser aquela estrutura uma das vigas mestras da economia Paranaense e por si só capaz de influenciar os fatos econômicos brasileiros.

Este é o depoimento que desejava trazer perante esta Casa.

Dizer do meu entusiasmo por quanto pude presenciar naquela viagem para mim de grande significado. Trouxe de volta a fé realçada no movimento cooperativo do meu País, pois cooperativista por vocação dediquei a maior parte de minha vida na luta por esta causa e assim não poderia me omitir de registrar quanto me impressionou o que se edifica no cooperativismo do Paraná.

Ainda me seja permitido alguns registros que merecem a melhor guarida neste pronunciamento.

Desejo testemunhar um fato da mais nítida importância para o futuro do movimento cooperativista brasileiro, e aqui me refiro especificamente às minicooperativas ligadas à rede escolar estadual.

Naquelas escolas são lançadas para a juventude as primeiras sementes e os primeiros conceitos do fenômeno cooperativo. Pareceu-me de fulgurante utilidade o trabalho desenvolvido naquela instituição para formar os líderes cooperativos do futuro. O exemplo deve e merece ser seguido em todo o Brasil.

É meu dever registrar agradecimentos a todas as autoridades paranaenses, notadamente à OCEPAR — Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, através do seu Presidente Dr. Guntolf Van Kaic, aos dirigentes e técnicos do IAPAR — Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, que ministraram uma magnífica aula a todos que integravam a comitiva visitante.

De igual maneira fica o registro para a Organização das Cooperativas Brasileiras através do seu Diretor Benjamin Hamnersehmtdt.

No final um agradecimento todo especial e particular ao engenheiro agrônomo João Manuel Bica Neto, companheiro a quem dedico hoje fraterno estima.

Muito obrigado! (*Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Agenor Maria) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

### 2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 13 e 14, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

### 3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 15, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$

31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 16 e 17, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

### 4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 18, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 19 e 20, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

### 5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 396, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 397, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

### 6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 88, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 594, de 1981), que autoriza a Escola Superior de Educação Física de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.813.300,00 (nove milhões, oitocentos e treze mil e trezentos cruzeiros), tendo

PARECER, sob nº 595, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

### 7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 90, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 608, de 1981, com voto vencido do Senador Alberto Silva), que autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 634.053.100,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, cinquenta e três mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 609, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Hugo Ramos e Mendes Canale.

### 8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 93, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 619, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Guaxupé (MG) a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 620 e 621, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Mendes Canale e Hugo Ramos; e
- de *Municípios*, favorável.

### 9

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 95, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 625, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Macapá (AP) a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), a montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 626 a 627, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

### 10

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 96, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 628, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 289.527.190,95 (duzentos e oitenta e nove

milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cento e noventa cruzeiros e noventa e cinco centavos), tendo

PARECERES, sob nºs 629 e 630, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de *Municípios*, favorável.

11

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Escritor Josué Montello, referente ao ingresso do ex-Ministro Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras.

12

Votação, em turno único, do Requerimento nº 43, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, baixadas em comemoração ao 17º aniversário da Revolução de março de 1964.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 268, de 1981, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1980, do Senador Franco Montoro, que estabelece a participação de representantes dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).

14

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios, tendo

PARECER, sob nº 1.006, de 1980, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Leite Chaves, e voto em separado do Senador Aderbal Jurema.

15

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência social, tendo

PARECER, sob nº 1.034, de 1980, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

16

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13º-salário, tendo

PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

17

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

18

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 617, de 1981), do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1980 (nº 62/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos, em Brasília a 23 de julho de 1980.

19

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1981 (nº 895/79, na Casa de origem), que assegura matrícula, nas escolas de qualquer nível, aos servidores que especifica, tendo

PARECER, sob nº 286, de 1981, da Comissão

— de *Educação e Cultura*, favorável, com emenda que apresenta de número 1-CEC.

20

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1981 (nº 3.310/77, na Casa de origem), que dispõe sobre as comemorações dos feriados, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 604 e 605, de 1981, das Comissões:

— de *Educação e Cultura*; e

— de *Legislação Social*.

21

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 205, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.356, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.357 e 1.358, de 1980, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 260, de 1981, de autoria do Senador Franco Montoro de adiamento da discussão para a Sessão de 26 do corrente).

22

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 21, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Coqueiral (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 22 e 23, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

23

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 24, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Franca (SP) a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 25 e 26, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

24

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 319 e 320, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de *Municípios*, favorável.

25

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 64, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 409, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Itatiba (SP) a elevar em Cr\$ 40.955.908,72 (quarenta milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oito cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 410 e 411, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de *Municípios*, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO  
NA SESSÃO DE 21-8-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO  
ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. ALMIR PINTO** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Às vezes, aqui no Senado, fico como que deslumbrado, pensando que me encontro numa ilha de príncipes encantados, isto, porque me sinto cercado de governadores por todos os lados. Quando olho para a direita vejo o Senador Lomanto Júnior, candidato em potencial ao Governo da Bahia; quando olho para a esquerda, vejo o Senador Alexandre Costa; quando olho para a retaguarda está o Senador Jorge Kalume; e quando olho para a frente vejo o Senador Murilo Badaró; sem falar naqueles colegas da Oposição e que aspiram também, galgar a curul governamental de cada Estado que representam nesta Casa. Fico, às vezes, confuso em contemplar da tribuna este poderoso carrossel em que tantos nobres Senhores brasileiros, altamente credenciados pensam governar os seus Estados e fazer o bem à sua gente.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, devo dizer a V. Ex<sup>as</sup> que eu, com mais três colegas desta Casa, o Senador José Lins, o Senador Cunha Lima e o Senador Martins Filho, recebi um honroso convite de S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro do Exército, General Walter Pires, para integrar uma comitiva composta por Srs. Deputados da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, que deveria, como o fez, visitar as unidades de Fronteira do Exército, situadas no Rio Grande do Sul.

Daqui partimos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 10 de agosto, segunda-feira, direto a Porto Alegre. Em chegando àquela belíssima cidade do Cone Sul brasileiro, fomos recebidos por autoridades civis e militares, o Governador Amaral de Sousa, o Sr. Comandante do III Exército, General Túlio Chagas Nogueira, o Sr. Comandante da 6<sup>a</sup> Divisão de Exército, General Edison Boscacci Guedes e um apreciável número de outras ilustres autoridades. Em seguida nos dirigimos ao Comando do III Exército, onde fomos recebidos por S. Ex<sup>a</sup>, o General Túlio Chagas Nogueira, que fez uma belíssima explanação a respeito dos problemas econômicos e sociais da área sob a sua jurisdição, realçando o valor da tropa sob o seu comando, com nada menos 18 Generais, entre estes 4 Generais-de-Divisão. O posicionamento da tropa, a que com ele convive mais de perto, ou seja a sediada em Porto Alegre, impressionou pelo seu adestramento e disciplina. Afóra a parte relacionada estritamente com a vida militar, o General Túlio demonstrou um excelente conhecimento sobre a vida econômica, política e social do País.

Esse foi o nosso primeiro contacto com a mais alta autoridade do Exército Brasileiro, na área de fronteira do Rio Grande do Sul. No dia seguinte, éramos recebidos pelo Comandante da 3<sup>a</sup> Divisão de I Exército, General Edison Boscacci Guedes. Pudemos sentir também — eu e todos aqueles colegas que participavam da comitiva: 4 Senadores e nada menos que 20 Deputados — o grau de cultura dos Oficiais-Generais do glorioso Exército Brasileiro. Discutem todo e qualquer assunto, com verdadeiro conhecimento dos problemas relacionados à educação, saúde e psico-social. Finalmente, deram-nos a idéia de que são homens verdadeiramente preparados não só para a vida militar, como também para a vida civil.

À noite, do primeiro dia, a comitiva foi recepcionada por S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Governador Amaral de Souza, que nos recebeu no Palácio do Governo e conosco esteve, por algumas horas, num churrasco muito íntimo, muito fraterno em que se entrelaçavam civis e militares. Viajamos no dia seguinte para a cidade de Santa Maria.

Devo confessar a V. Ex<sup>as</sup>, Sr. Presidente, que na terra mariana, no Rio Grande do Sul, experimentei uma profunda emoção. Quando me dirigi para dialogar com S. Ex<sup>a</sup>, o General Sebastião Ramos de Castro, Comandante da 3<sup>a</sup> Divisão do Exército, sediada nessa importante cidade gaúcha fiz sentir, naquela ocasião, a minha grande emoção de, pela segunda vez, pisar o território da cidade de Santa Maria da Boca do Monte, no Estado do Rio Grande do Sul. Isso porque, Sr. Presidente, lá estivera no verdor dos anos, quando acadêmico de Medicina, do Estado da Bahia, no quinto ano deste curso, integrando a embaixada acadêmica que levava o nome do saudoso Professor Marques dos Reis, Ministro da Aviação do Governo Getúlio Vargas, isto nos idos de 1935.

Externei aos presentes, naquela manhã do dia 12 do mês em curso, a minha grande emoção e a maior alegria de retornar a Santa Maria 46 anos depois!

Nós, na nossa juventude, costumamos dizer quando visitamos uma cidade longínqua do território pátrio, ser talvez a única vez que pisamos o seu solo. E de fato eu dissera isso a meus colegas da Embaixada Acadêmica Marques dos Reis. Agora, tive a sorte de, depois de 46 anos rever a cidade que conheci menina, engatinhando, e hoje é uma grande cidade do meridional brasileiro, uma cidade com elite cultural invejável. Fomos informados de que a po-

pulação de Santa Maria, onde está uma das maiores universidades federais brasileiras, conta com 50% de estudantes e que se integram na vida cultural e acadêmica da cidade da próspera Santa Maria da Boca do Monte.

Nesta acolhedora terra, visitamos um quartel que é na verdade uma glória, um relicário da vida militar brasileira: o Regimento Mallet, o patrono da artilharia. Vimos por exemplo um canhão que é uma peça histórica, o DE LA HITE que está permanentemente vigiado por soldados fardados, à maneira da época.

Depois fomos recebidos no 29<sup>o</sup> BIB (Batalhão de Infantaria Blindada) e lá encontramos uma figura singular por sinal, primo-irmão do nosso prezadíssimo colega Senador Helvídio Nunes: — o Tenente Coronel Aurino Nunes, um verdadeiro gentleman; recebeu-nos com uma delicadeza e com uma lhanza a toda prova e bem assente aos espíritos bem formados. Fez questão o brioso militar, de deixar com cada um dos parlamentares que integravam aquela comitiva, uma grata recordação da unidade que está sob o seu comando.

Em Santa Maria, que foi o ponto de maior demora da comitiva, tivemos a oportunidade de assistir ao adestramento do BIB: vimos o desfile da infantaria com os seus carros blindados, todos fabricados pela indústria nacional, mais precisamente em São Paulo. Devo dizer que estão ficando obsoletas todas aquelas armas, todo aquele material importado dos Estados Unidos.

Participei com os demais companheiros da travessia de um grande açude, num blindado M113 americano, montado em lagarta, atravessamos — confesso a V. Ex<sup>as</sup>, Sr. Presidente, com certo receio porque não sendo muito chegado a essa coisa de mar, ou melhor, sou negativo para água, estava atravessando, num blindado, um açude, em pleno mês de agosto! Houve um certo receio da comitiva. Mas cumprimos a instrução, no mesmo M113 em que estava embarcado o General Castro; e nos convencemos de que a tropa, na verdade, está bem adestrada, mesmo contando com os *Recrutas* do Congresso Nacional! ...

O que nos causou maior alegria foi constatar que os M113 de fabricação nacional são muito mais confortáveis e oferecem, a nosso ver, maior segurança e rapidez, porque ao invés de serem montados em lagartas o são em rodas, com hélices trazeiras, assim, muito mais modernizado, que o M113 americano; oferecendo maior segurança para a travessia de rios, açudes, que possam servir de empecilho ao avanço da infantaria. Além dos M113, conhecemos o carro artilhado "Cascavel", com larga exportação para o exterior. Um carro bonito, fabricado, também, em São Paulo. Moderníssimo.

Assistimos aos disparos de armas automáticas, todas elas nacionais. Disparo de canhão, rajada de metralhadora, tiro de fuzis altamente sofisticados. Enfim, foi uma tarde de encantamento para nós que nos orgulhávamos de estar ali presentes, contemplando uma tropa bem adestrada e toda ela armada com material nacional, morteiros e tudo mais. Foi para a comitiva parlamentar, um acontecimento inédito! A alegria contagiou a todos e alegre ficou também o Comandante da III Divisão do Exército e o ilustre General Comandante da 6<sup>a</sup> Brigada de Infantaria Motorizada de Santa Maria o General — Dêcio Barbosa Machado, excelente militar, muito cortês e conhecedor profundo da vida militar, o qual nos deu, com o General Castro, uma belíssima aula sobre a questão da segurança da ordem interna e da ordem externa do País.

*O Sr. Gabriel Hermes* — Permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. ALMIR PINTO** — Tenho o maior prazer.

*O Sr. Gabriel Hermes* — Nobre Senador, estas descrições de viagens, principalmente internas dentro do País, e esta de que V. Ex<sup>a</sup> nos fala do que viu nas nossas Forças Militares, me deu vontade de interrompê-lo no curso do seu discurso, para me congratular com V. Ex<sup>a</sup>, porque é bom que tomemos conhecimento do que ocorre pelo Brasil, principalmente daquilo que está sob a responsabilidade das Forças Armadas. V. Ex<sup>a</sup> fala do Rio Grande do Sul, onde temos uma grande concentração de Forças Militares, acentuadamente do Exército. Do que viu em armamentos, do que viu de treinamento militar, do que viu de cortesia e de preparo, não só dos oficiais como de todos os nossos militares naquela área.

**O SR. ALMIR PINTO** — V. Ex<sup>a</sup> me permite? O que vimos na exuberante terra gaúcha foi de encantar a todos.

*O Sr. Gabriel Hermes* — E da exuberante terra gaúcha. E eu que o interrompi, exatamente — usando a linguagem militar, no roteiro do discurso de V. Ex<sup>a</sup> — para me congratular e dizer que, guardadas as distâncias e o número de pessoal, se nós correremos a Amazônia, que é 20 vezes maior do que o Rio Grande do Sul em extensão territorial, as suas fronteiras, as suas fronteiras distantes, encontramos tropas do Exército e, muitas vezes, também, navios da Marinha e os aviões da nossa Aeronáutica. Mas, tropas do Exército paradas

naquelas fronteiras distantes, comandadas por oficiais, poucos praças, muitas vezes pequenos batalhões, mas V. Ex<sup>a</sup> vai ver que, ali, nós encontramos uma escola profunda de brasilidade, marcando a unidade do País com a Bandeira, com o Hino, com os ensinamentos e acentuadamente eu quero frisar — com o que dão conhecimento do País e da unidade do País. Isto na Amazônia. Lá longe, V. Ex<sup>a</sup> falou de fronteiras, falou de canhões, de canhões modernos. Vamos encontrar no Forte do Príncipe da Beira, lá num ponto extremo do Brasil, hoje, alguns soldados tomando conta daquele pedaço de chão onde foi marcada a fronteira extrema do Brasil. Alf, também, soldados do Brasil. Por aí V. Ex<sup>a</sup> que, contar como conta V. Ex<sup>a</sup> o que está havendo no grande Estado do Rio Grande do Sul, no evoluído Estado do Rio Grande do Sul, digamos, no politizado Estado do Rio Grande do Sul, conforta bastante, mas conforta também sentirmos que este mesmo Exército mantém o mesmo sentido de brasilidade na defesa da unidade deste País, em lugares imensamente grandes e despovoados como a nossa Amazônia e que espero um dia V. Ex<sup>a</sup> possa visitar em todos os seus recantos como visitei eu, numerosas vezes, e ver os nossos soldados lá longe no Rio Grande do Sul, como lá mais longe ainda na Amazônia, servindo ao nosso País. Portanto, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> e é oportuno que traga o retrato de sua viagem para conhecimento da nossa Casa do Congresso.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço muito sensibilizado o aparte de V. Ex<sup>a</sup> justamente porque nos dá a idéia exata dos dois grandes Brasis, o Brasil Meridional e o Brasil Setentrional.

Não tive a felicidade, Sr. Senador Gabriel Hermes, de participar daquela comitiva, também orientada pela Comissão de Segurança Nacional da Câmara Federal, que visitou a Amazônia. Mas os colegas que integravam a comitiva ao Setentrião Brasileiro, disseram-nos da beleza da Amazônia. Como a fronteira Sul, o Norte Brasileiro tem fronteiras com divisor d'água e fronteiras secas.

Parece-nos pequena a fronteira seca no Rio Grande do Sul. São 40 quilômetros para aqui, um pedacinho de terra para acolá, mas, de regra, nossa fronteira com a Argentina, Uruguai e Paraguai, quase toda ela é demarcada por rios. Uma particularidade que nos encheu a alma de alegria foi saber por informação dos comandos das tropas fronteiriças do Brasil, do bom relacionamento e o cordial entendimento, das tropas brasileiras com as argentinas, paraguaias e uruguaias.

Basta que diga a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que na cidade de Uruguaiana — que se limita com Paso de los Libres, e que hoje são ligadas pela Ponte da Amizade, fomos homenageados pelo Intendente e pelo Comandante do Batalhão daquela vizinha cidade argentina com um jantar, do qual participou, além da comitiva, os nossos comandantes de tropas da área limítrofe.

Por aí se vê a compreensão e a amizade reinante, entre as nações amigas do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Os gerais com os quais estivemos, referem-se, externando o mais vivo contentamento a este excelente relacionamento.

Em Foz do Iguaçu, uma agradável surpresa me aguardava e que também me causaria grande emoção, fui encontrar no Comandando a Brigada sediada em Cascavel, Paraná —, um filho de Maranguape, o General Lucena. S. Ex<sup>a</sup> disse-me do entrelaçamento existente entre chefes militares brasileiros, argentinos e paraguaios. As visitas são freqüentes, com o caráter afetivo que envolve as famílias, tal o disciplinamento em busca de uma amizade duradoura, que assegure paz e tranquilidade aos filhos dos países do Cone Sul do continente americano, o que há é muita compreensão.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não. Ouço, com o maior prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre Senador, mais uma vez congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> por essa observação. Li, há muitos anos, pouco depois da terrível 2ª Guerra, o livro *Um Mundo Só*, e ele falava dessa aspiração de tantos corações que vivem pelo mundo, sonhando com um mundo só, e nós encontramos a comparação de que o Brasil é um grande coração rodeado por todas as repúblicas irmãs da América do Sul, pregando a unidade, pregando um tratamento de irmãos, procurando um desenvolvimento comum. Vemos que o nosso Exército colabora para que isto aconteça, como V. Ex<sup>a</sup> observou, e nós só temos motivo para nos orgulharmos e nos confraternizarmos com todos esses companheiros, militares e civis, que pensam em realizar, na América do Sul, o sonho que não é possível ainda pensar, agora, no mundo, com segurança, mas que nós devemos cultivar com muita força neste imenso continente que é a América do Sul. Me congratulo por esta observação de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

Sr. Presidente, cada viagem tem uma história pitoresca para ser contada.

Havíamos saído de Brasília num avião Avro, não dos muitos novos, já bem usado. Tivemos um pouso técnico em Florianópolis, antes de atingir Porto Alegre. A Aeronáutica mandou substituir o avião, quando já nos encontrávamos em Santa Maria. Na manhã do dia 13 o grande susto que passamos! Saímos de Santa Maria para Uruguaiana, teto assegurado para o pouso. Quando estávamos a 10 ou 15 minutos de Uruguaiana, o campo fechou... não havia teto, fato que o próprio Comandante da Brigada, General Iris, nos assegurou nunca haver acontecido, e, não só ele como seus oficiais. Em 15 minutos arma-se um tempo com tanta rapidez como nunca aconteceu em Uruguaiana, naquele 13 de agosto. Não havia assim teto em Uruguaiana. Voltamos para Santa Maria, ponto de partida, e quando lá chegamos, também o aeroporto fechado!

Lá estava o avião do Presidente da República à espera de teto, sobrevoando, por mais de 40 minutos para pousar. O Presidente Figueiredo teria que tomar outro equipamento em Santa Maria, porque o jato presidencial não podia pousar em Santa Rosa. A nossa angustiante expectativa seria atingirmos Porto Alegre. O combustível, da nossa aeronave, daria para alcançar a última alternativa. Não houve pânico, mas uma preocupação que a todos assaltou, quando atentavam para o calendário: 13 de agosto!... Fosse lá o que Deus quisesse. Se não houvesse teto em Porto Alegre? Teríamos que descer na marra, de qualquer forma, porque não tinha mais combustível para irmos adiante! Deus nos protegeu e pousamos, bem, na Capital gaúcha, respirando todos, tripulação e passageiros... sofregamente!

De Porto Alegre fomos em vôo direto para Uruguaiana, não sei, talvez, Paso de los Libres, também, que eu não conhecia, fosse uma das atrações. Havia estado na minha mocidade, em Santana do Livramento, quando visitei o Rio Grande do Sul, pela primeira vez, integrando, como atrás me referi, uma delegação da Faculdade de Medicina da Bahia. Recordo-me bem quando nós acadêmicos fomos nos despedir de Flores da Cunha, lá no Palácio Piratini, ele nos perguntou: os senhores já estiveram na fronteira? Respondermos que não. Os senhores não devem sair do Rio Grande do Sul sem antes conhecer a fronteira. E nos mandou, então, a Santana do Livramento. Foi quando conheci a cidade entroncamento de Cacequi, de onde demandaríamos a Santa Maria, pela primeira vez, meio caminho andado para chegar à Santana nos limites com Rivera, no Uruguai. Enfim, a bela cidade de Uruguaiana. O Senador José Lins ficou embevecido, e eu também... com aquela planície verdejante, coisa que nós do Nordeste não estamos acostumados a ver.

Que beleza de terreno aquele! Passamos o dia, e por causa do atraso na chegada, perdemos uma manhã, e a nossa visita foi bastante prejudicada, impossibilitando um conhecimento melhor do que havia sido projetado para nos ser mostrado.

Mas tivemos um contato muito amigo com o Prefeito de Uruguaiana, o mesmo havia acontecido com o jovem Edil de Santa Maria e posteriormente, com o de Santo Ângelo. Reitor da universidade, fomos cercados de amabilidades e afabilidades pelos distintos militares da área, à frente o General Iris, Comandante da Brigada, que tudo fez para nos proporcionar uma visão realista do patriótico desempenho da tropa sob o seu comando. A data 13 de agosto de 1981, deixou indelével na nossa memória, o susto que o tempo pregou ao comandante da aeronave e a todos nós, diluído, no entanto, na alegria de havermos convivido com aqueles compatriotas militares, que tudo fazem para se tornarem dignos defensores da soberania nacional.

De Uruguaiana rumamos para Santo Ângelo, guiados pela histórica Cruz Missionária. Fomos recebidos pelo Sr. General-de-Brigada Pedro Luiz de Araújo Braga, excelente companheiro e homenageados por autoridades civis e militares. O roteiro foi cumprido à risca. Brilhante exposição do General Braga, de cultura seletiva, como tal acontece com os generais da área visitada. Todos nos impressionaram bastante: inteligência e saber!

Tivemos pena porque o nosso avião não conseguiu, pela rota que deram em terra, localizar as ruínas das missões. Mas aprendemos um pouco a história de São Miguel:

Pólo regional de turismo, as ruínas de São Miguel são ponto obrigatório de visita turística.

Em 1632 o Pe. Cristovão de Mendonça fundava o povo de São Miguel, Capital dos Sete Povos. Chegou a 7.000 habitantes. Centro cultural, comercial e industrial do mundo das Missões.

Glória da civilização guaranítica, não escapou à guerra das Missões, em que pese a ação de SEPÊ TIARAJU, índio corregedor de São Miguel nos anos de 1750, autor da epopéia do dever, da força e da coragem do amor à terra, cujo brado de revolta ainda ecoa quando sopra o minuano — “ESTA TERRA TEM DONO”.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Com o maior prazer, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Senador Almir Pinto, como seu companheiro de viagem, durante a jornada que fizemos por toda uma semana pela área do III Exército, quero congratular-me com V. Exª pelo seu oportuno pronunciamento. Um dia falarei também um pouco, sobre o que vi. Estou certo, Senador Almir Pinto, que nós que somos eleitos nos nossos Estados, para analisar, neste Congresso, problemas quase sempre de âmbito nacional, estou convencido de que essas viagens são uma necessidade para nós. O País é imenso. É impossível que tenhamos a compreensão exata dos seus problemas, se não viajarmos, se não conhecermos as questões nos seus aspectos regionais, no seu verdadeiro contexto local. Particularmente, no que tange às Forças Armadas, a visita que fizemos ao III Exército, pelo menos para mim, foi de uma importância extraordinária.

O SR. ALMIR PINTO — Aliás se V. Exª me permitir, não é só o pensamento de V. Exª. Todos os colegas, principalmente da Câmara Federal, foram gentilíssimos com os seus colegas Senadores. Eles achavam que essas visitas deveriam ser mais repetidas e amiudadamente.

O Sr. José Lins — V. Exª tem razão. Quero testemunhar a V. Exª a extraordinária impressão que tive do trabalho desses homens que se dedicam às nossas Forças Armadas, ao Exército, pela contribuição que eles dão não só no cumprimento de sua missão específica, mas para a formação da brasilidade, para encucar nos nossos jovens o sentimento de patriotismo, e certamente a contribuição que eles dão para a nossa formação democrática. Agradeço a V. Exª a oportunidade desse aparte.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o brilhante aparte de V. Exª. Concluo, sobre Santo Ângelo, um povo das missões.

"Santo Ângelo foi fundado em 1706 à margem esquerda do rio Ijuí e, no ano seguinte, mudou sua sede para a margem direita, onde se localiza hoje.

Foi fundador Pe. Diogo Hase. É o mais setentrional dos Sete Povos. Na época foi o maior produtor de erva mate e o mais rico dos Povos das Missões Orientais do Uruguai. Após a guerra Guaranítica, batalhas, destruição, saques e abandono total. Permaneceram na região alguns índios, portugueses e espanhóis que, aliados à posterior imigração, formam a etnia atual."

Sr. Presidente, esta foi a grande impressão que nos ficou de Santo Ângelo.

Passaremos, agora, a Foz do Iguaçu, onde fomos recebidos por S. Exª o Sr. General-de-Brigada, Comandante da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, Eduardo César Lucena Barbosa. Este é um maranguapense-cearense. Ficamos encantados com a apresentação do batalhão sediado em Foz do Iguaçu.

Conhecemos ainda — eu já conhecia — a Cidade de Porto Stroessner, no Paraguai, que é uma Manaus. Lá, o brasileiro vai buscar refrigério, onde adquire souvenirs, lembranças para trazer aos seus familiares.

Mas, em Foz do Iguaçu, tivemos uma permanência toda especial, com a visita a Itaipu.

Sr. Presidente, como outros Srs. Senadores desejam usar da palavra ainda hoje, vou aguardar uma oportunidade para me reportar mais detalhadamente a Itaipu. Tenho, aqui, dados interessantíssimos e sei que o nobre Senador Dirceu Cardoso conheceu Itaipu antes de ser a Itaipu de hoje.

Vou encerrar com esse ligeiro histórico da nossa passagem pelas guarnições federais do Exército Nacional, na fronteira sul do Brasil e deixar Itaipu para uma outra oportunidade, para que enseje a outros colegas usarem da palavra e manifestar o seu pensamento.

Mas quero dizer a V. Exª que tudo que vimos nesta viagem de observação foi um embevecimento para os nossos olhos e uma grande alegria para os nossos corações.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Dirceu Cardoso — Eu gostaria que V. Exª fizesse uma referência mais ampla à visita da caravana a Itaipu. Eu era um dos integrantes da caravana, mas as circunstâncias me impediram de participar desta visita, porque a exigência da minha presença aqui em plenário não me possibilitou. Gostaria imensamente de percorrer zonas que não conheço na fronteira do Rio Grande do Sul, unidades do nosso glorioso Exército, que eu pretendia visitar e conhecer, comandantes, oficiais etc. Mas tudo não me foi possível. Gostaria que V. Exª se alongasse um pouco, já que está fazendo um relatório amplo sobre Itaipu, aquele colosso que o Brasil está erguendo com o Paraguai, a maior hi-

drelétrica do mundo, cujo nome Itaipu quer dizer pedra que canta. Eu quero ouvir o som desta pedra através da referência da sua palavra.

O SR. ALMIR PINTO — Nobre Senador Dirceu Cardoso, a ausência de V. Exª na comitiva foi muito sentida. Como V. Exª me pede, antecipei, como deseja, o meu pronunciamento sobre Itaipu. V. Exª é um homem dedicado à história desta grandiosa Pátria.

Coube-me saudar o General Costa Cavalcanti, Presidente de Itaipu e, quando comecei a saudá-lo, eu dizia a S. Exª que Itaipu tinha um pouco da alma cearense. Senão vejamos: a ata de Itaipu foi assinada pelo então Presidente da República, General Humberto Castello Branco, de saudosa memória, nascido na cidade de Fortaleza, no Ceará. O tratado de Itaipu foi assinado entre os dois embaixadores do Paraguai e do Brasil. Nessa ocasião, o Chefe do Itamarati não era outro senão S. Exª General Juracy Montenegro Magalhães, Ministro do Exterior, cearense também. Está presidindo a construção da obra o General José Costa Cavalcanti, das plagas caririenses do meu Ceará! E a maior coincidência... veja o que é o destino: irá saudá-lo, neste instante Sr. General, o seu conterrâneo Senador nordestino, cearense da "boca" do cariri, que sou eu. Acharam os presentes muito interessante essa sequência de "aratacas" na história de Itaipu.

Mas eu quero dizer a V. Exª, Senador Dirceu Cardoso, primeiro, que me utilizei de algumas frases de V. Exª. V. Exª foi o homem que, quando chegou a Itaipu, disse ser a grandiosa barragem, uma afirmação continental, e ainda mais, era uma canção aos novos momentos, à amizade e ao entrelaçamento do Brasil-Paraguai. Estou certo? Perdoe-me o plágio, mas o fiz com toda ciência e consciência de que estaria homenageando o Senador da República que, por motivo de saúde, não pudera nos dar a honra de acompanhar-nos, à Itaipu, coisa que eu sei lhe encheria os olhos. Está ao seu lado o Sr. Deputado Rollemberg, de Sergipe, companheiro da delegação da Câmara e como todos nós, ficou, acredito, encantado com a atual Itaipu, antevendo a majestosa da maior hidrelétrica do mundo! Por sinal o seu construtor esteve presente ao gabinete do Sr. General Costa Cavalcanti, para dizer-lhe que Itaipu corria o risco de ser inaugurada em 1983!... O General Costa Cavalcanti, num despacho com S. Exª o Senhor Presidente da República, General João Figueiredo, transmitiu-lhe *ipsi verbis* as palavras do construtor: "Presidente, o engenheiro encarregado da construção de Itaipu esteve no meu gabinete para me dizer que Itaipu corria o risco de ser inaugurada em 1983", o que lhe valeu um grande abraço do Presidente pela alvissareira notícia.

Vejam V. Exª e os meus nobres colegas como fomos tratados nessa excursão. O General Costa Cavalcanti nos cercou de toda afabilidade e nos saudou da seguinte forma:

A visita que nesta tarde recebemos, aqui no canteiro de obras da Itaipu, reveste-se de uma conotação toda especial.

Ao nosso ver, não é tão-somente a natureza da comitiva que dá o tom a este novo contato com os membros do Congresso Nacional, mas também as circunstâncias motivadoras da presença de tão destacadas personalidades.

Digo novo contato, porque, como é sabido, vem sendo contínuas e frequentes as oportunidades de um diálogo, sempre positivo, entre a Itaipu Binacional, através de seu Diretor-Geral, e os integrantes do Senado e da Câmara Federal, de nosso País, desde 1975, quando aqui iniciamos os trabalhos de implantação deste majestoso complexo energético brasileiro-paraguaio.

Apenas para ilustrar a asserção que acabamos de fazer, com respeito ao corrente ano, recordo, com satisfação, dois eventos.

A participação que tivemos, em maio último, no simpósio promovido pelas Comissões de Minas e Energia do Senado e da Câmara Federal, e, a recente visita de alguns membros da Comissão de Agricultura do Senado.

Este compreensível interesse, da parte de nossos Congressistas, pelo andamento da construção da Central Hidrelétrica de Itaipu, ganha intensidade com a presença de tão ilustre comitiva, nesta jornada de hoje, aqui em Foz do Iguaçu.

De fato, ao que estamos informados, o Ministério do Exército — que houve por bem promover esta viagem de observação à área de jurisdição do III Exército — incluiu, em seu roteiro, a presente visita para atender especialmente ao desejo manifestado pelos próprios Parlamentares.

Isto constitui para nós motivo de redobrado estímulo para o cumprimento dos encargos que nos foram confiados pelo Governo do Brasil.

Meus Senhores

Externado este nosso sentir, damos início à parte expositiva de nossos trabalhos nesta tarde, a qual poderá ser complementada por um período de troca de idéias, no decurso do qual teremos a oportunidade de complementar ou mesmo aprofundar os aspectos abordados durante a exposição.

Aqui tenho, nobre Senador, a explanação sobre Itaipu binacional:

### O QUADRO ENERGÉTICO GLOBAL EM QUE INSERE A CENTRAL HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Desenvolvimento do Setor Energético  
Para o Período 1980/85

#### III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico

Aqui vem a política do Governo:

— Dar-se-á prioridade:  
— À substituição dos derivados de petróleo (por carvão e álcool, por exemplo).  
— À intensificação dos programas de pesquisa e exploração da PETROBRÁS.

— À aceleração do Programa Nacional do Alcool.  
— Ao aumento da geração hidrelétrica.  
— À incorporação da tecnologia nuclear.  
— À pesquisa para aproveitamento do xisto e de fontes não convencionais (energia solar, eólica, maremotriz ou oriunda do hidrogênio e fontes vegetais).

Aqui vem, então, o desenvolvimento que foi feito lá por S. Ex<sup>a</sup> o Sr. General Costa Cavalcanti.

#### Modelo Energético Brasileiro

Este modelo foi aquele justamente que foi apresentado, não só aqui no Brasil, mas em vários países amigos por S. Ex<sup>a</sup> o Ministro das Minas e Energia;

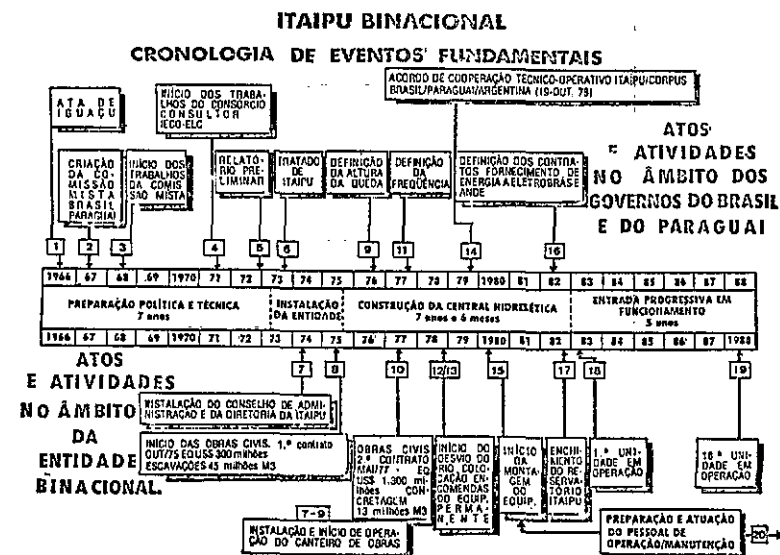
Participação da energia elétrica no setor energético na economia do País; oferta bruta de energia do Brasil; participação da energia elétrica. Isto tudo corresponderia a uma aula, que eu não poderei fazer, porque não tenho o conhecimento demonstrado por S. Ex<sup>a</sup>...

O Sr. Dirceu Cardoso — Não apoiado!

O SR. ALMIR PINTO — Na verdade, V. Ex<sup>a</sup> há de compreender que o nobre General Costa Cavalcanti está integrado àquela obra, conhece todos os seus meandros profundamente.

Fomos aos canteiros de obras, visitamos aquelas catedrais imensas, "de longínquas e priscas datas" e, então, vamos ver aqui uma recordação dos aspectos fundamentais do tratado de 1966, dos acordos diplomáticos complementares que regem a construção e exploração da Central Hidrelétrica de Itaipu, o empreendimento energético binacional Brasil-Paraguai, o Tratado de Itaipu, 1973, princípios básicos que regem a implantação e a exploração do empreendimento, o Brasil e o Paraguai, os acordos realizados. Aqui é exatamente o acordo que foi feito e a continuação do acordo.

Agora, aqui vem: Itaipu Binacional. Cronologia de eventos fundamentais. Isto é importante:



V. Ex<sup>a</sup> sabe, Itaipu constituir-se-á de 18 unidades ao todo. Está previsto, exatamente para 1983, a primeira unidade em operação. Encerrando a visita de 6 dias ao Sul do País, com a visita a Itaipu-Binacional, o Sr. General Costa Cavalcanti homenageou a comitiva do Parlamento Brasileiro, com um lauto jantar num dos salões do Hotel Bourbon, em Foz do Iguaçu.

Sr. Presidente, Srs. Senadores — O Sr. Ministro do Exército proporcionou aos Srs. Deputados que constituem a Comissão de Segurança Nacional

da Câmara e aos quatro convidados do Senado, uma oportunidade magnífica e de intensa brasilidade. Lamentamos V. Ex<sup>a</sup> não ter podido participar da comitiva, porque foi uma viagem muito agradável, de muita camaradagem. Tive a oportunidade, quando falava em Itaipu, de manifestar meu agradecimento em nome dos colegas de Senado, aos companheiros da Câmara Federal, pela lhanza e fino trato dos Srs. Deputados, as atenções com que cumlavam os seus colegas Senadores. Na verdade, foi muito edificante para nós, que representamos a Câmara Alta do País, vermos nos colegas da Câmara Baixa essa cordialidade, respeito mútuo, essa amizade fraterna que a todos une, pelo idealismo maior de trabalhar pela grandeza e prosperidade do País.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Com o maior prazer, nobre Senador.

O Sr. Dirceu Cardoso — Eu gostaria de assinalar que, coincidentemente, estão aqui três Senadores que tomaram parte nos primeiros debates para a fixação de Itaipu: o nobre Senador Alexandre Costa, que foi encarregado pelo Senado para fazer a defesa da idéia central de instalação de Itaipu naquele local, contra o projeto Marcondes Ferraz, na Comissão de Minas e Energia, o nobre Senador Saldanha Derzi, que foi o relator do Projeto de Itaipu e eu que também participei daquela Comissão.

Já que V. Ex<sup>a</sup> fez essa descrição sobre Itaipu, solicitaria a possibilidade de que nós três também a visitássemos, através de uma Comissão do Senado, para verificarmos isso. Porque nós lutamos por Itaipu. Recordo-me muito do esmagamento que os nobres Senadores Alexandre Costa e Saldanha Derzi impuseram ao Projeto do Deputado Marcondes Ferraz, que não queria fossem sepultadas — vamos dizer assim — as Cataratas de Sete Quedas, para construí-la só em território brasileiro. Contra isto nos opusemos e nós três lutamos para que fosse uma binacional, com 12 milhões de quilowatts, entre o Paraguai e o Brasil.

O SR. ALMIR PINTO — Quero homenagear, exatamente neste instante, essas três ilustres figuras do Senado Federal. Não sabia, porque sou o novo na Casa, da interferência valiosíssima dos três ilustres Senadores, meus colegas hoje. Acredito que o Senado deve prestar uma homenagem toda especial a estes três grandes representantes do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul e do Maranhão, porque lutaram por uma coisa certa.

Não duvido das boas intenções do nobre engenheiro Marcondes Ferraz, mas, na verdade, o que vimos lá foi que fãmos ter duas etapas difíceis. E talvez com uma já esmorecêssemos, e não pudéssemos alcançar a segunda etapa pelos recursos despendidos. Ainda hoje, presidindo a sessão do Congresso Nacional, ouvi um Deputado dizer: obras faraônicas! Sim! Aí pergunto: são ou não são necessárias? Se Itaipu não fosse construída agora, quando poderíamos construir Itaipu? E lá me lembrei muito de V. Ex<sup>a</sup>, quando V. Ex<sup>a</sup>, daí, falando sobre a questão das Angra, dizia: elas, dentro de trinta anos, estarão seladas, sem passar sequer pensamento ensebado. Eu gravo muito as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, presto muita atenção aos pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> quer esteja na minha bancada ou lá na Mesa, estou atento aos pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>. Pois bem, enquanto V. Ex<sup>a</sup> dizia isto: que toda e qualquer estação energética nuclear não teria vida maior do que trinta anos, pelo desgaste natural, lá, S. Ex<sup>a</sup> o Sr. General Costa Cavalcanti dizia: isto aqui é uma obra para duzentos anos.

O Sr. Saldanha Derzi — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Tenho o maior prazer, nobre Senador Saldanha Derzi.

O Sr. Saldanha Derzi — Congratulo V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante discurso que está fazendo, principalmente atendo-se ao problema de Itaipu. Realmente é uma extraordinária obra, é a maior hidrelétrica do mundo. Muito maior do que a Grand Cole do Canadá. Não existe uma igual. Para o Brasil uma necessidade premente, pelo cronograma que tínhamos. Com a recessão, mudou um pouquinho o panorama, mas com a demanda de energia elétrica que estamos tendo, de equipamento no Centro-Oeste e no Sul do País, e n 1983 possivelmente até já seria tarde a inauguração e o provimento de mais energia elétrica para o nosso setor industrial da Região Centro-Sul.

Realmente é uma obra extraordinária e proporciona também ao Paraguai um grande desenvolvimento. Hoje, é preciso escrever a história do Paraguai antes de ITAIPU e depois de ITAIPU, pois mudou extraordinariamente aquele país amigo, e que terá reflexos no Brasil porque realmente o grande consumidor do Brasil é o Paraguai. Queria o Engenheiro Marcondes Ferraz que Itaipu fosse feita apenas em território brasileiro, acima das Sete Quedas. Ora, num rio de condomínio internacional isso não seria possível. Hoje, já será possível, já existe projeto, já há estudos para se fazer outra hidrelétrica no Baixo Ilha Grande, logo acima das Sete Quedas dentro de dois ou três anos será iniciada a construção de uma outra hidrelétrica, que irá proporcionar

mais de seis milhões de quilowatts. Então, reunimos o útil ao agradável, porque teremos a metade da energia de Itaipu, que são seis milhões e trezentos mil de HP, e ainda esse Baixo Ilha Grande, acima das Sete Quedas, com igual produção de energia elétrica e será só brasileira. Será possível construí-la desde que se construísse Itaipu, que era um caso internacional. Apesar do sacrifício, no momento, que o Brasil tem para construir essa hidrelétrica de Itaipu, porque arca com grande parte da carga financeira, acho que também ajudamos o Paraguai, um grande país e também um grande consumidor do Brasil. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Uma coisa que eu também não me esqueci e que gravei bem e já tinha lido, inclusive, no pronunciamento do nobre Senador Dirceu Cardoso, é que dominado o Rio Paraná, o Rio Tietê e o Rio Grande, como já estão dominados, e mais os rios Parnaíba e o Paranapanema, nós podemos sair de Sorocaba, em São Paulo, e ir até Buenos Aires, Argentina, numa viagem fluvial.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desculpe-me o tempo que ocupei de V. Ex<sup>a</sup>, mas eu, como brasileiro, me senti tão orgulhoso pelo que vi, lá em Itaipu, nas visitas às cidades do Rio Grande do Sul, aos quartéis, onde os nossos irmãos militares imbuídos de sadio patriotismo, adestram-se para a defesa da ordem interna e externa da Nação.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para agradecer a S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro do Exército, General Walter Pires, a magnanimidade do convite que nos endereçou para integrarmos a comitiva da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados. Muito obrigado. (*Muito bem!*)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ SARNEY  
NA SESSÃO DE 24-8-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO  
ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. JOSÉ SARNEY (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil recebeu, entre atônito e revoltado, a trágica notícia da morte de Glauber Rocha.

Na história da inteligência brasileira Glauber Rocha foi, sem dúvida, um dos instantes maiores. Romancista, poeta, jornalista, cineasta, marcou de genialidade todas essas atividades do espírito. Ele resumiu sua presença nesses campos como sendo apenas um "intelectual", e acrescentava, com a marca polêmica de sua visão do mundo: "não me cobrem coerência".

Glauber Rocha consumiu a sua vida pela presença constante da paixão.

Aqui, nesta Casa, ouvi que quando San Thiago Dantas falava tinha-se a impressão de que ele era uma máquina de pensar. De tal modo as coisas se arremavam, num encadeamento lógico, que se tinha a impressão de que ali era a morada exclusiva de um conjunto de racionalidades servidas pela cultura e uma inteligência extraordinárias. Sempre que eu via Glauber Rocha, me lembrava dessa definição que muitas vezes nesta Casa ouvíamos sobre San Thiago Dantas. Só que com o grande cineasta era inteiramente o contrário. Tinha-se a impressão de um permanente vulcão intelectual, numa atividade ininterrupta de negações e afirmações, em que a racionalidade surgia em pequenos instantes, em lampejos desnecessários, porque tudo dentro dele era uma busca incessante pela causa das causas, numa indagação permanente e numa angústia intelectual, que marcaram sua vida.

Este homem morre com 42 anos, o que é realmente um fato capaz de provocar dentro de cada um de nós a indagação de um sentimento de incompreensão, chegando às raízes, até, de uma réstia de revolta.

Glauber Rocha era, sem dúvida, um homem indomável. Nada conseguiu dominá-lo, nenhum Deus conseguiu aprisionar o seu espírito; nenhuma ideologia também conseguiu prendê-lo, nenhum homem, nenhum carisma, nenhuma mulher conseguiu escravizá-lo, nada, porque, dentro dele, havia um desejo de liberdade, dessa liberdade feita da vastidão de todos os gestos, sem barreiras, sem limites, sem conveniências.

Um homem extraordinário, que usava sua liberdade, até ao limbo de uma santa demência.

Dentro disso tudo, o testemunho que posso dar é que poucas pessoas amaram tanto este País, sentiram tanto esta pátria quanto Glauber Rocha. Havia, no que falava e plusava, uma paixão por esta terra, capaz de superar todos os ressentimentos. Paixão límpida, paixão pura, paixão desvencilhada de tudo, porque era uma dádiva absoluta e, sem dúvida, a angústia maior de toda a sua vida.

Ele venceu a tudo. Duelou com as patrulhas ideológicas, deixando-as ao largo. Enfrentou fanatismos cuspiu na mediocridade e enfrentou a incompreensão de todos. Para dizer de sua morte, invoco uma frase que ontem li do

jornalista Oliveira Bastos: "Glauber Rocha foi assassinado pela intolerância da direita e da esquerda".

Ele vivia, sem dúvida, aquele *sofrimento absoluto* de que nos fala Hegel, quando achava que o homem ao começar a matar a tudo, ao buscar a causa de todas as causas, antes de chegar ao nihilismo, chega primeiro, a sua própria dúvida, um caminho sem remédio, perto da angústia eterna. É esse sentimento absoluto da angústia essencial que possuía, como um feiticeiro, a alma desse grande homem que foi Glauber Rocha.

Montaigne dizia que não tinha medo da morte, mas tinha medo de morrer.

Glauber sempre falava que tinha medo da morte, mas acho que mais do que ele ter medo da morte, tínhamos nós, brasileiros, medo de que ele morresse, coisa, sem dúvida, que jamais acontecerá, porque, como disse, na história da inteligência brasileira, ele será um ponto imortal.

Ajunto a estas palavras, com as quais presto a homenagem do Senado ao grande cineasta, dois outros dados. O primeiro, de uma comoção pessoal. Há quase 20 anos, fui seu amigo. Conheci, de perto, aquela chama extraordinária, aquele fogo intelectual que aquecia as pessoas com quem privava ou com quem conversava. Em tudo o que pegava, Glauber Rocha dava um toque de genialidade.

Vou citar um exemplo simples. Tomava posse no Governo do Maranhão, e fiz uma ousadia que não se deve fazer com um amigo da estatura de Glauber Rocha: "Glauber, você podia documentar a minha posse no Governo do Maranhão?" Para um homem da sua dimensão, seria uma prova de humildade aceitar um convite insólito que um amigo não lhe devia ter feito. Mas ele foi, e fez o documentário. Esse documentário foi passado numa sala de cinema de arte há uns 15 anos. E quando o público viu que, numa sessão de cinema de arte, ia ser passado um documentário, que podia ter o sentido de uma promoção publicitária, reagiu, como tinha que reagir. Mas aí, o documentário começou a ser passado e quando terminaram os 12 minutos de projeção, o público levantou-se e aplaudiu de pé, não o tema do documentário, mas como um grande artista pôde transformar um simples ato protocolar numa obra de arte. Por quê? Ele não filmou a minha posse, ele filmou a miséria do Maranhão, ele filmou a pobreza do Maranhão, filmou as esperanças que nasciam no Maranhão, dos casebres, dos hospitais, dos tipos de rua, e, no meio de tudo aquilo, ele colocou a minha voz, mas não colocou a minha voz, a voz do Governador; ele modificou a ciclagem para que essa voz parecesse a voz de um fantasma profético, diante daquela coisa entre o impossível e o que era a miséria do Estado.

E outro ponto: também queria que estas palavras que profiro, no Senado, sejam acrescidas e engrandecidas com o artigo ontem publicado pelo *Correio Braziliense*, de autoria de Oliveira Bastos, dizendo sobre Glauber: "*Morto, não. Assassinado*".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ SARNEY  
EM SEU DISCURSO:**

**"MORTO, NÃO. ASSASSINADO!"**

*Oliveira Bastos*

Glauber Rocha foi assassinado pela indiferença e, mais do que isso, pela bestialidade de um país que encara o artista, o criador, como um criminoso político em potencial. E não me refiro apenas à direita. Quando voltou ao Brasil, em 1976, Glauber percebeu que o projeto de abertura política de Geisel estava sendo obstaculizado pela miopia das esquerdas. O raciocínio das palavras de ordem, dos *slogans*, da teoria importada, não permitiam, segundo ele, que os intelectuais apoiassem a única proposta viável de progresso político e reconquista — ainda que gradual e lenta — das liberdades públicas. Olhou Geisel primeiro como um patriarca e, como não podia deixar de ser exagerado, como um profeta dos tempos possíveis. Ele sabia que seria imolado, mas escreveu seus primeiros artigos de apoio a Geisel com a dolorosa consciência de que alguém precisava desafiar as esquerdas, para acordá-las. Realizou seu último filme em condições psicológicas deploráveis, pois precisava mostrar que não estava louco, nem vendido ao Governo. O fracasso comercial desse filme levou-o ao exílio, em busca de trabalho. Não conseguiu. Sua última carta aos companheiros do "*Correio Braziliense*" é um grito de angústia, de revolta e desespero, confessa que está morrendo praticamente como indigente, sustentado pelo governo português, depois de ter pleiteado sem sucesso um empréstimo de 10 milhões de cruzeiros ao Banco do Brasil para fazer um documentário, na Torre do Tombo, sobre o nascimento do Brasil. Glauber não morreu. Ele foi assassinado. Pela intolerância da direita e pela burrice das esquerdas.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVELÁSIO VIEIRA NA SESSÃO DE 24-8-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O porquê do quebra-quebra em Salvador, Bahia:

Um dos grandes problemas dos países de menor nível de desenvolvimento, em que a taxa de crescimento populacional é elevada, sem dúvida alguma é o de oferecer lugares de trabalho àqueles em idade de exercer alguma atividade produtiva.

O Brasil é um desses exemplos. Entre 1970 e 1980, a taxa média geométrica de incremento anual da população brasileira foi de 2,48%.

Nos dez anos imediatamente anteriores, esse incremento médio chegou a 2,9% ao ano, ainda assim inferior ao verificado no período 1950-60, quando atingiu a 3%.

Por isso, a população brasileira, dos 52 milhões de habitantes, em 1950, alcançou a 119 milhões, em 1980, mais do que dobrando, num período de 30 anos.

Dispomos, portanto, de um potencial humano jovem, que é uma das grandes riquezas do País, mas que ao mesmo tempo solicita uma criação de empregos consentânea com os objetivos individuais de bem-estar e nacionais, de maior poder.

O incremento absoluto da população brasileira entre os censos de 1970 e 1980 foi de 25 milhões e 800 mil habitantes, aproximadamente, os quais, nos próximos vinte anos, estarão, em sua maioria, pressionando o nosso mercado de trabalho.

O problema é difícil, Sr. Presidente, especialmente se voltarmos a nossa atenção para o que hoje está ocorrendo por todo o território brasileiro, com poucas e raras exceções.

Dados da Fundação IBGE, relativos ao mês de maio último, e referentes às seis maiores regiões metropolitanas, indicam um total de 914 mil desempregados, para uma força de trabalho de 11 milhões de trabalhadores.

— A questão ainda é mais grave se considerarmos que a mesma entidade, IBGE, estimou, no mesmo mês de maio de 1981, em 1 milhão de pessoas o número de subempregados.

A imprensa, ao mesmo tempo, tem informado, quase diariamente, a respeito de demissões em grandes empresas, enfocando a reação dos trabalhadores e a ação das autoridades. No entanto, uma significativa área tem escapado ao noticiário, aquela das pequenas empresas do interior, as quais ultimamente desempregam um grande número de trabalhadores.

Estamos vindo do Estado de Santa Catarina, onde o índice de desemprego é alarmante. Ainda sábado, o Secretário do Trabalho do Estado de Santa Catarina, homem do Governo, anunciou, e os jornais reproduziram em manchete, que o desemprego no estado "barriga verde" é verdadeiramente alarmante. Isso num Estado pequeno, de uma economia estabilizada.

*O Sr. Humberto Lucena — V. Exª me permite?*

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA —** Ouço V. Exª

*O Sr. Humberto Lucena —* Estou também chegando do meu Estado, a Paraíba, e lá os índices de desemprego são também preocupantes. Basta informar a V. Exª e à Casa que, no Distrito industrial de João Pessoa, várias indústrias que surgiram a partir da implantação da SUDENE estão cerrando as suas portas, entre as quais a POLINOR, do grupo Matarazzo, que dispensou centenas de empregados de uma hora para outra, diante das dificuldades criadas pela política econômica do Governo. Portanto, quero aplaudir o discurso de V. Exª e solidarizar-me inteiramente com os seus termos.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA —** Muito obrigado pela informação e o dado que fornece, vem fortalecer o tema que estamos a desenvolver.

*O Sr. Henrique Santillo — V. Exª me permite?*

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA —** Pois não, Senador Henrique Santillo.

*O Sr. Henrique Santillo —* Rapidamente, apenas para dizer que V. Exª está, mais uma vez, tentando analisar as causas de uma crise social que se avoluma e que seria motivo de preocupação de qualquer governo, menos deste que aí está, porque o Ministro Camilo Penna encontrou a causa, rapidamente, de todas as aflições sociais deste País. Segundo S. Exª, a responsável é a imprensa. A imprensa do País é a responsável pelos elevadíssimos índices de desemprego, pelos conflitos sociais que se avolumam, se avolumam; a imprensa, segundo S. Exª, é responsável por criar condições psicossociais para que isto ocorra. Veja V. Exª em que País nos encontramos! Um Ministro que, contrariando o modo característico dos mineiros, falou e falou demais. Poderia ter ficado calado.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA —** Muito obrigado a V. Exª

A crise atinge praticamente a todo o setor produtivo, que, na falta de demanda para os seus produtos, reduz a sua atividade. Num contexto assim, de retração da oferta pelo empobrecimento dos consumidores, custa-se a entender aqueles que trabalham no sentido de suprimir o reajuste semestral dos salários.

O povo não está comprando mercadorias na medida capaz de pelo menos ocupar a capacidade das empresas produtoras. De um lado, por causa da pressão inflacionária, e de outro devido à restrição creditícia, que reduziu os prazos de financiamento para a aquisição de inúmeros bens, elevando assim o valor das prestações mensais.

Inegavelmente, os primeiros meses da nova política salarial de reajustes trimestrais possibilitou pequena reativação do poder de compra das pessoas empregadas. Mas logo, a aceleração inflacionária ultrapassou até mesmo os índices de reajuste, no que contou com o apoio da rotatividade da mão-de-obra.

A política de desemprego ainda não está sendo sentida em toda a sua extensão porque muitos dos trabalhadores receberam o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço no momento da demissão, e estão gastando por conta. No entanto, quando o dinheiro acabar vai ser difícil providenciar o pagamento do aluguel, a compra de alimentos, gás e outras necessidades. Os efeitos do desemprego serão bem mais visíveis então.

Sr. Presidente,

A situação do emprego no Brasil, como de resto nos demais países de menor desenvolvimento econômico, apresenta aspectos que merecem estudos e tentativas de solução, tendo em vista as suas próprias realidades e condicionamentos internos.

O mal aproveitamento da mão-de-obra, mantida em ociosidade total, no desemprego, ou parcial, no subemprego, resulta num desperdício, que para essas economias pobres é um luxo desproporcional.

No caso brasileiro específico torna-se cada vez mais necessário o estabelecimento de uma política de emprego, privilegiando a face social do desenvolvimento do País.

A principal medida de caráter social, de ampla repercussão sobre o emprego e o próprio perfil produtivo, especialmente industrial, se refere à distribuição da renda nacional. Não é possível que os 60% mais pobres da população economicamente ativa brasileira, cuja participação na renda nacional era extremamente insatisfatória em 1960 (obtinham apenas 23,41%), tenham perdido posição transcorrida uma década, chegando a receber apenas 20,97% do total em 1970, e piorado em 1977, exatamente depois do milagre brasileiro, quando irrisoriamente conseguiram somente 17,64%.

Quer dizer, é difícil ter um mercado interno sólido, com níveis de emprego altos e bem remunerados, se em 1977 o 1% mais rico da população economicamente ativa participava com praticamente idêntico percentual dos 60% mais pobres (respectivamente 17,44% e 17,64%).

Por outro lado, no núcleo de qualquer política de emprego a distribuição de renda deve ocupar lugar de destaque. Em primeiro lugar, um aumento do poder de compra da massa assalariada significa um mais alto nível de emprego, que por sua vez é também uma forma de redistribuir renda. Além disso, a distribuição de renda, no que eleva a demanda de consumo, facilita a mudança do perfil produtivo, principalmente pelo aumento das compras de alimentos e outros bens de primeira necessidade.

Outras medidas são também necessárias, Senhor Presidente, como a suspensão de qualquer subsídio que seja um estímulo ao uso do capital, que o torna mais barato. Ao mesmo tempo, e o momento é apropriado, cabe rever a sistemática de cobrança dos encargos sociais, ora cobrados sobre a folha de pagamentos, o que representa afinal uma punição aos empregadores que ocupam muita mão-de-obra. A cobrança, feita em função do faturamento das empresas, estimulará, nestas, uma elevação do nível do emprego.

Providência das mais importantes se relaciona ao ensino profissionalizante, necessário para capacitar a mão-de-obra, fazendo com que esta passe a ser demandada mais intensamente pelas empresas. O que existe hoje é insuficiente, tanto assim que muitas pequenas empresas, que a custo preparam os seus profissionais, vêem-se deles despojadas por outras, com maior poder de pagar altos salários e que não tiveram qualquer importância na formação do empregado.

Esta é a nossa contribuição ao problema, Sr. Presidente, porquanto acreditamos que o problema do emprego, num País jovem e população crescente, é fundamental, tanto em termos de bem-estar individual, quanto para os destinos e grandeza da própria nação.

O subemprego, a falta de emprego e agora o desemprego em escala crescente constituem sérios problemas em nosso País.

É preciso uma ação efetiva e urgente.

O Governo não pode continuar praticamente desconhecendo tais problemas.

É preciso estabelecer políticas de emprego e agora de desemprego.

Essa legião de brasileiros, que a cada dia aumenta, não pode ficar marginalizada, porque amanhã o imprevisível poderá ocorrer.

Temos ainda dados mais recentes sobre o problema do desemprego, divulgados pela Fundação IBGE, os quais demonstram ter havido, de junho de 1980 a junho deste ano, um acréscimo de 168 mil trabalhadores sem emprego, número esse que significa, em termos percentuais, uma elevação de 23,67% no nível de desemprego.

Além disso, no período mencionado, enquanto a população economicamente ativa aumentava de 0,6%, o número de desempregados, de 168 mil trabalhadores, representava 1,5% em relação à população economicamente ativa de junho de 1980.

Quer dizer, o desemprego cresceu mais que a população economicamente ativa, no espaço de um ano.

Ao lado disso, tanto o Ministro Delfim Netto quanto o General Figueiredo reafirmam que a política econômica adotada pelo Governo vem dando certo e por isso não deve ser modificada.

Essa política, que eleva o desemprego e traz consigo outros efeitos negativos, como a redução da jornada de trabalho, que afinal diminui o salário dos trabalhadores, pode trazer, como já começamos a presenciar, acontecimentos imprevisíveis, dolorosos.

A crise social, na esteira da crise econômica, começa a ganhar corpo e os acontecimentos da semana passada, em Salvador, não podem ser considerados fatos isolados, ou mesmo uma pura manifestação subversiva de baderneiros.

Vimos, sim, uma explosão generalizada, surgida em vários pontos da capital baiana, o que nos leva a concluir estarmos diante de uma prova de exaustão do povo, de um estado de espírito que começa a dominar vastas camadas da população. A respeito desses lamentáveis acontecimentos ocorridos em Salvador, Dom Ângelo Salvador, Bispo-Auxiliar de Salvador, afirmou: "Tenho a impressão de que se está sobre um barril de pólvora que, a qualquer momento, pode explodir."

É preciso que sejam tomadas medidas efetivas, tendentes a modificar a situação. Se o Governo pode subsidiar o bolso das grandes empresas exportadoras, por que não encaminha os seus favores também à população brasileira mais sofrida? Por que o Governo não subsidia a alimentação, a habitação e os transportes, favorecendo os mais pobres, com os recursos que são esbanjados em projetos desnecessários e em faustosos gastos oficiais? Somos contra o exagero dos subsídios que existem hoje em nosso País, mas, para tais emergências, somos a favor.

Temos, Sr. Presidente, advertido, inúmeras vezes, os homens do Governo, para que esses reflitam e busquem uma nova orientação de política econômica, que divida melhor os sacrifícios e não sobrecarregue tanto os trabalhadores sofridos desse nosso País.

Ainda há tempo e cabe a nós encontrar essas soluções, sob pena de mergulharmos numa crise social de vastas proporções e de final imprevisível.

*O Sr. Henrique Santillo* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, novamente, com muita alegria.

*O Sr. Henrique Santillo* — Continuei ouvindo, silenciosamente, com muita atenção, o discurso de S. Ex<sup>a</sup> nobre Senador Evelásio Vieira, e, lamentavelmente, concluo que, ao que me parece, os homens deste Governo perderam totalmente o senso, ...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Correto.

*O Sr. Henrique Santillo* — ... sobretudo, o senso de responsabilidade. A respeito dessas ocorrências citadas por V. Ex<sup>a</sup> em Salvador, tenho em mãos na primeira página de um dos jornais do País, de hoje, uma, a declaração de falta de senso do governador da Bahia, responsabilizando uma ampla articulação nacional da esquerda subversiva pelas ocorrências de Salvador. A outra, uma declaração sensata de um homem que não é do Governo, ou, pelo menos, não é de governo, a do Arcebispo Primaz do Brasil, o Cardeal Avelar Brandão, que diz com todas as letras:

"Os administradores do País devem estar certos de que há sempre um limite para o sofrimento do povo que convém não ser ultrapassado."

Há um limite para o sofrimento do povo e convém que este limite não seja ultrapassado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Mas parece que está sendo extrapolado.

*O Sr. Henrique Santillo* — Esta declaração, eminente Senador, me fez lembrar uma outra sentença formulada, há quase um século, por um outro também grande brasileiro, a respeito do que ocorreu também no Nordeste, mas em Pernambuco durante a Revolução Praieira. Dizia ele que o povo julga o seu direito até onde vai totalmente a sua vontade, sobretudo quando, os que o dominam se utilizam das delongas infinitas da lei, da procrastinação do estado de coisas, para perpetuar os seus privilégios. Esse brasileiro foi Nabuco. Dom Avelar diz o mesmo, 100 anos depois, a respeito de uma outra ocorrência. É uma declaração sensata. Há limite para tudo, até para o sofrimento do povo, tido e havido pelos que o dominam, como pacífico, de natureza pacífica, de natureza cordial e incapaz de ir à luta violenta. Até para um povo tido, pelos que o dominam, como de natureza pacífica! Há limite para o sofrimento e, sobretudo, é preciso que estas autoridades governamentais respeitem esse povo sofrido. Dizer isso, agora, dizer o que disse o governador da Bahia, agora, é um desrespeito deslavado ao que o povo tem de mais sagrado, que é o direito de manifestar-se com liberdade. O povo brasileiro não está disposto — e nem nunca esteve — ser manipulado por grupo algum e, muito menos por este Governo, pelos prepostos deste Governo, pelos biônicos de toda espécie. V. Ex<sup>a</sup> tem razão: este Governo está se negando a olhar de frente um problema sério, o problema do desemprego e o aumento do desemprego neste País. Este Governo adotou uma política econômica recessionista, restritiva, que levou a economia nacional a um esfriamento total na esmagadora maioria dos seus setores e o fez propositadamente. E tudo a pretexto de combater elevadíssimos índices inflacionários que estão sendo, apenas, arranhados com a recessão que provocaram; tudo a pretexto de tentar equilibrar um balanço de pagamentos que não tem como ser equilibrado, eminente Senador...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Perfeitamente.

*O Sr. Henrique Santillo* — ... não tem como ser equilibrado, por mais que a balança comercial fosse superavitária; não seria o balanço de pagamentos equilibrado com a extraordinária dívida externa e com juros internacionais de 20%, nem com extremado sacrifício da sociedade brasileira, que este Governo está provocando, sobretudo dos trabalhadores assalariados deste país.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Perfeitamente.

*O Sr. Henrique Santillo* — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Desculpe o aparte alongado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — V. Ex<sup>a</sup> diz, acertadamente, que há um limite para o sofrimento e o desespero.

Os acontecimentos ocorridos em Salvador, com o quebra-quebra não apenas numa praça, mas pipocando em toda a Cidade de Salvador, são uma manifestação de que este limite está sendo ultrapassado. O que ocorreu em Salvador é o retrato de um estado de espírito, é a evidência da miséria que domina milhões de famílias brasileiras.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. Gabriel Hermes* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ouço o representante do Pará, Senador Gabriel Hermes.

*O Sr. Gabriel Hermes* — Nobre Senador, louvo os discursos como o de V. Ex<sup>a</sup> que vêm apreciar a situação de dificuldade que enfrentamos todos nós e, muito mais acentuadamente, os mais necessitados, o povo, ainda diríamos melhor, os assalariados. Isso nós precisamos tomar conhecimento, acompanhar e até participar bem ativamente deste problema, porque não é um problema nosso; mas quando dói na nossa casa é nosso, mas é um problema do mundo. Quando vemos a situação da Polônia, onde a luta é para que se tenha um pouco mais de comida, para um povo que vive no coração da Europa, nós precisamos meditar. Quando vemos o que acontece em toda a América do Sul acentuadamente nestes países mais sofridos como a Colômbia, sobretudo a Bolívia; quando vemos o que acontece até na Venezuela rica, rica sim de petróleo e também do sofrimento do seu povo que, saindo da capital, chocamo-nos com misérias, com tanta miséria que dói, como doem aquelas misérias que vemos nas nossas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, à volta de São Paulo. E isso para citar os centros mais ricos e quando chegamos — como V. Ex<sup>a</sup> mesmo o está citando — a verificar o que está ocorrendo na Bahia, em que o povo, — não acredito que seja o povo no sentido sadio da palavra — aqueles que se aproveitam e que levam os outros talvez a participar, a prejudicar alguma coisa que é pública, que é do interesse público, é da coletividade. Isso nos preocupa, realmente. E, a propósito eu lia isto aqui e vou pedir a V. Ex<sup>a</sup> com o maior respeito ao seu discurso, às considerações de V. Ex<sup>a</sup> vou ler o que foi dito pelo Senador Daniel Krieger a quem eu tantas vezes ouvi falar neste plenário. E ele tantas vezes foi um daqueles que coman-

daram lutas das quais eu participei, ao lado dele. Diz ele se referindo ao Ministro Delfim Netto:

“O interesse da Nação deve estar acima do interesse do PDS, ou mesmo de uma derrota nas eleições de 1982”.

Veja V. Ex<sup>a</sup> isso foi dito por um membro do Diretório do PDS, um homem da maior respeitabilidade, com larga experiência e que não perdeu o senso das coisas públicas, da vida pública. E acrescentado:

“O interesse da Nação sobrepuja todos os outros interesses, e os partidos são feitos para servir à Nação.”

Estende-se a todos nós.

“A preocupação do Governo deve ser a de se salvar o País da situação de dificuldades econômica e financeira em que se encontra. Mesmo que isso seja fator para o PDS perder as eleições não há motivo para o Governo deixar de fazer, porque o seu dever fundamental é com a Nação.”

Afirmou o ex-Senador gaúcho, integrante, repito, do Diretório do PDS, em entrevista ao *Correio do Povo*. Acrescentou mais:

“— Em primeiro lugar, o modelo econômico está agora dando os primeiros frutos.”

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Mas frutos elevadíssimos.

O Sr. Gabriel Hermes — Há uma demonstração da baixa da taxa de inflação. Agora, todas as medidas tomadas com o objetivo de combater a inflação prejudicam muita gente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Como o Sr. Daniel Krieger mudou depois que saiu desta Casa...

O Sr. Gabriel Hermes — Ele é da região de V. Ex<sup>a</sup> e é um homem de respeito. Ele diz, realmente, neste ponto, uma verdade que não podemos deixar de acreditar — a de que o combate à inflação prejudica muita gente — gente política, digo eu, e o povo acentuadamente. Mas S. Ex<sup>a</sup> acrescenta que é necessária.

“Acrescentou o ex-Senador que todas as medidas drásticas do Governo repercutem no PDS, e que o problema do desemprego indiscutivelmente é consequência da atual política econômica. Mas ressaltou: a inflação não é combatida com rosas, mas com medidas drásticas.”

Como vê V. Ex<sup>a</sup> é um problema, pode estar certo V. Ex<sup>a</sup>, com o qual nos preocupamos e devemos nos preocupar porque é grave e pede, acima de tudo, Srs. Senadores, que tragamos para este Plenário, para nossas cogitações e nossos estudos, esse problema e sempre ao lado dele as soluções. E sempre com o cuidado que devemos ter em mente que, acima dos nossos interesses políticos hoje, acima dos nossos interesses pessoais, partidários, se encontra uma coisa: a tranquilidade desta Nação e a nossa responsabilidade para com ela.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — V. Ex<sup>a</sup> manifesta preocupação pelos graves e sérios problemas sociais e econômicos do Brasil. Mas não há manifestação do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, em relação a esses graves problemas, ao desemprego em especial. Não há uma ação, por menor que seja, do Governo de V. Ex<sup>a</sup> no sentido de buscar o equacionamento do grave problema. O que nós verificamos é o Governo da Bahia prendendo mais de uma centena de baianos, na presunção de que prendendo baianos irá resolver o problema. Absolutamente.

O Sr. Gabriel Hermes — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Senador Gabriel Hermes, não é a presença de um elemento que irá se aproveitar da ocasião para insuflar o povo ao quebra-quebra. É possível, também, nós levantarmos a hipótese de elementos antiabertura, antidemocráticos estarem lá insuflando para impedir a realização de eleições, para buscar o retrocesso; mas não. Eu não levanto essas hipóteses. A grande verdade é que os acontecimentos de Salvador revelam um estado de espírito. O povo perdeu a confiança no Governo; o povo está sofrendo, o povo está descrente e parte para o quebra-quebra. O que aconteceu em Salvador, pode se repetir esta semana lá mesmo em Salvador ou em outros pontos do Brasil, porque o problema do desemprego é sério! E desgracadamente o Governo Federal não toma a menor iniciativa, no sentido de combater com medidas eficazes o grave problema. Aliás, o Governo ainda anuncia, como fez o Senhor Presidente da República na sua recente estada em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, que a política econômica atual irá continuar. Ora, se a atual política-econômica vai continuar é porque continuará a restrição creditícia. Irá continuar assim o desemprego, ele aumentará, como es-

tão aumentando as concordatas e as falências! O País está marchando irreversivelmente para o caos, e o Governo de V. Ex<sup>a</sup> não desperta para o grave problema. A prova está que o PDS não tem nenhum Senador, agora, nesta Casa, com exceção de V. Ex<sup>a</sup>, e este é um assunto que merece a reflexão profunda do Senado da República, merece o debate. Estamos vivendo um momento crucial, neste País, e o que observo? É que não há o menor gesto de preocupação em buscar uma solução para o grave problema.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ouço primeiro o Senador Gabriel Hermes para, logo em seguida, conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre Senador, primeiro, e afirmo que não acredito que este País caminhe para o caos. Ele caminha, sim, para uma etapa de dificuldades muito acentuadas, no que estou de pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup> e devo dizer de pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup> está o Governo do Presidente Figueiredo, estão os seus Ministros e também os colegas do PDS. Ainda hoje, pela manhã era assunto de reunião de um grupo de companheiros nossos, para estudar esses problemas...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ah! vamos estudar agora...

O Sr. Gabriel Hermes — ... que se vêm acentuando. Nós nunca estaremos, Sr. Senador, do lado daqueles que estimulam, de qualquer maneira, esses pequeninos grupos que promovem quebras, destruições daquilo que é do povo, e, portanto de todos nós, e que é dever de todos nós zelar. Isso jamais receberá a nossa simpatia, porque não é esta a solução. E V. Ex<sup>a</sup> vai ter o exemplo disso, embora com a dureza do Governo, porque se isso lá acontecesse, a repressão seria não como nós procedemos aqui, mas de que maneira, nem sei, difícil como na Polônia ou em outros países. Agora, o desemprego, Sr. Senador, o desemprego é um problema nacional. V. Ex<sup>a</sup> vê, o problema de automóvel, por exemplo, não é apenas do Brasil. Foi um problema provocado pela terrível ânsia de domínio industrial em que o Japão jogou os demais países, os Estados Unidos, em primeiro lugar, e a própria Alemanha agora, e a França está sentindo no desemprego e na paralisação de grandes unidades de trabalho no setor de automóvel, e, naturalmente, todas as outras em volta. É um problema que atingiu acentuadamente o Brasil e São Paulo, o grande centro. E, V. Ex<sup>a</sup> não pode dizer que o Governo está desatento. A atuação, por exemplo, do Governador de São Paulo, não se fez isolada, ela se fez de pleno acordo com o Governo Federal, procurando uma medida — que V. Ex<sup>a</sup> poderia dizer até que seria uma medida paliativa — mas é um prazo, um tempo para que possamos procurar medidas de solução. Então, o Governo não está indiferente, Senador Evelásio Vieira. Nem nós PDS estamos indiferentes, fique certo V. Ex<sup>a</sup>

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Qual é a medida que V. Ex<sup>a</sup> me aponta, adotada pelo Governo, para impedir o crescimento do desemprego no Brasil? Ele não se circunscreve a São Paulo e ao Rio de Janeiro, e não é só no setor automobilístico, é em quase todos os setores e em todos os Estados.

O Sr. Gabriel Hermes — Vou dar uma resposta a longo prazo, certa para V. Ex<sup>a</sup> A medida é isso que o Governo começou no ano passado, foi procurar dar mais energia elétrica para este País, porque só com energia elétrica, em primeiro lugar, nós caminharíamos para que nós tivéssemos mais mão-de-obra, mais trabalho no setor industrial. E V. Ex<sup>a</sup> sabe quanto custa a esta Nação de sacrifícios, esforço e de coragem. Só cito duas, para não citar as demais: Itaipu e Tucuruí. Só Tucuruí representa, dentro do País, um terço da energia elétrica de todo o País, hoje. O que se está procurando fazer com Carajás, com os erros, e nós sabemos que existem. Tanto que eu louvo aquelas medidas, aqueles cuidados tomados pelos nossos companheiros, que amanhã vão reunir-se nesta Casa para estudar, debater com os Ministros e responsáveis por Carajás. Mas, aquilo também é uma forma de procurar resolver, mas, resolver definitivamente, este problema de um País cuja população cresce e precisa de mais mão-de-obra. Sem essas medidas, nobre Senador Evelásio Vieira, nós não resolveremos os nossos problemas. E nós não resolveremos nossos problemas, dando cada ano dinheiro para o Nordeste, sem um plano sério para o Nordeste, de solução definitiva. Nós não resolveremos nosso problema de mão-de-obra, sem procurar aquilo a que se chama de medidas de base, ou seja, energia elétrica, que pode permitir a instalação de novas indústrias, e estas sim, mão-de-obra e melhores condições para o nosso povo. Eu não vou tomar mais o tempo de V. Ex<sup>a</sup>, mas fique certo, era apenas isso que eu queria dizer: O Governo não está indiferente. Não, está atento e trabalhando para solucionar esses problemas. E não estão desatentos também os seus colegas do PDS. Ainda esta manhã nós debatíamos, como temos feito continuamente, esses problemas. E também com companheiros de V. Ex<sup>a</sup>, que são homens ligados ao setor industrial...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O local próprio para debates é aqui.

*O Sr. Gabriel Hermes* — ... como é o nosso Líder Nilo Coelho e como sou eu mesmo. Ainda na última semana, e esta manhã mesmo, debatíamos este problema. Fique V. Ex<sup>a</sup> certo de que eu louvo o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, e não acredito que este País vá para o caos, ele vai, sim, enfrentar ainda um pouco de dificuldades, mas eu tenho confiança no futuro da nossa Nação.

*O SR. EVELÁSIO VIEIRA* — V. Ex<sup>a</sup>, homem público de longos anos, empresário de visão, me surpreende ao dizer que a implantação do Programa Grande Carajás, cujos resultados só advirão a longo prazo, vá contribuir para resolver um problema que é presente, que é crescente, o do desemprego. Isso me surpreende.

*O Sr. Gabriel Hermes* — Só em Carajás e Tucuruí, e nas instalações dos serviços para as indústrias de bauxita que não tem toda a minha simpatia como são feitas — são mais de 200 mil brasileiros trabalhando, em região que não tinha antes nas cidades e municípios 25 mil. Tem mais de 200 mil, com famílias, trabalhando bem instalados ali.

*O Sr. Henrique Santillo* — Muito caro, muito capital investido por cada empresa.

*O SR. EVELÁSIO VIEIRA* — V. Ex<sup>a</sup> novamente nos surpreende, Senador. O que precisamos é de uma ação urgente e eficaz, agora, no combate ao desemprego. Este é o grande câncer social. Isso é prioritário em relação ao combate à inflação. É prioritário em relação à luta para o equilíbrio da balança comercial, a luta em relação ao balanço de pagamentos. Esta, do desemprego, é a luta prioritária. Esta deveria ser a tônica de todas as ações do Governo, neste momento. Mas isto não ocorre. E V. Ex<sup>a</sup> ainda acha que poderemos esperar. Quando as empresas brasileiras estiverem falidas, quando o povo aumentar o quebra-quebra? Não, é já; a ação tem que ser urgente, Senador Gabriel Hermes. Já perdemos muito tempo.

Se não formos para uma ação efetiva, para eliminar o grave problema do desemprego, iremos, infelizmente, para o caos social, porque a marcha está sendo irreversível. Poderá ser contida, poderá ser modificada, se houver uma ação sábia e urgente do Governo Federal. Do contrário, infelizmente, chegaremos lá.

*O Sr. Henrique Santillo* — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> mais uma intervenção?

*O SR. EVELÁSIO VIEIRA* — Pois não.

*O Sr. Henrique Santillo* — Interrompendo mais uma vez V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de dizer que todos nós respeitamos o Senador Gabriel Hermes. Porém, traz S. Ex<sup>a</sup> aqui, nesta tarde, uma posição que me pareceu oficial do Governo, que é a de responsabilizar a crise mundial, a crise internacional pela crise vivida pelo País. Isto, a meu ver, não corresponde inteiramente à verdade dos fatos. É lógico que a crise internacional afeta internamente o País, e o afeta principalmente na medida em que a sua dependência é maior e porque a política econômica do Governo, de alto endividamento externo, levou o País à total dependência, do ponto de vista econômico, e com total reflexos na área política de centros alienígenas. É lógico. Na medida em que o Sr. Reagan resolve estabelecer uma política econômica conservadora e de "linha-dura" nos Estados Unidos e que leva ao fortalecimento do dólar internacional e ao aumento dos juros internacionais, o País entra pelo cano. Por que é que entra pelo cano? Porque está totalmente dependente, porque está em 60 bilhões de dólares sua dívida externa e tem que pagar juros. Só no primeiro semestre deste ano pagou quase 6 bilhões de dólares em juros, só no primeiro semestre deste ano. Este é o grande absurdo. Aí é que está o grande problema. É certo, a crise internacional afeta internamente o País, na medida em que o País se tornou dependente, na medida em que levaram este País a ser totalmente dependente. Mas, há também, e muito seriamente, as causas internas, próprias, intrínsecas deste País. Pensar-se apenas que é a crise internacional que nos está levando ao pânico é incorreto, é uma visão distorcida dos fatos, e é perigosa porque nos leva a distrair a atenção de suas verdadeiras causas e nos impede de discutir democraticamente no País as causas da crise a que foi levada a Nação por este Governo. Aí é que está o grande problema. Parece-me que alguns setores deste Governo estão tentando pretextar atitudes articuladas, gestos articulados de subservivos, de organizações subversivas, de possíveis organizações da esquerda subversiva, alguns setores retrógrados deste Governo estão procurando pretextar isso aí, muito possivelmente para criar condições psicológicas para um golpe no próximo ano, evitando as eleições. Sem sombra de dúvida, isso toda a nação sabe, que incrustada nessa estrutura de poder existem grupos retrógrados, grupos reacionários, grupos que não querem de qualquer modo o rodízio no poder. Não querem entregar o poder de qualquer modo, e para isso estariam dispostos a qualquer gesto de loucura. Essa é a verdade. Então, não é o problema da crise internacional, apenas. É lógico que a crise internacional, é lógico que juro internacional de 20% ao ano, afeta a economia brasileira, está na cara. Aliás, eminente Senador, eu acho que este Gover-

no a essas alturas, está amarrado, está realmente penalizado com o fato de a OPEP ter decidido, não aumentar o preço do petróleo durante dois anos, porque a grande desculpa, até ontem, era o preço do petróleo; agora, é a crise internacional.

*O SR. EVELÁSIO VIEIRA* — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. Agenor Maria* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

*O SR. EVELÁSIO VIEIRA* — Ouço o Senador Agenor Maria.

*O Sr. Agenor Maria* — Senador Evelásio Vieira, o sistema que tomou conta da nação, a partir de 1964, é totalmente responsável pelo quadro de dificuldade que, hoje, vive o País. Veja bem V. Ex<sup>a</sup>: transporte de massa, no Brasil; o que temos, em termos de transporte de massa no Brasil, eletrificado? Apenas 4,9%. Enquanto o Japão tem 75% dos seus transportes de massa eletrificado, nós temos 4,9%. A crise e desemprego na indústria automobilística. Por que? Porque enquanto os outros países — a Inglaterra e a França — fecharam fábricas em 1973/1974, nós abrimos mais fábricas de automóveis. Ora, como é que se abre fábrica de automóvel, se nós estamos vivendo a guerra do petróleo? Os demais países fecharam fábricas, restringiram, aqui, não, aqui vamos fabricar mais automóveis, abrir mais fábricas e empregar mais gente. Foi o que ocorreu em 1973, 1974, 1975. Enfim, esse é o quadro. De forma que, hoje, o fosso é muito profundo. Esse Governo não vai resolver o problema porque não tem competência. Ele está comprometido com todos aqueles que deixaram abrir fábricas. O comprometimento é tão grande que ele, realmente, só tem uma saída; é entregar o poder a quem não está comprometido com isso. Ora, se estourou a crise do petróleo em 1973, os países desenvolvidos fecharam as fábricas, diminuíram a fabricação de automóveis; aqui no Brasil nós saímos de uma produção em 1973, de 600 mil veículos, para 1 milhão e 100 mil. Resultado; estourou. E, agora, a situação é difícil e nem Jesus Cristo descendo não vai resolver esse problema, não resolve em um ano, nem em dois. Agora, o povo não pode pagar o tributo mais alto porque não tem mais condições; quebrou ônibus, e vai invadir supermercados, porque a fome está lá. Não está na mesa, está no piso das casas. Portanto, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> Mas estou cansado, acho que a situação é difícil e só tem uma saída: a Constituinte. Entregar o poder ao povo, o povo eleger os seus representantes para poder participar e ter um pouco ainda de condições de ir buscar força, nem sei aonde para aguardar mais dois ou três anos para recuperar este País.

*O SR. EVELÁSIO VIEIRA* — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Prossigo, Sr. Presidente.

O Governo não pode continuar com sua política econômico-financeira. Esta já foi longe. Aí estão os terríveis resultados, o mais doloroso, o do desemprego de milhões de brasileiros.

O Governo não pode continuar omissa em relação ao mais terrível dos problemas sociais; o desemprego.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional, deve ir além dos discursos de seus integrantes. O momento é sério. Temos uma grande responsabilidade. Devemos agir antes que o pior ocorra. O problema não se restringe aos subversivos, aos baderneiros, aos agitadores; o problema real é a fome que começa a dominar milhões de brasileiros.

É lastimável que neste momento tão difícil pessoas da mais alta responsabilidade da Nação se preocupem mais em discussões sobre o pedestal do Monumento a JK se pareceria ou não com uma foice, relegando a plano secundário os graves e sérios problemas com que se bate, o povo brasileiro, especialmente o desemprego. (*Muito bem!*)

#### ATO DO PRESIDENTE

Nº 100, DE 1981

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais, Resolve:

— Designar Sara Figueiredo para exercer, em substituição, o cargo de Diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas, a partir de 20 de agosto de 1981, enquanto durar o afastamento da titular.

Senado Federal, 25 de agosto de 1981. — *Jarbas Passarinho*, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE

Nº 101, DE 1981

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que estabelece o art. 485, § 1º, do Regulamento Administrativo do Senado, com a redação dada pela Resolução nº 57, de 1979,

Resolve:

— Conceder exoneração a Arnaldo Gomes do emprego de Diretor Executivo do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF.

Senado Federal, 25 de agosto de 1981 — *Jarbas Passarinho*, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 102, DE 1981**

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que estabelece o art. 485, § 1º, do Regulamento Administrativo do Senado, com a redação dada pela Resolução nº 57, de 1976,

Resolve:

— Nomear MARCOS VIEIRA, para exercer o emprego de Diretor-Executivo do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF.

Senado Federal, 25 de agosto de 1981. — *Jarbas Passarinho*, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 103, DE 1981**

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que estabelece o art. 485, § 1º, do Regulamento Administrativo do Senado, com a redação dada pela Resolução nº 57, de 1976,

Resolve:

— Conceder exoneração a Eduardo Jorge Caldas Pereira do emprego de Diretor-Executivo do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN.

Senado Federal, 25 de agosto de 1981. — *Jarbas Passarinho*, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 104, DE 1981**

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que estabelece o art. 485, § 1º, do Regulamento Administrativo do Senado, com a redação dada pela Resolução nº 57, de 1976,

Resolve:

— Nomear Rui Oscar Dias Janiques, para exercer o emprego de Diretor-Executivo do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN.

Senado Federal, 25 de agosto de 1981. — *Jarbas Passarinho*, Presidente.

**MESA****Presidente**

Jarbas Passarinho

**1º-Vice-Presidente**

Passos Pôrto

**2º-Vice-Presidente**

Gilvan Rocha

**1º-Secretário**

Cunha Lima

**2º-Secretário**

Jorge Kalume

**3º-Secretário**

Itamar Franco

**4º-Secretário**

Jutahy Magalhães

**Suplentes de Secretários**

Almir Pinto

Lenoir Vargas

Agenor Maria

Gastão Müller

**LIDERANÇA DO BLOCO  
PARLAMENTAR DO PARTIDO DO  
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO****PMDB****Líder**

Marcos Freire

**Vice-Líderes**

Roberto Saturnino

Mauro Benevides

Humberto Lucena

Pedro Simon

Orestes Quêrcia

Henrique Santillo

Lázaro Barboza

Evandro Carreira

**LIDERANÇA DO BLOCO  
PARLAMENTAR DO  
PARTIDO POPULAR — PP****Líder**

Evelásio Vieira

**Vice-Líderes**

Affonso Camargo

José Fragelli

Gastão Müller

Mendes Canale

Saldanha Derzi

**LIDERANÇA DO BLOCO  
PARLAMENTAR DO PARTIDO  
DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS****Líder**

Nilo Coelho

**Vice-Líderes**

Aderbal Jurema

Aloysio Chaves

Bernardino Viana

Gabriel Hermes

José Lins

Lomanto Júnior

Moacyr Dalla

Murilo Badaró

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Edifício Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo

Coelho

Telefones: 223-6244 e 211-4141 — Ramais 3487, 3488 e 3489

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Daniel Reis de Souza

Local: Edifício Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho

Telefone: 211-4141 — Ramais 3490 e 3491

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Leite Chaves

Vice-Presidente: Martins Filho

**Titulares****PDS**

1. Benedito Canelas
2. Martins Filho
3. João Calmon
4. João Lúcio

**Suplentes**

1. Dinarte Mariz
2. Lourival Baptista
3. José Caixeta

**PMDB**

1. Leite Chaves
2. José Richa

1. Agenor Maria

**PP**

1. Mendes Canale

1. Evelásio Vieira

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 3492

Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho  
— Anexo das Comissões — Ramal 3378**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Alberto Silva

Vice-Presidente: José Lins

**Titulares****Suplentes****PDS**

1. José Lins
2. Eunice Michiles
3. Gabriel Hermes
4. Benedito Canelas

1. Raimundo Parente
2. Almir Pinto
3. Aloysio Chaves

**PMDB**

1. Evandro Carreira
2. Mauro Benevides

1. Marcos Freire

**PP**

1. Alberto Silva

1. Mendes Canale

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 3493

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3024.**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**

(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Aloysio Chaves

1º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

2º-Vice-Presidente: Lenoir Vargas

**Titulares****Suplentes****PDS**

1. Aloysio Chaves
2. Hugo Ramos
3. Lenoir Vargas
4. Murilo Badaró
5. Bernardino Viana
6. Amaral Furlan
7. Moacyr Dalla
8. Raimundo Parente

1. Benedito Canelas
2. João Calmon
3. Almir Pinto
4. Martins Filho
5. Aderbal Jurema

**PMDB**

1. Paulo Brossard
2. Marcos Freire
3. Nelson Carneiro
4. Leite Chaves
5. Orestes Quêrcia

1. Franco Montoro
2. Lázaro Barboza
3. Humberto Lucena

**PP**

1. Tancredo Neves
2. José Fragelli

1. Mendes Canale

Assistente: Paulo Roberto Almeida Campos — Ramal 3972

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 4315**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)**

(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lourival Baptista

Vice-Presidente: Mauro Benevides

**Titulares****Suplentes****PDS**

1. Lourival Baptista
2. Bernardino Viana
3. Moacyr Dalla
4. José Caixeta
5. Martins Filho
6. Murilo Badaró

1. Luiz Cavalcante
2. Almir Pinto
3. Aderbal Jurema
4. José Lins

**PMDB**

1. Lázaro Barboza
2. Mauro Benevides
3. Adalberto Sena

1. Henrique Santillo
2. Evandro Carreira

**PP**

1. Saldanha Derzi
2. Luiz Fernando Freire

1. Affonso Camargo

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 3499

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3168**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Richa

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

**Titulares****Suplentes****PDS**

1. Bernardino Viana
2. José Lins
3. Arno Damiani
4. Milton Cabral
5. Luiz Cavalcante
6. José Caixeta

1. Lomanto Júnior
2. Gabriel Hermes
3. Vicente Vuolo
4. Benedito Canelas

**PMDB**

1. Roberto Saturnino
2. Pedro Simon
3. José Richa

1. Marcos Freire
2. Teotônio Vilela

**PP**

1. José Fragelli
2. Alberto Silva

1. Affonso Camargo

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — Ramal 3495

Reuniões: Quartas-feiras, às 09:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho  
— Anexo das Comissões — Ramal 3256**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Aderbal Jurema

Vice-Presidente: Gastão Müller

**Titulares****Suplentes****PDS**

1. Aderbal Jurema
2. João Calmon
3. Eunice Michiles
4. Tarso Dutra
5. José Sarney

1. Lomanto Júnior
2. Gabriel Hermes
3. João Lúcio

**PMDB**

1. Adalberto Sena
2. Franco Montoro
3. Pedro Simon

1. Marcos Freire
2. Mauro Benevides

**PP**

1. Gastão Müller

1. Evelásio Vieira

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 3492

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3546

### COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF) (17 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro  
Vice-Presidente: Gabriel Hermes

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Raimundo Parente	1. José Guimard
2. Lomanto Júnior	2. Lourival Baptista
3. Amaral Furlan	3. Benedito Canelas
4. Amaral Peixoto	4. Vicente Vuolo
5. Martins Filho	5. José Lins
6. Tarso Dutra	
7. Gabriel Hermes	
8. Bernardino Viana	
9. Almir Pinto	
	<b>PMDB</b>
1. Mauro Benevides	1. Humberto Lucena
2. Roberto Saturnino	2. Paulo Brossard
3. Pedro Simon	3. José Richa
4. Teotônio Vilela	
4. Franco Montoro	

#### PP

1. Tancredo Neves	1. Saldanha Derzi
2. Affonso Camargo	2. José Fragelli
3. Mendes Canale	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 3493  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho  
— Anexo das Comissões — Ramal 4323

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS) (9 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Raimundo Parente  
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Raimundo Parente	1. Arno Damiani
2. Aloysio Chaves	2. Aderbal Jurema
3. Moacyr Dalla	3. Almir Pinto
4. Eunice Michiles	
5. Gabriel Hermes	
	<b>PMDB</b>
1. Franco Montoro	1. Agenor Maria
2. Humberto Lucena	2. Nelson Carneiro
3. Jaison Barreto	

#### PP

1. José Fragelli	1. Luiz Fernando Freire
------------------	-------------------------

Assistente: Luiz Cláudio de Brito — Ramal 3498  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3339

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral  
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Milton Cabral	1. Dinarte Mariz
2. Luiz Cavalcante	2. Gabriel Hermes
3. José Lins	3. Martins Filho
4. Almir Pinto	
	<b>PMDB</b>
1. Henrique Santillo	1. Roberto Saturnino
2. Teotônio Vilela	
	<b>PP</b>
1. Affonso Camargo	1. Alberto Silva

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira — Ramal 3496  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3652

### COMISSÃO DE MUNICÍPIOS — (CM) (17 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Lomanto Júnior  
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Almir Pinto	1. Tarso Dutra
2. Lomanto Júnior	2. Aderbal Jurema
3. Amaral Furlan	3. José Sarney
4. Amaral Peixoto	4. Murilo Badaró
5. Benedito Canelas	5. José Caixeta
6. Arno Damiani	
7. Moacyr Dalla	
8. Raimundo Parente	
9. Vicente Vuolo	
	<b>PMDB</b>
1. José Richa	1. Marcos Freire
2. Orestes Quércia	2. Jaison Barreto
3. Evandro Carreira	3. Humberto Lucena
4. Lázaro Barboza	
5. Agenor Maria	

#### PP

1. Gastão Müller	1. Alberto Silva
2. Affonso Camargo	2. Luiz Fernando Freire
3. Mendes Canale	

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira — Ramal 3496  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3122

### COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR) (5 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena  
Vice-Presidente: Murilo Badaró

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. João Calmon	1. José Sarney
2. Murilo Badaró	2. Moacyr Dalla
3. Aderbal Jurema	
	<b>PMDB</b>
1. Adalberto Sena	1. Evandro Carreira
	<b>PP</b>
1. Saldanha Derzi	1. Mendes Canale

Assistente: Fátima Abrahão de Araújo — Ramal 3266  
Reuniões: Quintas-feiras, às 14:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3121

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE) (15 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana  
1º-Vice-Presidente: Paulo Brossard  
2º-Vice-Presidente: Amaral Peixoto

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Luiz Viana	1. Aderbal Jurema
2. Tarso Dutra	2. Bernardino Viana
3. Lomanto Júnior	3. Amaral Furlan
4. Amaral Peixoto	4. Moacyr Dalla
5. João Calmon	5. Martins Filho
6. Aloysio Chaves	
7. José Sarney	
8. Lourival Baptista	
	<b>PMDB</b>
1. Paulo Brossard	1. Leite Chaves
2. Nelson Carneiro	2. Pedro Simon
3. José Richa	3. Roberto Saturnino
4. Mauro Benevides	
5. Marcos Freire	

#### PP

1. Luiz Fernando Freire	1. Saldanha Derzi
2. Tancredo Neves	

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 3497  
Reuniões: Quartas-feiras, às 14:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho  
— Anexo das Comissões — Ramal 3254

### COMISSÃO DE SAÚDE — (CS) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Jaison Barreto  
Vice-Presidente: Almir Pinto

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Lomanto Júnior	1. Benedito Canelas
2. Almir Pinto	2. João Calmon
3. José Guimard	3. Arno Damiani
4. Lourival Baptista	
	<b>PMDB</b>
1. Henrique Santillo	1. Adalberto Sena
2. Jaison Barreto	

#### PP

1. Saldanha Derzi	1. Gastão Müller
-------------------	------------------

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 3499  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3020

### COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: José Fragelli

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Dinarte Mariz	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. José Guimard	3. José Caixeta
4. Murilo Badaró	
	<b>PMDB</b>
1. Mauro Benevides	1. Orestes Quércia
2. Agenor Maria	
	<b>PP</b>
1. José Fragelli	1. Gastão Müller

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — Ramal 3498  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3020

### COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria  
Vice-Presidente: Raimundo Parente

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Raimundo Parente	1. Helvídio Nunes
2. Aderbal Jurema	2. Bernardino Viana
3. Lourival Baptista	3. José Guimard
4. Moacyr Dalla	
	<b>PMDB</b>
1. Agenor Maria	1. Lázaro Barboza
2. Humberto Lucena	
	<b>PP</b>
1. Gastão Müller	1. Luiz Fernando Freire

Assistente: Luiz Cláudio de Brito — Ramal 3498  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3121

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Vicente Vuolo  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

**Titulares**

1. Vicente Vuolo
2. Benedito Ferreira
3. Aloysio Chaves
4. Milton Cabral

**Suplentes**

**PDS**

1. Lomanto Júnior
2. Luiz Cavalcante
3. Amaral Peixoto

**PMDB**

1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza

1. Orestes Quêrcia

**PP**

1. Alberto Silva

1. Affonso Camargo

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — Ramal 3498

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3130

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: Alfeu de Oliveira

Local: Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho  
— Andar Térreo — 211.3407

Assistentes: Helena Isnard Accauhy — 211-3510  
Mauro Lopes de Sá — 211-3509  
Clayton Zanlorenzi — 211-3502  
Frederic Pinheiro Barreira — 211-3503  
Maria de Lourdes Sampaio — 211-3503

**C) SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE  
INQUÉRITO**

Chefe: Cleide Maria Barbosa Ferreira-Cruz — Ramal 3511

Assistentes: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 3512  
Elizabeth Gil Barbosa Vianna — Ramal 3501  
Nadir da Rocha Gomes — Ramal 3508

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**  
**QUADRO DE HORÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DAS**  
**COMISSÕES PERMANENTES PARA O BIÊNIO 1981/1982**

TERÇA-FEIRA		LOCAL DA REUNIÃO	ASSISTENTE
Horas	Comissões		
10:00	CAR	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3024	GUILHERME
11:00	CA	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 3378	SÉRGIO

QUARTA-FEIRA		LOCAL DA REUNIÃO	ASSISTENTE
Horas	Comissões		
09:00	CE	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 3256	FRANCISCO
09:30	CCJ	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 4315	PAULO ROBERTO
10:00	DF	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3168	LÊDA
10:30	CME	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3652	GONÇALVES
11:00	CRE	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 3254	LEILA
11:00	CSN	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3020	MARCELINO
11:00	CSPC	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3121	LUIZ CLÁUDIO

QUINTA-FEIRA		LOCAL DA REUNIÃO	ASSISTENTE
Horas	Comissões		
10:00	CEC	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3546	SÉRGIO
10:00	CF	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 4323	GUILHERME
10:00	CS	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3020	LÊDA
11:00	CLS	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3339	LUIZ CLÁUDIO
11:00	CM	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3122	GONÇALVES
11:00	CT	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3130	MARCELINO
14:00	CR	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3121	FÁTIMA